



Portugal Telecom

Relatório e contas consolidadas

Primeiros Nove Meses de 2011

Relatório e contas consolidadas

Primeiros nove meses de 2011

01 Análise dos resultados consolidados	4
02 Evolução dos negócios	19
Portugal	19
Negócios Internacionais	26
Demonstrações financeiras consolidadas	33
Anexos	75
Glossário	77

As designações "PT", "Grupo Portugal Telecom", "Grupo PT", "Grupo" e "Empresa" referem-se ao conjunto das empresas que constituem a Portugal Telecom ou a qualquer uma delas, consoante o contexto.

Portugal Telecom

Portugal

		Receitas (milhões de euros)
Residencial	> Clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa	510
Pessoal	> Clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel	575
Empresas	> Empresas grandes, pequenas e médias que subscrevem produtos e serviços rede fixa e móvel	737
Serviços a prestadores, outros	> Negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel	352

Principais ativos internacionais

		Receitas (milhões de euros)
Oi 25,6% (*)	> Brasil	> Fixo, móvel, outros (*)
Contax 44,4% (*)	> Brasil	> Contact centre (*)
Unitel 25% (*)	> Angola	> Móvel 518
CTM 28%	> Macau	> Fixo, móvel 88
MTC 34% (*)	> Namíbia	> Móvel 60
CVT 40% (*)	> Cabo Verde	> Fixo, móvel 29
Timor Telecom 41,12%	> Timor	> Fixo, móvel 19
CST 51% (*)	> São Tomé e Príncipe	> Fixo, móvel 2

(*) Estas participações representam as percentagens utilizadas na consolidação proporcional da Oi e da Contax, correspondentes às participações detidas, direta e indiretamente, na Telemar Participações e na CTX Participações, respectivamente. As participações efetivas detidas na Oi e na Contax são 25,3% e 19,5%, respectivamente. (**) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT. (†) Os ativos e passivos da Oi e da Contax foram consolidados proporcionalmente em 31 de março de 2011, sendo que os seus resultados serão consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011.

Empresas instrumentais

Serviços de sistemas e TI [PT Sistemas de Informação 100%]; Inovação, investigação e desenvolvimento [PT Inovação 100%];

Serviços administrativos e de gestão partilhada [PT PRO 100%]; Serviços de negociação [PT Compras 100%];

Call centers e serviços de telemarketing [PT Contact 100%]; Gestão de fundos de pensões [Previsão 82,05%]

01

Análise dos resultados consolidados

Resultados consolidados

Demonstração dos resultados consolidados ⁽¹⁾						
	Milhões de euros					
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Receitas operacionais	1.747,0	952,2	83,5%	4.415,8	2.792,6	58,1%
Portugal ⁽²⁾	731,0	789,3	(7,4%)	2.173,6	2.354,7	(7,7%)
Residencial	171,0	162,3	5,4%	510,0	481,7	5,9%
Pessoal	199,9	224,0	(10,8%)	574,8	648,1	(11,3%)
Empresas	238,0	261,6	(9,0%)	736,7	817,2	(9,9%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	122,1	141,5	(13,7%)	352,1	407,7	(13,6%)
Brasil - Oi	801,4	0,0	n.s.	1.633,7	0,0	n.s.
Outros e eliminações	214,6	162,9	31,8%	608,5	437,9	39,0%
Custos operacionais ⁽³⁾	1.092,8	570,3	91,6%	2.761,8	1.663,3	66,0%
Custos com pessoal	284,0	163,7	73,4%	743,3	470,6	58,0%
Custos diretos dos serviços prestados	299,3	137,4	117,9%	716,2	412,8	73,5%
Custos comerciais	140,7	98,0	43,5%	351,4	272,2	29,1%
Outros custos operacionais	368,9	171,2	115,5%	950,9	507,8	87,3%
EBITDA ⁽⁴⁾	654,2	381,9	71,3%	1.654,0	1.129,2	46,5%
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	14,3	17,8	(20,0%)	40,6	53,5	(24,0%)
Amortizações	349,6	199,6	75,1%	914,0	549,3	66,4%
Resultado operacional ⁽⁵⁾	290,4	164,5	76,6%	699,4	526,5	32,8%
Outros custos (receitas)	11,8	100,5	(88,3%)	24,3	121,1	(79,9%)
Custos com o prog. de redução de efectivos, líquidos	0,8	1,6	(52,6%)	6,3	10,9	(41,6%)
Menos (mais) valias líq. na alienação de imobilizado	0,1	(1,8)	n.s.	(0,0)	(1,0)	(95,6%)
Outros custos (ganhos) líquidos	10,9	100,7	(89,1%)	18,0	111,2	(83,8%)
Resultado antes de resultados fin. e impostos	278,6	64,0	n.s.	675,1	405,4	66,5%
Custos (ganhos) financeiros	88,6	98,8	(10,3%)	116,9	145,6	(19,8%)
Juros suportados (obtidos) líquidos	118,2	56,9	107,5%	199,4	175,5	13,6%
Perdas (ganhos) em empresas associadas	(46,6)	18,5	n.s.	(169,1)	(65,4)	158,7%
Outros custos (ganhos) financeiros líquidos	17,1	23,3	(26,7%)	86,5	35,5	144,0%
Resultado antes de impostos	190,0	(34,8)	n.s.	558,2	259,7	114,9%
Imposto sobre o rendimento	(53,3)	(37,6)	41,8%	(155,1)	(64,1)	141,8%
Resultado das operações continuadas	136,7	(72,4)	n.s.	403,1	195,6	106,1%
Resultado das operações descontinuadas	0,0	5.474,8	n.s.	0,0	5.551,5	n.s.
Resultado antes de interesses não controladores	136,7	5.402,4	(97,5%)	403,1	5.747,0	(93,0%)
Prejuízos (lucros) atribuíveis a int. não controladores	(31,1)	(49,2)	(36,8%)	(69,7)	(129,3)	(46,1%)
Resultado líquido consolidado	105,6	5.353,2	(98,0%)	333,5	5.617,7	(94,1%)

(1) No seguimento do investimento estratégico na Oi e na Contax em 28 de março de 2011, a PT consolidou proporcionalmente os resultados dessas empresas desde 1 de abril de 2011. (2) As operações de telecomunicações em Portugal incluem os anteriores segmentos da rede fixa e TMN. Esta rubrica inclui o impacto da redução das taxas de terminação móvel (MTR) reguladas. Na TMN, o impacto foi de 9 milhões de euros no 3T11. (3) Custo operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (4) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações. (5) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos (ganhos) líquidos.

Receitas operacionais consolidadas

Nos 9M11, as receitas operacionais consolidadas aumentaram 58,1% face aos 9M10, para 4.416 milhões de euros, o que compara com 2.793 milhões de euros nos 9M10, refletindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (1.858 milhões de euros), incluindo o negócio da Dedic/GPTI a partir de 1 de julho de 2011, no seguimento da conclusão da troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo este efeito, as receitas operacionais consolidadas teriam diminuído 8,4% face aos

01 Análise dos resultados consolidados

9M10 para 2.558 milhões de euros nos 9M11, em resultado do decréscimo das receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal e da integração da Dedic/GPTI na Contax a partir de 1 de julho de 2011, e não obstante o crescimento das receitas dos outros negócios internacionais, nomeadamente da MTC na Namíbia e da Timor Telecom.

Nos 9M11, [as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal](#) decresceram 7,7% (181 milhões de euros), negativamente impactadas por: (1) decréscimo das receitas no segmento Pessoal (73 milhões de euros), incluindo menores vendas de equipamentos (9 milhões de euros), menores receitas de interligação (22 milhões de euros) e menores receitas de cliente (42 milhões de euros), o que reflete as condições económicas adversas, incluindo o aumento do IVA (+3pp face ao ano anterior no 1S11 e +2pp face ao ano anterior no 3T11), juntamente com a crescente popularidade dos planos tribais; (2) o decréscimo no segmento Empresas (81 milhões de euros), e (3) menores receitas de serviços a prestadores e outros negócios (56 milhões de euros), o que inclui o impacto negativo do negócio de listas telefónicas (16 milhões de euros). A PT detem um investimento financeiro de 25% na empresa Páginas Amarelas, a qual é gerida pela Truvo. O impacto total nas receitas dos negócios em Portugal decorrente da redução nas taxas de terminação móvel (MTRs) foi de 26 milhões de euros nos 9M11. Estes efeitos negativos foram parcialmente compensados pelo aumento das receitas do segmento Residencial (+5,9% face ao mesmo período do ano anterior), devido principalmente às receitas de TV por subscrição e de banda larga, sustentadas pelo sucesso das ofertas double e triple play do Meo. Nos 9M11, as receitas não voz em Portugal representaram 46,1% das receitas de serviço, tendo aumentado 3,8pp face ao mesmo período do ano anterior. Esta evolução positiva do mix de receitas da PT está a tornar a empresa mais resiliente e previsível, tendo sido alcançada devido ao aumento da penetração dos serviços de dados e vídeo em todos os segmentos, no seguimento dos investimentos significativos na implementação da rede de fibra e de tecnologia de ponta.

No [segmento Residencial, as receitas operacionais](#) aumentaram 5,9% de 482 milhões de euros nos 9M10 para 510 milhões de euros nos 9M11, suportadas pelo forte e contínuo desempenho das ofertas triple play do Meo (voz, banda larga e TV por subscrição) e beneficiando de um contínuo esforço no sentido de transformar a oferta tradicional de serviços de telecomunicações de telefone fixo para o segmento residencial em ofertas triple play, que são mais competitivas e mais resilientes a condições económicas adversas. Os acessos residenciais de retalho ou unidades geradoras de receita de retalho (RGUs) aumentaram 9,7% nos 9M11 face ao mesmo período do ano anterior, atingindo 3.460 mil, com os acessos de TV por subscrição e de banda larga a representarem já 52% do total de acessos residenciais de retalho. Os clientes de TV por subscrição aumentaram 135 mil, atingindo 909 mil, um aumento de 26,7% face aos 9M10, enquanto os clientes de banda larga aumentaram 70 mil para 880 mil, um aumento de 13,6% face aos 9M10. As RGUs de retalho por acesso aumentaram 9,1% nos 9M11 face ao mesmo período do ano anterior, para 2,07. Este sólido desempenho foi também impulsionado pelo investimento na cobertura de um milhão de casas com FTTH, realizado ao longo de 2009 e 2010, que tem vindo a ganhar força comercial à medida que as casas ficam comercialmente disponíveis para venda.

Nos 9M11, [a receita operacional do segmento Pessoal](#) diminuiu 73 milhões de euros (-11,3% face aos 9M10) para 575 milhões de euros, principalmente devido a: (1) menores receitas de cliente (42 milhões de euros), em resultado das condições económicas, incluindo o aumento do IVA e o aumento da popularidade dos planos tribais, em particular aqueles que não exigem mensalidade obrigatória mas apenas um carregamento obrigatório; (2) menores receitas de interligação (22 milhões de euros), principalmente em resultado do impacto negativo de menores MTRs, e (3) menores vendas de equipamentos (9 milhões de euros). É importante realçar que o 3T11 continuou a apresentar uma melhoria sequencial das receitas de serviço: -9,5% no 3T11 face ao 3T10, o que compara com -11,5% no 2T11 face ao 2T10 e com -12,0% no 1T11 face ao 1T10. A melhoria na tendência de evolução das receitas de serviço está sustentada nas receitas de cliente, que diminuíram 6,8% no 3T11 (-8,9% no 2T11 face ao 2T10 e -

01 Análise dos resultados consolidados

9,4% 1T11 face ao 1T10). Não obstante o crescimento significativo na banda larga fixa, as receitas de dados do segmento Pessoal nos 9M11 corresponderam a 30,9% das receitas de serviço (+2,2 pp face aos 9M10), em resultado do desempenho sólido dos pacotes de dados "internetnotemóvel", que continuaram a mostrar um forte crescimento, explicado pelo sucesso comercial do "e nunca mais acaba" e do aumento da penetração de smartphones.

As [receitas operacionais do segmento Empresas](#) diminuíram 9,9% nos 9M11 (81 milhões de euros face ao mesmo período do ano anterior), de 817 milhões de euros para 737 milhões de euros, penalizadas pela conjuntura económica e consequentes esforços no corte de custos pelas empresas e pelos projetos não recorrentes com a administração pública ocorridos em 2010. A estratégia da PT continuou a privilegiar as ofertas convergentes e soluções fixo-móvel de voz e dados ilimitados, ofertas integradas e verticais incluindo software específico de negócios e soluções com preços flexíveis consoante o número de estações de trabalho. Adicionalmente, a PT continuou a fornecer soluções avançadas one-stop-shop de TI/IS focalizadas em BPO e no marketing de soluções de máquina para máquina. Estas ofertas estão alavancadas no investimento da PT em soluções cloud computing e FTTH, que permitem a oferta de serviços cloud-based, em parceria com fornecedores de software e hardware.

As [receitas de serviços a prestadores e outros negócios das operações de telecomunicações em Portugal](#), incluindo as eliminações intragrupo, diminuíram 56 milhões de euros (-13,6% face aos 9M10) para 352 milhões de euros, impactadas por: (1) menores receitas de listas telefónicas (16 milhões de euros); (2) menores receitas de serviços a prestadores (22 milhões de euros), incluindo menores receitas de lacetes locais desagregados e menores vendas de capacidade, e (3) menores receitas de telefones públicos (3 milhões de euros).

De acordo com a anterior forma de reporting para os negócios em Portugal, as [receitas operacionais da rede fixa](#) decresceram 5,3%, de 1.453 milhões de euros nos 9M10 para 1.376 milhões de euros nos 9M11, enquanto ajustando pelo contrato com a administração pública relacionado com a prestação da banda larga às escolas (18 milhões de euros) e pelo decréscimo no negócio de listas telefónicas (16 milhões de euros), as receitas da rede fixa teriam diminuído 3,1% face ao mesmo período do ano anterior, impactadas principalmente por menores receitas de wholesale e de dados e soluções empresariais. Nos 9M11, as receitas de retalho aumentaram 0,7%, de 725 milhões de euros nos 9M10 para 730 milhões de euros nos 9M11, comprovando o desempenho estável e resiliente das receitas de retalho, sustentado na melhoria das receitas de serviços não voz e no sucesso das ofertas Meo.

Nos 9M11, [as receitas operacionais da TMN](#) diminuíram 116 milhões de euros (-11,1% face aos 9M10) para 930 milhões de euros, principalmente devido a: (1) menores receitas de cliente (71 milhões de euros), em resultado das condições económicas, incluindo o aumento do IVA, e do aumento da popularidade dos planos tribais, em particular aqueles que não exigem mensalidade obrigatória mas apenas um carregamento obrigatório; (2) menores receitas de interligação (32 milhões de euros), principalmente como resultado do impacto negativo de menores MTRs (24 milhões de euros), e (3) menores vendas de equipamentos (16 milhões de euros). É importante realçar que o 3T11 registou uma clara melhoria no desempenho das receitas de serviço: -8,6% no 3T11 face ao 3T10, o que compara com -10,7% no 2T11 face ao 2T10 e -12,2% no 1T11 face ao 1T10.

Nos 9M11, [as receitas da Oi](#) ascenderam a 1.634 milhões de euros, equivalente a 3.748 milhões de reais. Os resultados da Oi são consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, acionista controlador da Oi, que consolida integralmente as empresas Oi, incluindo a Tele Norte Leste Participações, a Telemar Norte Leste e a Brasil Telecom.

As [outras receitas](#), incluindo as eliminações intragrupo, aumentaram 39,0% nos 9M11 face aos 9M10, para 609 milhões de euros. Este desempenho deveu-se principalmente: (1) ao impacto da consolidação proporcional da

01 Análise dos resultados consolidados

Contax a partir de 1 de abril de 2011 (226 milhões de euros), incluindo a Dedic/GPTI a partir de 1 de julho de 2011, e (2) a aumentos de 10,3% e 7,8 % face aos 9M10 na Timor Telecom e na MTC, respetivamente. Estes efeitos foram parcialmente compensados por um menor contributo da Dedic/GPTI, que foi consolidada integralmente até 30 de junho de 2011 e integrada na Contax desde essa data.

A contribuição dos ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, para as receitas operacionais foi de 58,1% no 3T11, enquanto o Brasil representou 53,4% das receitas operacionais.

Nos 9M11, o total de clientes da PT ascendeu a 89.678 mil, um aumento de 7,2% face a 83.654 mil nos 9M10. Os clientes das operações internacionais, incluindo o Brasil e África, representavam 87% do total de clientes da PT.

Custos Operacionais Consolidados (excluindo custos com benefícios de reforma e amortizações)

Os custos operacionais consolidados, excluindo os custos com benefícios de reforma e amortizações ascenderam a 2.762 milhões de euros nos 9M11 e a 1.663 milhões de euros nos 9M10, um aumento de 1.098 milhões de euros essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (1.278 milhões de euros), incluindo o negócio da Dedic/GPTI a partir de 1 de julho de 2011, no seguimento da conclusão da troca da participação da PT neste negócio por uma participação adicional na Contax. Excluindo este efeito, os custos operacionais consolidados teriam diminuído 10,8% (179 milhões de euros) nos 9M11 para 1.484 milhões de euros, refletindo essencialmente uma redução nas operações em Portugal, essencialmente em resultado de um rigoroso controlo de custos, de um enfoque na rentabilidade das operações e de menores custos diretos no seguimento da redução das receitas operacionais.

Os custos com pessoal aumentaram 58,0% (273 milhões de euros) nos 9M11 para 743 milhões de euros, face a 471 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, basicamente devido ao impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (327 milhões de euros), incluindo o negócio da Dedic/GPTI a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo este efeito, os custos com pessoal teriam diminuído 11,4% (54 milhões de euros) nos 9M11 para 417 milhões de euros, refletindo menores contribuições: (1) da Dedic/GPTI, a qual foi consolidada integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrada na Contax, e (2) das operações em Portugal, refletindo essencialmente um rigoroso controlo de custos e também beneficiando da redução de efetivos concretizada no 4T10. Os custos com pessoal representaram 16,8% das receitas operacionais consolidadas nos 9M11.

Os custos diretos aumentaram 73,5% (303 milhões de euros) nos 9M11 para 716 milhões de euros e representaram 16,2% das receitas operacionais consolidadas. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (350 milhões de euros). Excluindo este efeito, os custos diretos teriam diminuído 11,3% (46 milhões de euros) nos 9M11 para 366 milhões de euros, essencialmente devido à menor contribuição dos negócios em Portugal, em resultado da redução nos custos de interligação, basicamente devido a menores MTRs, e do declínio no negócio das listas telefónicas, cujos efeitos mais do que compensaram o aumento nos custos com programação explicado pelo contínuo aumento dos clientes de TV por subscrição, não obstante uma redução nos custos de programação por cliente (-20,9% nos 9M11 face aos 9M10) uma vez que o negócio de TV por subscrição atingiu massa crítica.

01 Análise dos resultados consolidados

Os custos comerciais, que incluem os custos dos produtos vendidos, as comissões e as despesas com marketing e publicidade, aumentaram 29,1% (79 milhões de euros) nos 9M11 para 351 milhões de euros e representaram 8,0% das receitas operacionais consolidadas. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (97 milhões de euros). Excluindo este efeito, os custos comerciais teriam diminuído 6,4% (17 milhões de euros) nos 9M11 para 255 milhões de euros, basicamente devido a uma redução nas operações em Portugal, refletindo o impacto da diminuição das receitas operacionais, incluindo menores vendas e a consequente redução do custo das mercadorias vendidas, e também uma disciplina de rigoroso controlo de custos, o que mais do que compensou o aumento nos custos de marketing devido à contínua promoção do Meo e dos novos planos tarifários no segmento pessoal.

Os outros custos operacionais, que incluem essencialmente serviços de suporte, fornecimentos e serviços externos, impostos indirectos e provisões, aumentaram 87,3% nos 9M11 (443 milhões de euros) para 951 milhões de euros, em comparação com 508 milhões de euros nos 9M10. Este aumento reflete essencialmente o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de abril de 2011 (505 milhões de euros), incluindo o negócio da Dedic/GPTI a partir de 1 de julho de 2011. Excluindo este efeito, os outros custos operacionais teriam diminuído 12,1% nos 9M11 para 446 milhões de euros, principalmente devido a uma menor contribuição (1) dos negócios em Portugal, relacionada basicamente com uma redução nos serviços externos em resultado de uma rigorosa disciplina operacional e de custos, e (2) do negócio da Dedic/GPTI, o qual foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax.

EBITDA

O EBITDA aumentou 46,5% nos 9M11 face aos 9M10, ascendendo a 1.654 milhões de euros, o que compara com 1.129 milhões de euros no mesmo período do ano anterior, principalmente devido ao impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (580 milhões de euros), incluindo a consolidação da Dedic/GPTI na Contax a partir de 1 julho de 2011. Excluindo este efeito, o EBITDA teria decrescido 4,9% nos 9M11 para 1.074 milhões de euros, equivalente a uma margem de 42,0% (+1,5 pp). O desempenho do EBITDA no período foi impactado pela diminuição das receitas e não obstante a redução de 9,9%, face aos 9M10, dos custos operacionais excluindo amortizações e PRBs nos negócios de telecomunicações em Portugal. Este efeito foi parcialmente compensado pela melhoria das receitas do segmento Residencial nos 9M11.

De acordo com a anterior forma de reporting da PT, é importante realçar que o negócio de rede fixa continuou a apresentar um desempenho sólido ao nível do EBITDA (+0,6% face aos 9M10 para 564 milhões de euros). A margem EBITDA da TMN manteve-se estável nos 9M11 (-0,1pp face aos 9M10, para 46,6%) em resultado do sólido e contínuo empenho na redução de custos (diminuição de 61 milhões de euros nos custos operacionais) e não obstante a diminuição das receitas.

01 Análise dos resultados consolidados

EBITDA por segmento de negócio ⁽¹⁾	Milhões de euros					
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Portugal	329,9	345,9	(4,6%)	992,9	1.044,7	(5,0%)
Brasil - Oi	277,7	0,0	n.s.	562,3	0,0	n.s.
Outros e eliminações	46,7	36,0	29,7%	98,9	84,5	17,0%
EBITDA	654,2	381,9	71,3%	1.654,0	1.129,2	46,5%
Margem EBITDA (%)	37,4	40,1	(2,7pp)	37,5	40,4	(3,0pp)
Portugal	329,9	345,9	(4,6%)	992,9	1.044,7	(5,0%)
Rede fixa	185,7	184,1	0,9%	563,6	560,4	0,6%
TMN	145,5	163,2	(10,8%)	433,5	488,4	(11,3%)
Outros	(1,3)	(1,4)	(5,7%)	(4,2)	(4,1)	1,6%

(1) EBITDA = resultado operacional + PRBs + amortizações.

O EBITDA dos negócios de telecomunicações em Portugal ascendeu a 993 milhões de euros nos 9M11 (-5,0% face aos 9M10), equivalente a uma margem de 45,7%, uma melhoria de 1,3pp face ao mesmo período do ano anterior. No 3T11, a margem EBITDA melhorou em 1,3pp face ao 3T10, para 45,1%, um desempenho resiliente (1,2pp no 2T11 e 1,5pp no 1T11) que destaca a sustentabilidade das iniciativas da PT no controlo de custos. Os custos operacionais diminuíram 9,9% devido: (1) ao facto do serviço de TV por subscrição ter atingido massa crítica, o que permite a redução de custos de programação por cliente; (2) à implementação da rede de fibra, cuja qualidade de serviço superior implica menor suporte ao cliente e menores custos de manutenção de rede; (3) à implementação de novas iniciativas, em particular no apoio ao cliente e field force, promovendo a utilização de ferramentas de self-care e beneficiando da convergência fixo-móvel; (4) à maior simplicidade das ofertas comerciais e dos processos, nomeadamente no segmento Pessoal, e (5) às medidas adicionais tomadas em antecipação ao fraco ambiente macroeconómico, refletindo o enfoque da PT no controlo de custos. Este desempenho sólido foi alcançado num cenário de menor contribuição para as receitas e EBITDA do negócio de listas telefónicas, nos montantes de 16 milhões de euros e 5 milhões de euros, respetivamente. A PT tem um investimento financeiro de 25% na empresa Páginas Amarelas, a qual é gerida pela Truvo.

No 9M11, o EBITDA da Oi ascendeu a 562 milhões de euros, o equivalente a 1.290 milhões de reais e correspondentes à consolidação proporcional a partir de 1 abril de 2011. A margem EBITDA no período foi de 34,4%.

O EBITDA dos outros negócios internacionais aumentou 17,0% face aos 9M10, ascendendo a 99 milhões de euros nos 9M11, principalmente devido: (1) ao impacto da consolidação proporcional da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (20 milhões de euros), e (2) ao crescimento de 5,9% e de 2,2%, face aos 9M10, da Timor Telecom e da MTC, respetivamente. Após vários trimestres de contração do EBITDA na CVT em Cabo Verde, principalmente devido à deterioração das condições económicas e à política regulatória adversa, nos 9M11, o EBITDA da CVT aumentou 1,6%. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela menor contribuição da Dedic/GPTI, que foi consolidada integralmente até 30 de junho de 2011 e integrada na Contax desde essa data.

Os ativos internacionais, consolidados integral e proporcionalmente, representaram 52,4% do EBITDA da PT no 3T11. Os negócios no Brasil representaram 44,1% do EBITDA no período e os negócios africanos, consolidados integralmente, representaram 5,0%.

01 Análise dos resultados consolidados

Resultado líquido

Os custos com benefícios de reforma diminuíram para 41 milhões de euros nos 9M11, face a 53 milhões de euros nos 9M10, refletindo, essencialmente, o impacto da transferência das obrigações dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, a qual foi concluída em dezembro de 2010. Este efeito foi parcialmente compensado pela consolidação proporcional da Oi a partir de 1 de abril de 2011 (3 milhões de euros).

As amortizações aumentaram 66,4% nos 9M11 face aos 9M10, para 914 milhões de euros, refletindo principalmente a consolidação proporcional da Oi e da Contax (335 milhões de euros), incluindo as respetivas empresas holdings. Excluindo este efeito, os custos com amortizações teriam aumentado 5,4% para 579 milhões de euros nos 9M11, devido à maior contribuição dos negócios em Portugal (25 milhões de euros), em resultado da implementação da rede de fibra e do crescimento dos serviços de TV por subscrição. No 3T11, os custos consolidados com amortizações ascenderam a 350 milhões de euros, uma redução de 5,0% face a 368 milhões de euros no 2T11, principalmente em resultado do impacto da troca de equipamentos 2G da TMN para equipamentos 4G (LTE), do menor contributo da Dedic, que foi integrada na Contax a partir de 1 de julho de 2011, e de menores custos com amortizações na Oi.

Os juros líquidos suportados aumentaram para 199 milhões de euros nos 9M11, que compara com 176 milhões de euros nos 9M10, refletindo principalmente a consolidação proporcional da Oi e da Contax, incluindo as respetivas empresas holdings, a partir de 1 de abril de 2011 (115 milhões de euros). Excluindo este efeito, as despesas com juros líquidos teriam diminuído 91 milhões de euros, para 85 milhões de euros nos 9M11, principalmente em resultado de: (1) 51 milhões de euros de juros obtidos no 1T11 em depósitos em reais, que foram utilizados para pagar o investimento na Oi em 31 de março de 2011, e (2) diminuição mediado custo médio da dívida dos negócios em Portugal, excluindo o impacto dos juros obtidos relativos aos depósitos em reais brasileiros, tal como referido acima, que ascendeu 3,4% nos 9M11 e compara com 4,6% nos 9M10. Estes efeitos mais do que compensaram o impacto do aumento da dívida líquida média das operações em Portugal, que reflete: (1) o investimento na Oi em 31 de março de 2011 (3.728 milhões de euros); (2) os dividendos pagos em junho de 2011 (1.118 milhões de euros relativos à segunda prestação do dividendo extraordinário no valor de 0,65 euros por ação e ao dividendo ordinário no valor de 0,65 euros por ação), e (3) a dívida relacionada com a transferência das obrigações com pensões, concluída em dezembro de 2010 (1.022 milhões de euros), que mais do que compensaram o impacto da primeira e da segunda prestação recebidas da Telefónica em 2010 (5.500 milhões de euros) relativas à transação da Vivo.

Os ganhos em empresas associadas ascenderam a 169 milhões de euros nos 9M11, que compara com 65 milhões de euros nos 9M10. Nos 9M11, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relativo à conclusão do processo de alienação da participação na UOL, pelo montante de 156 milhões de euros, enquanto nos 9M10 inclui perdas não recorrentes em investimentos em empresas associadas, no montante de 72 milhões de euros, de forma a ajustar o seu valor contabilístico para os respetivos valores recuperáveis. Excluindo estes efeitos e a participação da PT nos resultados da UOL nos 9M10 (14 milhões de euros), os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 131 milhões nos 9M11 e a 124 milhões de euros nos 9M10, refletindo principalmente a melhoria nos ganhos da Unitel, não obstante a desvalorização da moeda local, e da CTM.

Os outros custos financeiros líquidos, que incluem perdas cambiais líquidas, perdas líquidas em ativos financeiros e outras despesas financeiras líquidas, aumentaram de 35 milhões de euros nos 9M10 para 87 milhões de euros nos 9M11, refletindo principalmente: (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de

01 Análise dos resultados consolidados

abril de 2011 (36 milhões de euros), e (2) determinados impostos suportados no Brasil com a transferência de fundos para o investimento na Oi (14 milhões de euros).

O **imposto sobre o rendimento** aumentou para 155 milhões de euros nos 9M11, face a 64 milhões de euros nos 9M10, correspondendo a uma taxa efetiva de imposto de 27,8% e 24,7%, respetivamente. O aumento na taxa de imposto é explicado, principalmente, por: (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (37 milhões de euros); (2) um benefício fiscal de 52 milhões de euros nos 9M10, relativo à reestruturação societária do negócio da Africatel, que resultou em menores lucros tributáveis, e (3) um ganho de 4 milhões de euros correspondente ao impacto nos impostos diferidos, à data de 1 de janeiro de 2010, do aumento da taxa de imposto em Portugal de 26,5% para 29,0% para empresas com lucros tributáveis superiores a 2 milhões de euros. Ajustando por: (1) os ganhos não recorrentes acima mencionados registados em 2010; (2) o impacto de menores juros não dedutíveis, e (3) determinadas perdas não recorrentes e não dedutíveis fiscalmente reconhecidas no 3T10, a taxa efectiva de imposto teria sido 28,2% nos 9M11 e 29,0% nos 9M10.

O **lucro das operações descontinuadas** ascendeu a 5.551 milhões de euros nos 9M10 e inclui principalmente a mais valia obtida com a alienação do investimento na Vivo, concluída em 27 de setembro de 2010, os resultados antes de interesses não controladores até essa data e os ajustamentos de conversão cambial acumulados reconhecidos no resultado líquido na data da alienação, embora não contribuindo para o resultado líquido distribuível.

O **lucro atribuível a interesses não controladores** decresceu 60 milhões de euros nos 9M11 para 70 milhões de euros, refletindo a redução nos interesses não controladores da Vivo (61 milhões de euros), no seguimento da aquisição deste investimento pela Telefónica em setembro de 2010. O impacto da consolidação proporcional da Oi e Contax a partir de 1 de abril de 2011, no montante de 14 milhões de euros, foi compensado pela diminuição dos interesses não controladores dos negócios em África (14 milhões de euros), que é principalmente explicada pela participação dos interesses não controladores no ganho fiscal reconhecido no 2T10, em resultado da reestruturação societária destas empresas.

O **resultado líquido** ascendeu a 333 milhões de euros nos 9M11. Nos 9M10, o resultado líquido foi de 5.618 milhões de euros, principalmente impactado pelo resultado líquido das operações descontinuadas e respetivos interesses não controladores, relacionados com a alienação do investimento na Vivo. Excluindo estes efeitos o resultado líquido teria aumentado de 128 milhões de euros nos 9M10 para 333 milhões de euros nos 9M11.

Capex

O **capex** aumentou 42,6% nos 9M11 face aos 9M10, para 704 milhões de euros, que compara com 494 milhões de euros nos 9M10, principalmente devido ao impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (240 milhões de euros). Excluindo este efeito, o capex teria diminuído 6,0% nos 9M11 face aos 9M10, para 464 milhões de euros, equivalente a 18,1% das receitas, e foi direcionado para investimentos em tecnologias de ponta, em particular FTTH, e também em 3G e 3,5G.

01 Análise dos resultados consolidados

Capex por segmento de negócio	Milhões de euros					
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Portugal	149,6	138,5	8,0%	400,5	403,1	(0,7%)
Brasil - Oi	106,5	0,0	n.s.	223,2	0,0	n.s.
Outros	29,6	42,9	(30,9%)	80,1	90,4	(11,4%)
Capex total	285,8	181,4	57,5%	703,8	493,6	42,6%
Capex em % das receitas operacionais (%)	16,4	19,1	(2,7pp)	15,9	17,7	(1,7pp)

O **capex dos negócios de telecomunicações em Portugal** manteve-se estável em 400 milhões de euros nos 9M11 (-0,7% face aos 9M10). Este desempenho reflete uma diminuição do capex do segmento Residencial, devido à diminuição do capex de cliente, em resultado de: (1) menor número de set-top boxes por cliente de TV de rede fibra quando comparado com cliente de rede ADSL; (2) menor custo unitário das set-up-boxes, terminais óticos e home gateways, e (3) melhor taxa de reutilização das set-top boxes, que atingiu 75% nos 9M11 (74% no 1S11 e 63% nos 9M10). Estes efeitos foram compensados pelo aumento do capex relacionado com a troca de equipamentos da TMN 2G por equipamentos LTE (4G) e por investimentos em capacidade nas redes existentes 3G e 3,5G, nomeadamente nas áreas urbanas. Adicionalmente, a PT tem vindo a reforçar a sua capacidade de dados móvel e a sua qualidade de rede, aproveitando a implementação existente de FTTH para aumentar a sua qualidade da rede móvel e liderar a implementação de 4G no mercado Português. O capex em percentagem das receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal foi de 18,4% das receitas, face a 17,1% nos 9M10. A PT pretende reforçar ainda mais a sua proposta de valor para os clientes empresariais, PMEs/SOHO e residenciais, alargando a cobertura de FTTH em até mais 600 mil casas e investindo na construção do mais avançado data centre, com 75,5 mil metros quadrados.

Nos 9M11, o **capex da Oi**, consolidado proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, ascendeu a 223 milhões de euros, o equivalente a 512 milhões de reais, e foi direcionado principalmente para: (1) melhorar a qualidade e cobertura da rede fixa; (2) aumentar a velocidade dos serviços de banda larga; (3) melhorar a cobertura da rede móvel, e (4) reforçar a capacidade de dados.

Nos 9M11, o **capex dos outros negócios** diminuiu para 80 milhões de euros, em comparação com 90 milhões de euros nos 9M10, principalmente como resultado de uma menor contribuição da MTC, na Namíbia, e da CVT, em Cabo Verde, e não obstante um aumento do capex da Timor Telecom. A consolidação da Contax a partir de 1 de abril de 2011 foi compensada pela menor contribuição da Dedic/GPTI, devido aos investimentos realizados no 1T10 relacionados com a expansão da Dedic, nomeadamente a construção de novos sites, e à sua integração na Contax a partir de 1 julho de 2011.

Cash Flow

O cash flow operacional aumentou para 894 milhões de euros nos 9M11, face a 410 milhões de euros nos 9M10, incluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (295 milhões de euros). Ajustando por este efeito, o cash flow operacional teria aumentado 188 milhões de euros, para 598 milhões de euros nos 9M11, principalmente devido à significativa melhoria na gestão do fundo de maneiio (248 milhões de euros), explicada maioritariamente pela: (1) redução extraordinária no ciclo de pagamentos a determinados fornecedores realizada no 4T10, na sequência da entrada de fundos decorrente da transação da Vivo, levando à diminuição dos pagamentos a fornecedores nos 9M11, e (2) menor investimento relacionado com contas a receber nos negócios em Portugal.

01 Análise dos resultados consolidados

Free cash flow ⁽¹⁾	Milhões de euros					
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
EBITDA menos Capex	368,5	200,4	83,8%	950,3	635,6	49,5%
Itens não monetários	39,4	11,6	240,4%	93,6	31,1	200,7%
Varição do fundo de manei	(38,9)	15,5	n.s.	(150,0)	(256,4)	(41,5%)
Cash flow operacional	369,0	227,5	62,2%	893,8	410,4	117,8%
Juros	(8,6)	(15,7)	(45,5%)	(160,3)	(181,1)	(11,5%)
Reemb. (contrib.) dos fundos de pensões, líquidos ⁽²⁾	(11,2)	(5,9)	90,4%	(20,4)	31,5	n.s.
Pag. a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(46,8)	(45,4)	3,3%	(128,2)	(116,2)	10,4%
Impostos sobre o rendimento	(40,8)	2,7	n.s.	(119,5)	(37,6)	218,1%
Dividendos recebidos	0,3	0,9	(70,4%)	147,0	9,6	n.s.
Alienações (aquisições) de invest. financeiros, líquidas	12,1	0,1	n.s.	123,6	1,4	n.s.
Reduções de capital na Brasilcel	0,0	0,0	n.s.	0,0	89,9	n.s.
Outros movimentos ⁽³⁾	(92,9)	(34,3)	170,8%	(238,3)	(56,1)	n.s.
Free cash flow	180,9	130,0	39,2%	497,7	151,8	227,8%

(1) O free cash flow nos 9M11 e nos 9M10 exclui o pagamento relativo à aquisição do investimento estratégico da PT na Oi e na Contax e a primeira prestação relativa à transação da Vivo, respetivamente. (2) Nos 9M11, esta rubrica inclui 16 milhões de euros relativos aos pagamentos com o serviço do ano associados aos empregados no ativo transferidos para o Estado Português. (3) Nos 9M11, esta rubrica inclui pagamentos de despesas relacionados com o investimento estratégico na Oi, comissões bancárias e certos pagamentos de penalidades contratuais e ações legais, principalmente na Oi e na Contax.

Excluindo o pagamento relativo à aquisição do investimento da PT na Oi e na Contax no 1T11 e a primeira prestação recebida da Telefónica no 3T10 relativa à alienação da Vivo, o free cash flow nos 9M11 ascendeu a 498 milhões de euros, que compara com 152 milhões nos 9M10. Este desempenho é explicado principalmente: (1) pelo aumento do cash flow operacional (483 milhões de euros), como referido acima; (2) pelo recebimento, no montante de 156 milhões de euros, relativo à alienação da participação na UOL; (3) pelos dividendos recebidos da Unitel nos 9M11 (126 milhões de euros) relativos ao ano de 2009, enquanto os dividendos relativos ao ano de 2008 tinham sido recebidos no 4T09, e (4) pela redução dos juros pagos, no montante de 18 milhões de euros, devido à diminuição da dívida líquida média dos negócios em Portugal e aos juros recebidos dos depósitos bancários em reais utilizados no pagamento do investimento estratégico na Oi e na Contax, que mais do que compensaram a consolidação proporcional da Oi e da Contax, incluindo as empresas holdings, a partir de 1 de abril de 2011 (104 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados: (1) pelo montante de 90 milhões de euros recebido da Brasilcel relacionado com reduções de capital; (2) pelo aumento dos pagamentos relacionados com ações legais (160 milhões de euros), principalmente devido à consolidação proporcional da Oi; (3) pelo aumento dos pagamentos líquidos relacionados com benefícios de reforma (64 milhões de euros), devido ao reembolso de 75 milhões de euros recebido no 1T10, relativo ao excesso de financiamento do plano de cuidados de saúde; (4) pelo montante pago pela Contax pela aquisição da Allus (44 milhões de euros) no 2T11, e (5) pelo aumento dos pagamentos de imposto sobre o rendimento (82 milhões de euros), relacionado principalmente com o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax (36 milhões de euros) e com impostos retidos na fonte relativos a depósitos bancários constituídos com as disponibilidades obtidas com a alienação da Vivo. Para efeitos comparativos, o free cash flow da PT ajustado pelo investimento na Oi e na Contax e pelo impacto da consolidação proporcional do free cash flow destas empresas aumentou para 591 milhões de euros nos 9M11, que compara com 152 milhões de euros nos 9M10, ajustado pela primeira prestação recebida da Telefónica.

Dívida Líquida Consolidada

A dívida líquida consolidada, ajustada pelo montante recebido da Telefónica em 31 de outubro de 2011, pelo impacto da consolidação proporcional da dívida líquida da Oi e da Contax, incluindo as empresas holdings, e pelo efeito fiscal relacionado com a transferência dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, ascendeu a 4.151 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, um decréscimo de 119 milhões de euros face a 30

01 Análise dos resultados consolidados

de junho de 2011. A dívida líquida consolidada aumentou de 2.100 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 8.541 milhões de euros à data de 30 de setembro de 2011, um aumento de 6.441 milhões de euros, refletindo: (1) a aquisição dos investimentos estratégicos na Oi e na Contax por um montante total de 3.728 milhões de euros e a consolidação proporcional da posição de dívida líquida no montante de 2.053 milhões de euros em 31 de março de 2011; (2) os dividendos pagos pela PT aos seus acionistas (1.118 milhões de euros) bem como pelas suas subsidiárias a interesses não controladores (78 milhões de euros), e (3) a aquisição realizada pela Oi, no 2T11, de ações próprias da PT (87 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo free cash flow gerado no período, ajustado pelos investimentos na Oi e na Contax, no montante de 498 milhões de euros, e pelo impacto da desvalorização do real face ao euro, que gerou uma redução na dívida líquida de 132 milhões de euros.

Variação da dívida líquida	Milhões de euros			
	3T11	3T10	9M11	9M10
Dívida líquida (balanço inicial como reportado)	8.874,9	6.092,8	2.099,8	5.528,0
Dívida da Vivo (a subtrair)	0,0	719,5	0,0	699,0
Dívida líquida (balanço inicial ajustado)	8.874,9	5.373,3	2.099,8	4.829,0
Free cash flow (a subtrair)	180,9	130,0	497,7	151,8
Primeira prestação relativa à transação da Vivo	0,0	(4.500,0)	0,0	(4.500,0)
Aquisição de investimento estratégico na Oi e Contax	0,0	0,0	3.727,6	0,0
Efeito de conv. cambial de dívida em moeda estrangeira	(190,6)	0,0	(132,4)	0,0
Dividendos pagos pela PT	0,0	0,0	1.117,7	503,6
Aquisição de ações próprias	0,0	0,0	86,8	0,0
Alterações no perímetro de consolidação (Oi e Contax)	0,0	0,0	2.052,5	0,0
Outras alterações no perímetro de consolidação	10,0	0,9	(1,4)	31,7
Outros ⁽¹⁾	27,2	37,3	87,6	69,1
Dívida líquida (balanço final)	8.540,6	781,6	8.540,6	781,6
A receber da TEF (a subtrair)	2.000,0	3.000,0	2.000,0	3.000,0
Efeito fiscal sobre resp. não financiadas (a subtrair)	226,1	226,1	226,1	226,1
Dívida líquida ajustada (balanço final)	6.314,5	(2.444,5)	6.314,5	(2.444,5)
Dívida líquida da Oi e Contax, inc. holdings (a subtrair)	2.164,0	0,0	2.164,0	0,0
Dívida líquida ajustada exc. Oi e Contax (balanço final)	4.150,5	(2.444,5)	4.150,5	(2.444,5)
Variação da dívida líquida	(334,3)	(4.591,7)	6.440,8	(4.047,4)
Variação da dívida líquida (%)	(3,8%)	(75,4%)	306,7%	(73,2%)

(1) Nos 9M11 e 9M10, esta rubrica inclui essencialmente 78 milhões de euros e 63 milhões de euros, respetivamente, relativos a dividendos pagos por empresas subsidiárias consolidadas integral e proporcionalmente pela PT a interesses não controladores.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi e da Contax, o valor de disponibilidades de caixa e equivalentes, acrescido do montante recebido da Telefónica em 31 de outubro de 2011 e do montante disponível em linhas de crédito e papel comercial ascendia a 5.524 milhões de euros no final de setembro de 2011, dos quais 940 milhões de euros eram relativos a linhas de crédito e papel comercial não utilizados. Após a emissão, em janeiro de 2011, de um Eurobond a 5 anos no montante de 600 milhões de euros e a contratação, em março e abril de 2011, de uma nova linha de crédito, com oito bancos líderes internacionais, no valor de 1.200 milhões de euros, a PT tem as suas maturidades da dívida totalmente financiadas até ao final de 2013 e dispõe da flexibilidade financeira para continuar a investir nos seus negócios, enquanto honra os compromissos com os seus acionistas.

Nos 9M11, excluindo os 51 milhões de euros de juros obtidos dos depósitos relativos ao investimento estratégico na Oi, o custo médio da dívida líquida da PT situou-se em 3,4%, uma redução face a 4,6% nos 9M10. Em 30 de setembro de 2011, a dívida líquida consolidada da PT tinha uma maturidade de 5,9 anos. Excluindo a consolidação da Oi e da Contax, a dívida líquida consolidada também tinha uma maturidade de 5,9 anos. No final de setembro

01 Análise dos resultados consolidados

de 2011, o rácio de cobertura do EBITDA pela dívida líquida, excluindo o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, foi de 2,9x.

Responsabilidades com Complementos de Benefícios de Reforma

Em 30 de setembro de 2011, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) dos negócios em Portugal, relativas a complementos de pensões e cuidados de saúde, ascendiam a 434 milhões de euros e o valor de mercado dos ativos sob gestão ascendia a 381 milhões de euros, comparando com 472 milhões de euros e 448 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, respetivamente. Adicionalmente, a PT tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 824 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, que não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Esses salários são pagos mensalmente, diretamente pela PT, aos beneficiários até à idade da reforma. Assim, as obrigações não financiadas brutas totais dos negócios em Portugal ascendiam a 878 milhões de euros e as responsabilidades não financiadas líquidas de impostos ascendiam a 658 milhões de euros. Os planos de benefícios de reforma da PT relativos a complementos de pensões e cuidados de saúde estão fechados à entrada de novos participantes.

Adicionalmente, no seguimento do investimento estratégico na Oi, a PT consolidou proporcionalmente as suas responsabilidades líquidas com benefícios de reforma no valor de 52 milhões de euros em 31 de março de 2011 e 51 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, relacionadas com vários planos com características diferentes, incluindo planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos. A maioria destes planos já está fechada a novos participantes. A Oi tem vários planos que apresentam uma situação excedentária para os quais não é registado qualquer ativo por não ser possível assegurar reembolsos.

Responsabilidades com benefícios de reforma	Milhões de euros	
	30 setembro 2011	31 dezembro 2010
Responsabilidades com pensões	124,5	129,9
Responsabilidades com cuidados de saúde	309,9	342,5
Resp. projectadas com benefícios de reforma (PBO)	434,4	472,4
Valor de mercado dos fundos ⁽¹⁾	(380,6)	(448,1)
Resp. não financ. c/ pensões e cuidados de saúde	53,8	24,2
Salários a pagar a empregados suspensos e pré-reformados	824,1	924,3
Responsabilidades não financiadas brutas	877,9	948,6
Resp. não financiadas líquidas do efeito fiscal	658,4	711,4
Responsabilidades não financiadas brutas na Oi	51,0	0,0
Ganhos com serviços passados não reconhecidos	17,2	18,3
Provisão para benefícios de reforma	946,0	966,9

(1) A redução no valor de mercado dos fundos resultou principalmente de: (i) pagamentos de complementos no montante de 7,0 milhões de euros; (ii) do desempenho negativo dos ativos sob gestão no montante de 49,7 milhões de euros (equivalente a 11,4% negativos nos 9M11), e (iii) reembolso das despesas de saúde pagas anteriormente pela PT no montante de 10,9 milhões de euros.

O total das responsabilidades não financiadas brutas dos negócios em Portugal diminuiu 71 milhões de euros, para 878 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, principalmente em resultado dos pagamentos de salários a empregados suspensos e pré-reformados efetuados durante o período, no montante de 128 milhões de euros, os quais foram parcialmente compensados pelos custos com benefícios de reforma e com o programa de redução de efetivos reconhecidos no período (29 milhões de euros) e pelas perdas actuariais líquidas (33 milhões de euros). O total das responsabilidades não financiadas brutas da Oi decresceu de 52 milhões de euros em 31 de março de 2011 para 51 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, refletindo, principalmente, o impacto da

01 Análise dos resultados consolidados

desvalorização do real face ao euro (4 milhões de euros), parcialmente compensado pelos custos com benefícios de reforma no montante de 3 milhões de euros.

Variação nas responsabilidades não financiadas brutas	Milhões de euros	
	9M11	9M10
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo inicial)	948,6	1.467,4
Alteração do perímetro de consolidação	52,5	0,0
Custos com benefícios de reforma (PRBs) ⁽¹⁾	26,1	54,9
Custos do programa de redução de efectivos	6,3	10,9
Reembolsos (contribuições) líquidos para os fundos de pensões ⁽²⁾	(4,9)	31,5
Pag. de salários a colab. pré-reformados, suspensos e outros	(128,2)	(116,2)
Perdas (ganhos) atuariais líquidos ⁽³⁾	33,0	72,6
Ajustamentos de conversão cambial	(4,5)	0,0
Responsabilidades não financiadas brutas (saldo final)	928,9	1.521,1

(1) Nos 9M11, esta rubrica exclui os pagamentos com o serviço do ano dos empregados no ativo transferidos para o Estado Português, no montante de 16 milhões de euros. (2) Nos 9M11, esta rubrica inclui despesas de saúde líquidas de reembolsos no valor de 2,0 milhões de euros e pagamentos por acordo de rescisão contratual no valor de 2,6 milhões de euros. Adicionalmente, foram pagas contribuições de 15,5 milhões de euros referentes ao serviço do ano dos beneficiários transferidos para o Estado. (3) Nos 9M11, as perdas atuariais líquidas incluem: (i) um ganho de 36 milhões de euros relacionado com a alteração das taxas de desconto de 4,75% para 5% nos suplementos de pensões e de 4,75% para 5,5% nas responsabilidades com cuidados de saúde e (ii) uma perda de 69 milhões de euros relacionada com a diferença entre o retorno efetivo dos ativos sob gestão no período (-11,4%) e o retorno estimado (6% anualizado).

Os custos com benefícios de reforma diminuíram para 41 milhões de euros nos 9M11, de 53 milhões de euros nos 9M10, refletindo, principalmente, o impacto da transferência das obrigações dos planos de pensões regulamentares para o Estado Português, concluída em dezembro de 2010. Este efeito foi parcialmente compensado pela consolidação proporcional da Oi a partir de 1 de abril de 2011 (3 milhões de euros).

Capital Próprio

Variação no capital próprio (excluindo interesses não controladores)	Milhões de euros
	9M11
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo inicial)	4.392,4
Resultado líquido	333,5
Ajustamentos de conversão cambial líquidos	(430,1)
Dividendos	(1.118,0)
Ganhos (perdas) atuariais líquidos, líquidos do efeito fiscal	(24,7)
Ações PT adquiridas pela Oi ⁽¹⁾	(148,3)
Outros	(12,3)
Capital próprio antes de interesses não controladores (saldo final)	2.992,5
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores	(1.400,0)
Variação no capital próprio antes de interesses não controladores (%)	(31,9%)

(1) Esta rubrica inclui 61 milhões de euros de ações PT adquiridas antes de 31 de Março de 2011 (data do início da consolidação da Oi).

Em 30 de setembro de 2011, o capital próprio excluindo os interesses não controladores ascendeu a 2.992 milhões de euros, o que representa uma diminuição de 1.400 milhões de euros nos 9M11. Esta diminuição é explicada principalmente por: (1) dividendos pagos pela PT aos seus acionistas no montante de 1.118 milhões de euros; (2) ajustamentos de conversão cambial negativos, no montante de 430 milhões de euros, maioritariamente relacionados com a desvalorização do real face ao euro, e (3) a aquisição de ações próprias da PT pela Oi (148 milhões de euros), que para efeitos contabilísticos estão registadas como ações em tesouraria. Estes efeitos mais do que compensaram o resultado líquido gerado no período de 333 milhões de euros.

01 Análise dos resultados consolidados

Investimento Estratégico na Oi

Em 31 de março de 2011, a PT concluiu o investimento estratégico na Telemar Norte Leste, S.A. ("Oi") e na Contax, S.A. ("Contax") pelo montante total de 8.437 milhões de reais (3.728 milhões de euros). Estes investimentos estratégicos foram realizados no âmbito dos acordos celebrados com os acionistas controladores da Telemar Participações, S.A., que controla e consolida integralmente a Oi, e da CTX Participações, S.A., que por sua vez controla e consolida integralmente a Contax. No âmbito destes acordos, a PT partilha o controlo destas empresas e desempenha um papel fundamental nas políticas financeiras estratégicas e operacionais das mesmas e, consequentemente, os investimentos adquiridos são classificados, para efeitos contabilísticos, como entidades controladas conjuntamente. Como permitido pela norma IAS 31, os resultados da PT nos 9M11 incluem a consolidação proporcional dos resultados da Oi e da Contax, a partir de 1 de abril de 2011. Adicionalmente, o processo de troca da participação na Dedic/GPTI por uma participação adicional na Contax foi concluído em 1 de julho de 2011. A Oi é consolidada proporcionalmente, refletindo a participação direta e indireta de 25,6% que a PT detém na Telemar Participações, o acionista controlador da Oi, que consolida integralmente a Oi, incluindo a Tele Norte Leste Participações, a Telemar Norte Leste e a Brasil Telecom. A Contax é consolidada proporcionalmente, refletindo a participação direta e indireta de 44,4% que a PT detém na CTX Participações, que consolida integralmente a Contax, que por sua vez consolida integralmente a Dedic/GPTI desde 1 de julho de 2011.

A PT realizou os investimentos estratégicos na Oi e na Contax através das suas empresas holdings, detidas a 100% pela PT, Bratel Brasil e PT Brasil, respetivamente, tendo adquirido interesses económicos de 25,3% na Oi (Telemar Norte Leste) e de 14,1% na Contax. A participação económica na Contax foi aumentada para 19,5% em 1 de julho de 2011, na sequência da troca da participação na Dedic/GPTI por uma participação adicional na Contax.

Demonstração da Posição Financeira Consolidada

As principais alterações na demonstração da posição financeira consolidada são explicadas, maioritariamente, pela aquisição das participações na Oi e na Contax. Esta operação foi concluída em 31 de março de 2011 e, portanto, a PT consolida proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas na sua demonstração da posição financeira desde 31 de março de 2011.

O total dos ativos e dos passivos aumentou de 15,2 mil milhões de euros e de 10,6 mil milhões de euros a 31 de dezembro de 2010 para 22,2 mil milhões de euros e 18,4 mil milhões de euros a 30 de setembro de 2011, respetivamente, refletindo principalmente os impactos resultantes da aquisição e consolidação proporcional da Oi e da Contax, nos montantes de 7,4 mil milhões de euros e de 6,8 mil milhões de euros, respetivamente. Além destes efeitos, o total do passivo aumentou em 1,1 mil milhões de euros, principalmente devido à emissão do Eurobond no montante de 600 milhões de euros em janeiro de 2011, e o total dos ativos decresceu em 400 milhões de euros, impactado principalmente pela desvalorização do real face ao euro.

Os principais efeitos do investimento estratégico na Oi e na Contax e da sua consolidação proporcional na demonstração da posição financeira consolidada da PT, em 31 de março de 2011, são: (1) um total de ativos e passivos relacionado com essa participação no valor de 9,3 mil milhões de euros e de 6,8 mil milhões de euros, respetivamente, e interesses não controladores de 0,7 mil milhões de euros; (2) uma redução do valor de disponibilidades em caixa e equivalentes no montante de 3,7 mil milhões de euros, correspondente ao montante pago pela aquisição destes investimentos, e (3) o reconhecimento de um goodwill preliminar de 1,8 mil milhões de euros como resultado desta transação.

01 Análise dos resultados consolidados

O total de ativos e passivos que foram proporcionalmente consolidados pela primeira vez, à data de 31 de março de 2011, considerando o goodwill registado como resultado da transação, inclui principalmente ativos tangíveis e intangíveis (6.445 milhões de euros), disponibilidades em caixa e equivalentes (1.696 milhões de euros), contas a receber (778 milhões de euros), ativos por impostos diferidos (654 milhões de euros), dívida bruta (3.749 milhões de euros), provisões (807 milhões de euros) e respetivos depósitos judiciais (984 milhões de euros), contas a pagar e acréscimos de custos (773 milhões de euros), impostos a pagar (630 milhões de euros) e impostos a pagar diferidos (353 milhões de euros).

Demonstração da posição financeira consolidada	Milhões de euros	
	30 setembro 2011	31 dezembro 2010
Disponibilidades e títulos negociáveis	3.867,1	5.106,5
Contas a receber	3.934,8	3.403,2
Existências	128,5	101,5
Depósitos judiciais	1.028,3	0,0
Investimentos financeiros	505,4	539,6
Ativos intangíveis	4.573,2	1.111,7
Ativos tangíveis	6.133,6	3.874,6
Ativos com planos de benefícios de reforma	11,8	1,9
Outros ativos	657,3	338,1
Impostos diferidos e custos diferidos	1.312,6	692,7
Total do ativo	22.152,6	15.169,9
Contas a pagar	1.136,8	722,6
Dívida bruta	12.407,7	7.206,3
Responsabilidades com planos de benefícios de reforma	957,8	968,8
Outros passivos	2.989,3	1.063,0
Impostos diferidos e proveitos diferidos	880,9	600,1
Total do passivo	18.372,5	10.560,8
Capital, excluindo interesses não controladores	2.992,5	4.392,4
Interesses não controladores	787,6	216,7
Total do capital próprio	3.780,1	4.609,1
Total do capital próprio e do passivo	22.152,6	15.169,9

02

Evolução dos negócios

Negócios de Telecomunicações em Portugal

A partir do 3T11, a PT passa a reportar os seus negócios de telecomunicações em Portugal, que incluem os segmentos anteriormente reportados rede fixa e TMN, como um novo segmento operacional. Como parte deste novo reporte operacional, a PT passa também a reportar as suas receitas de acordo com segmentos de cliente, que correspondem aos seguintes: (1) "Residencial", que compreende telefone, banda larga fixa e serviços de televisão por subscrição, incluindo serviços double e triple-play prestados em residências, e que anteriormente estava no segmento de rede fixa; (2) "Pessoal", que inclui voz e banda larga móvel e que anteriormente estava incluído na TMN, e (3) "Empresas", que inclui voz fixa e móvel, banda larga e serviços video, assim como aplicações e serviços TIC mais customizados e sofisticados, direcionados a empresas de grande, pequena e média dimensão, e que anteriormente era registado quer na rede fixa quer na TMN. Os outros serviços, incluindo os serviços prestados a operadores (wholesale) e o negócio de listas telefónicas, são registados numa outra rubrica de receita denominada "Serviços a prestadores (wholesale), outros negócios e eliminações". As tabelas da rede fixa e da TMN, os segmentos operacionais anteriormente divulgados pela PT, estão em Anexo para fins comparativos.

Os negócios de telecomunicações em Portugal continuaram a apresentar um aumento estável da base de clientes, com os clientes de acessos fixos de retalho a aumentarem 6,3% face aos 9M10, para 4.709 mil (adições líquidas de 182 mil nos 9M11), e os clientes móveis a aumentar 0,5% face aos 9M10, para 7.354 mil (-65 mil adições líquidas nos 9M11).

Dados operacionais - Portugal						
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Acessos fixos de retalho ('000)	4.709	4.428	6,3%	4.709	4.428	6,3%
PSTN/RDIS	2.662	2.695	(1,2%)	2.662	2.695	(1,2%)
Clientes de banda larga	1.072	964	11,2%	1.072	964	11,2%
Clientes de TV	974	769	26,7%	974	769	26,7%
RGU de retalho por acesso	1,77	1,64	7,6%	1,77	1,64	7,6%
Clientes móveis ('000)	7.354	7.314	0,5%	7.354	7.314	0,5%
Póspagos	2.341	2.267	3,3%	2.341	2.267	3,3%
Prépagos	5.013	5.047	(0,7%)	5.013	5.047	(0,7%)
Adições líquidas ('000)						
Acessos fixos de retalho ('000)	77	83	(7,4%)	182	239	(23,6%)
PSTN/RDIS	(10)	(15)	33,7%	(33)	(52)	35,8%
Clientes de banda larga	32	32	1,4%	71	102	(30,4%)
Clientes de TV	55	67	(17,5%)	145	188	(23,3%)
Clientes móveis ('000)	20	46	(55,9%)	(65)	62	(205,0%)
Póspagos	23	22	3,4%	51	33	55,1%
Prépagos	(3)	23	(112,6%)	(116)	29	n.s.
Dados em % das receitas de serviço (%)	28,9	25,2	3,7pp	27,7	24,5	3,2pp

O aumento dos clientes de acessos fixos de retalho foi impulsionado pelo sólido desempenho do Meo, o serviço de televisão por subscrição da PT, com os clientes de TV a aumentarem 26,7% face aos 9M10 para 974 mil (adições líquidas de 145 mil nos 9M11), e por uma aceleração do crescimento dos clientes de banda larga, que aumentaram 11,2% face aos 9M10 para 1.072 mil (adições líquidas de 71 mil nos 9M11). O sucesso do Meo é alcançado através de uma proposta de valor muito diferenciada, que se sustenta num serviço de TV por subscrição não linear que

02 Evolução dos negócios

oferece uma experiência multiscreen única com canais em direto, video on demand, aluguer de jogos e músicas disponíveis em vários equipamentos. Com 974 mil clientes, o Meo já possui uma quota de mercado de 33,6% e em 14 de novembro a PT anunciou que o Meo tinha ultrapassado 1 milhão de clientes.

Os clientes móveis beneficiaram de um desempenho sólido dos clientes pós-pago, que aumentaram 3,3% face aos 9M10 (adições líquidas de 51 mil nos 9M11). Os planos tarifários “e nunca mais acaba”, que atingiram 568 mil clientes nos 9M11, assim como os clientes de banda larga móvel, continuaram a apresentar tendências de crescimento sólidas.

Nos 9M11, a PT lançou novas funcionalidades e ofertas comerciais de forma a diferenciar significativamente a sua proposta de valor em todos os segmentos, aproveitando a convergência entre TV, PC e telemóvel. Em termos de serviços, a PT continua a disponibilizar ofertas convergentes, que incluem serviços de voz, fixo e móvel, e banda larga, também fixa e móvel, tanto para PCs como para smartphones, para distintos segmentos de clientes. A PT também desenvolve ofertas convergentes para os clientes TMN, Sapo e Meo, entre os quais o Meo Mobile, que oferece 40 canais de TV e permite programação remota através do telemóvel, e o Music Box, um serviço com acesso ilimitado no telemóvel, PC e TV a um catálogo de mais de quatro milhões de músicas. A PT lançou durante o verão uma campanha específica, utilizando as marcas Meo e TMN, na qual oferece um programa de duplicação de pontos para os clientes do Meo e da TMN. Para novos clientes Meo, os clientes TMN beneficiam de um bônus de 5 euros mensal durante 6 meses depois da instalação do serviço. Os outros serviços convergentes, como o Meo Jogos, uma plataforma de aluguer de jogos no PC, continua a estar disponível para clientes Meo. Finalmente, o Meo online é um serviço de valor acrescentado convergente que oferece aos clientes a possibilidade de assistir a canais de TV ao vivo no PC, bem como o acesso ao aluguer VoD e à grelha de programação do Meo. O portal web da PT, Sapo, continuou a ser um importante fator para o desenvolvimento, em estreita colaboração com o Meo e a TMN, de aplicações e serviços, diferenciadores e convergentes, para os segmentos de cliente residencial e pessoal. Estas aplicações e serviços estão disponíveis em várias plataformas e equipamentos, incluindo Android, iPhone and iPad e na plataforma de TV da PT.

Residencial

Nos 9M11, as adições líquidas de retalho atingiram 203 mil clientes, em resultado do crescimento do serviço de TV por subscrição, que contribuiu com 135 mil adições líquidas, elevando os clientes residenciais de TV por subscrição para 909 mil (um aumento de 26,7% face aos 9M10). O mês de setembro foi o mês de 2011 com o melhor desempenho em termos de vendas Meo. Nos 9M11, as adições líquidas de banda larga fixa ascenderam a 70 mil, com a base de clientes residenciais de banda larga a aumentar 13,6% face aos 9M10 para 880 mil. As linhas geradoras de tráfego residenciais aumentaram 0,5% nos 9M11 face aos 9M10, refletindo também o impacto positivo das ofertas triple-play. As unidades geradoras de receita residenciais por acesso, medido pelo número de acessos de retalho por linhas PSTN/RDIS, alcançaram 2,07, um aumento de 9,1% face aos 9M10, refletindo o sucesso contínuo das ofertas triple-play. Em resultado deste sucesso, o ARPU residencial aumentou 6,1% face aos 9M10 para 30,7 euros. Este desempenho é ainda mais notável tendo em consideração que foi atingido num contexto de: (1) ambiente económico desafiante, que implica alguma pressão sobre os serviços mais expostos ao ambiente económico, tais como canais premium e temáticos, video on demand e outros serviços de valor acrescentado, e (2) postura comercial agressiva por parte de determinados operadores que oferecem, na mensalidade, tráfego internacional de voz ilimitado, com um impacto negativo direto nas receitas de tráfego.

02 Evolução dos negócios

Dados operacionais • Segmento Residencial

	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Acessos fixos de retalho ('000)	3.460	3.155	9,7%	3.460	3.155	9,7%
PSTN/RDIS	1.671	1.663	0,5%	1.671	1.663	0,5%
Clientes de banda larga	880	774	13,6%	880	774	13,6%
Clientes de TV	909	718	26,7%	909	718	26,7%
RGU de retalho por acesso	2,07	1,90	9,1%	2,07	1,90	9,1%
Adições líquidas ('000)						
Acessos fixos de retalho ('000)	81	95	(14,4%)	203	274	(26,0%)
PSTN/RDIS	(0)	2	(104,5%)	(2)	1	(281,6%)
Clientes de banda larga	30	30	0,6%	70	95	(26,2%)
Clientes de TV	51	64	(19,3%)	135	178	(24,3%)
ARPU (euros)	30,9	29,5	4,6%	30,7	28,9	6,1%
Receitas não-voz em % das receitas (%)	58,5	52,2	6,3pp	57,8	50,2	7,6pp

O crescimento sólido dos clientes residenciais é, claramente, suportado pelo sucesso do Meo, o serviço de TV por subscrição da PT que já se transformou para uma experiência multiscreen única com canais em direto, vídeo on demand, aluguer de jogos e músicas. O Meo apresenta uma proposta de conteúdos diferenciadora, com mais de 150 canais, incluindo canais de conteúdos exclusivos, de alta definição e 3D, milhares de filmes VoD e interatividade sobre programas âncora (exemplo do Ídolos, Casa dos Segredos, Peso Pesado). O Meo também oferece aplicações avançadas e customizadas, através de múltiplos widgets disponíveis numa loja de aplicações e que abrangem áreas como: (1) Entretenimento (ex: surf e futebol); (2) Conveniência (ex: notícias, farmácias), e (3) Conteúdos Pessoais (ex: arquivo online de fotografias).

Ao longo dos 9M11, a PT continuou a surpreender o mercado de TV por subscrição com novas experiências na área de conteúdos. Aproveitando a segunda edição da Casa dos Segredos, o reality show da TVI (um canal aberto local) com elevada audiência, o Meo lançou um canal exclusivo Casa dos Segredos que transmite 24 horas e em direto a Casa dos Segredos, com uma aplicação interativa que permite ao cliente selecionar a câmara através da qual pretende seguir os participantes na casa e permite o acesso exclusivo a vídeos dos “melhores momentos”. Este canal tem sido um claro sucesso comercial, alcançando mais de 10% de audiência e com melhor desempenho do que todos os outros canais de TV por subscrição na maioria dos dias de semana desde o seu lançamento. Com a RTP, outro canal aberto líder de audiências, o Meo lançou uma nova aplicação interativa que permite aos clientes criarem as suas próprias listas de notícias, selecionando e categorizando clips de notícias de um catálogo, automaticamente atualizado e categorizado pelo Meo-RTP ao longo do dia. O Meo também reforçou a sua oferta de música através do lançamento de uma aplicação de rádio que agrega 25 estações de rádio no ecrã de televisão. As estações de rádio incluem: (1) as estações de rádio do Grupo Renascença, o líder destacado deste mercado; (2) SW TMN, a nova estação de rádio da PT, direcionada ao segmento jovem, e (3) várias rádios internacionais.

Nos 9M11, o Meo continuou a reforçar a sua marca, que é percebida pelo mercado como uma marca jovem, inovadora e divertida. Adicionalmente, em setembro de 2011, o Meo alcançou a maior notoriedade da marca entre todos os operadores de TV por subscrição, com a recordação espontânea e comprovada a atingir 62%, aumentando a distância sobre o segundo operador para mais de 40pp. As receitas operacionais do segmento de cliente Residencial atingiram 510 milhões de euros, um aumento de 5,9% face aos 9M10, um desempenho notável que está claramente alavancado no sucesso comercial do Meo, que está a impulsionar o crescimento dos serviços double e triple-play. Como resultado deste sucesso, o peso dos serviços não voz no segmento residencial atingiu 57,8% das receitas nos 9M11, um aumento de 7,6pp face aos 9M10.

02 Evolução dos negócios

Pessoal

O número de clientes móveis do segmento Pessoal, incluindo clientes de voz e banda larga, manteve-se estável nos 9M11 face aos 9M10, tendo atingido 5.872 mil clientes no fim do período, uma vez que o aumento da base de clientes pós-pago (+4,8% face ao 3T10 para 1.054 mil) foi compensado pela diminuição dos clientes pré-pago. O crescimento dos clientes pós-pago foi impulsionado pelo sucesso comercial dos planos tarifários “Unlimited” da TMN e pelo contínuo aumento dos clientes de banda larga.

A estratégia da PT para o segmento de cliente Pessoal está suportada na segmentação das ofertas de dados móveis, de forma a ir de encontro à necessidade cada vez maior de largura de banda por parte dos clientes e de fornecer a melhor qualidade de serviço do mercado. As ofertas comerciais da TMN incluem: (1) planos tarifários de voz e dados desenhados para integrar serviço de voz ilimitado e planos de dados direcionados aos segmentos pós-pagos de maior valor e, no segmento pré-pago, para prevenir a migração para planos tarifários de menor valor através da oferta de serviços adicionais de voz e dados; (2) oferta de smartphones distinta, avançada num portfólio abrangente de cerca de 30 smartphones, incluindo equipamentos exclusivos, e em serviços inovadores de valor acrescentado e convergentes para usar em mobilidade (TV móvel, aluguer de músicas, agregador de redes sociais, etc), e (3) ofertas de banda larga competitivas de até 21,6Mbps de velocidade e que permitem o acesso gratuito à rede nacional WiFi da PT, a maior do mercado.

Dados operacionais - Segmento Pessoal						
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Clientes móveis ('000)	5.872	5.874	(0,0%)	5.872	5.874	(0,0%)
Pós-pagos	1.054	1.005	4,8%	1.054	1.005	4,8%
Pré-pagos	4.819	4.869	(1,0%)	4.819	4.869	(1,0%)
Adições líquidas ('000)	13	39	(67,6%)	(91)	68	(232,8%)
Pós-pagos	13	18	(23,5%)	32	46	(29,6%)
Pré-pagos	(1)	21	(104,3%)	(123)	22	n.s.
MOU (minutos)	91	88	3,8%	88	83	6,0%
ARPU (euros)	10,2	11,3	(9,8%)	9,8	11,1	(12,1%)
Cliente	9,2	9,9	(7,1%)	8,8	9,7	(9,5%)
Interligação	0,9	1,4	(29,8%)	1,0	1,4	(30,3%)
SARC (euros)	27,8	28,4	(2,2%)	27,2	27,1	0,5%
Dados em % das receitas de serviço (%)	30,6	28,4	2,3pp	30,9	28,7	2,2pp

Nos 9M11, a TMN consolidou alterações estratégicas na sua oferta comercial para o segmento de cliente Pessoal. Estas alterações incluem o lançamento dos planos tarifários “e nunca mais acaba” e “Unlimited”, que são direcionados para o aumento do upselling da internet móvel, sustentado pelo aumento da popularidade dos smartphones, e para a promoção do uso de serviços de voz e de valor acrescentado. O plano tarifário “e nunca mais acaba”, em particular, alcançou 568 mil clientes no fim dos 9M11, refletindo um claro sucesso comercial apenas 8 meses após o seu lançamento, que está a ser celebrado com uma campanha de marketing que pretende comunicar a marca dos 600 mil clientes. A TMN lançou ofertas convergentes com o objetivo de reduzir o churn. Estas ofertas incluem “Pontos TMN a dobrar”, que duplica os benefícios (milhas aéreas) atribuídos aos clientes que são, simultaneamente, clientes TMN e Meo. Finalmente, em Março, a TMN lançou uma nova oferta direcionada ao segmento das crianças, que se posiciona em torno do conceito de segurança e controlo de custos, endereçando assim as principais preocupações dos pais quando escolhem o primeiro telefone móvel para as suas crianças. Esta

02 Evolução dos negócios

oferta ficou disponível com o lançamento de um novo plano tarifário, com chamadas e mensagens gratuitas para os pais e para uma lista de contactos autorizada, pelo valor mensal de 5 euros. A TMN também introduziu alterações na sua estrutura tarifária de roaming. Em Agosto, a TMN lançou dois novos planos tarifários diários para o serviço "internetnotemóvel", a oferta de internet da TMN para smartphones, com o objetivo de aumentar o número de clientes que usam a internet enquanto estão em roaming. Em resultado, a TMN tem vindo a melhorar a sua quota de mercado neste segmento.

Como resultado destas iniciativas, as tendências das receitas do segmento Pessoal têm vindo a apresentar melhorias sustentadas ao longo do ano. Com efeito, as receitas de cliente diminuíram 8,3% nos 9M11 face aos 9M10 para 468 milhões de euros e diminuíram -6,8% no 3T11, mostrando uma melhoria sequencial quando comparado com -8,9% no 2T11 face ao 2T10 e -9,4% no 1T11 face ao 1T10. Esta clara melhoria é impulsionada pelo crescimento das receitas do serviço de "internetnotemóvel" e pela melhoria sequencial das receitas de voz, em particular no segmento pré-pago. As receitas de serviço no segmento de cliente Pessoal diminuíram 11,0% nos 9M11 face aos 9M10, em resultado da diminuição das receitas de interligação (-29,3% nos 9M11 face aos 9M10, para 52 milhões de euros), o que reflete a diminuição das MTRs reguladas. O ARPU do segmento pessoal foi de 9,8 euros (-12,1% face aos 9M10). O peso das receitas não voz nas receitas de serviço foi de 30,9% nos 9M11, um aumento de 2,2pp face aos 9M10.

Empresas

O segmento de cliente Empresas inclui serviços de voz e dados, fixos e móveis, e ofertas convergentes e integradas de TI fornecidas a empresas de grande, pequena e média dimensão. Neste segmento de cliente, a PT pretende aumentar a sua base de receitas, para mais do que a conectividade, através da avaliação da oportunidade das TIC, sustentada por investimentos em data centre de desempenho superior, de forma a responder à procura de serviços que exigem maior largura de banda e virtualização. A proposta de valor para os clientes de grandes empresas está sustentada nos seguintes pilares: (1) maximizar o valor dos serviços de telecomunicações tradicionais através do upselling de serviços adicionais, incluindo serviços convergentes fixo-móvel de fibra, de forma a agregar serviços VPN, gestão LAN e serviços de vídeo; (2) transformação das TI acelerada pelo cloud computing, onde a PT pretende alavancar nas parcerias com fornecedores líderes nas suas áreas, de forma a permitir o processo de transformação do negócio e reduções significativas de custos para os clientes empresariais; (3) sustentar na especialização de forma a obter ganhos de escala, incluindo o enfoque no BPO e outsourcing para melhorar a produtividade, e (4) introduzir uma abordagem de consultoria de negócio de forma a aumentar os serviços prestados a empresas para serviços de vídeo, multiscreen e serviços convergentes muito diferenciadores. No segmento das pequenas e médias empresas, a PT pretende integrar as suas ofertas de serviços, incluindo ofertas de voz e dados, fixos e móveis, com acesso a equipamentos subsidiados (PCs, PBX, smartphones e tablets), enquanto ao mesmo tempo torna disponível soluções verticais para determinados setores (ex: restaurantes e pastelarias, retalho, saúde). Durante os 9M11, a PT também continuou a investir significativamente na sua oferta de cloud computing, quer para grandes empresas como para pequenas e médias, tendo agora disponíveis ofertas estruturadas, SmartcloudPT, que incluem infraestrutura como serviço (IaaS), plataforma como serviço (PaaS) e software como serviço (SaaS).

02 Evolução dos negócios

Dados operacionais • Segmento Empresas						
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Acessos fixos de retalho ('000)	1.096	1.114	(1,7%)	1.096	1.114	(1,7%)
PSTN/RDIS	841	876	(3,9%)	841	876	(3,9%)
Clientes de banda larga	191	188	1,2%	191	188	1,2%
Clientes de TV	64	50	26,3%	64	50	26,3%
RGU de retalho por acesso	1,30	1,27	2,3%	1,30	1,27	2,3%
Clientes móveis ('000)	1.416	1.373	3,1%	1.416	1.373	3,1%
Adições líquidas ('000)						
Acessos fixos de retalho ('000)	(6)	(8)	25,1%	(21)	(25)	17,5%
PSTN/RDIS	(12)	(13)	8,4%	(31)	(42)	25,6%
Clientes de banda larga	2	2	21,9%	0	6	(93,6%)
Clientes de TV	4	3	19,5%	10	10	(4,5%)
Clientes móveis ('000)	8	7	22,3%	26	(0)	n.s.
ARPU (euros)	25,5	27,8	(8,2%)	26,3	28,9	(9,1%)

Em resultados destes investimentos relevantes, o desempenho das receitas do segmento de grandes empresas continuou a melhorar nos 9M11. Com efeito, as receitas operacionais do segmento de cliente Empresas diminuíram 9,9% face aos 9M10 para 737 milhões de euros e diminuíram -9,0% no 3T11, comparando com -10,4% no 2T11 face ao 2T10 e -10,1% no 1T11 face ao 1T10. Nos 9M11, as receitas de serviço não voz representavam 46,1% das receitas de retalho, um aumento de 3,0pp face aos 9M10.

Desempenho financeiro consolidado em Portugal

Nos 9M11, as receitas em Portugal diminuíram 7,7% face aos 9M10 para 2.174 milhões de euros. Este desempenho foi penalizado por menores vendas (24 milhões de euros), menores receitas de wholesale (26 milhões de euros), incluindo menores receitas de lacetes locais desagregados e menores vendas de capacidade, e por menores receitas do negócio de listas telefónicas (16 milhões de euros).

Apesar da pressão existente sobre as receitas dos negócios de telecomunicações em Portugal, as medidas implementadas para controlar os custos e as iniciativas de transformação que estão a ocorrer estão a permitir à PT a redução de custos e a melhoria das margens.

Nos 9M11, os custos operacionais, excluindo amortizações e custos com benefícios de reforma, diminuíram 9,9% face aos 9M10 (129 milhões de euros) para 1.181 milhões de euros. Os custos com pessoal diminuíram 8,4% face aos 9M10 (17 milhões de euros) para 190 milhões de euros, em resultado do enfoque no corte de custos, incluindo: (1) menores remunerações variáveis e horas extraordinárias; (2) maiores níveis de eficiência em determinados processos internos, e (3) os benefícios do programa de redução de ativos implementado no 4T10. Os custos diretos diminuíram 11,3% nos 9M11 face aos 9M10 (46 milhões de euros), para 359 milhões de euros, refletindo: (1) menores custos de tráfego na TMN, no seguimento dos cortes regulados nas MTR e de menores custos de interligação em roaming; (2) menores custos associados ao negócio de listas telefónicas, e (3) menores custos associados com a prestação de serviços de rede às escolas. Estes decréscimos foram parcialmente compensados por um aumento dos custos de programação, refletindo o crescimento da base de clientes (+26,7% face aos 9M11) e apesar da diminuição contínua dos custos de programação médios por cliente (-20,9% nos 9M11 face aos 9M10). Os custos comerciais diminuíram 4,7% nos 9M11 face aos 9M10 (11 milhões de euros) para 224 milhões de euros, refletindo a racionalização do portfólio de equipamentos da TMN e menores vendas de equipamentos, levando à redução do custo das mercadorias vendidas no negócio móvel, o que mais do que compensou maiores custos

02 Evolução dos negócios

com comissões e marketing devido ao contínuo marketing do Meo e dos novos planos tarifários no móvel. As outras despesas operacionais diminuíram 11,9% nos 9M11 face aos 9M10 (55 milhões de euros) para 409 milhões de euros, em resultado de: (1) menores custos de suporte, que beneficiaram do lançamento de um novo website de self-care, da revisão dos processos de IVR do self-care e de novas ferramentas para os scripts e revisão dos processos, de forma a aumentar o número de resoluções ao primeiro contacto do cliente; (2) menores custos de reparação e manutenção que, no seguimento do desenvolvimento da rede de FTTH da PT, beneficiaram de menores falhas e também de uma transformação extensiva no programa de field force, que está a permitir melhorar a qualidade de serviço, e (3) um rígido controlo de custos, que está a beneficiar de várias iniciativas, tais como a renegociação dos contratos de manutenção de rede, a renegociação das taxas de cobrança e da pool de carros para a força de vendas e para a field force, que já apresentam resultados visíveis.

Nos 9M11, o EBITDA em Portugal atingiu 993 milhões de euros (-5,0% face aos 9M10) com uma margem de 45,7% (+1,3pp face aos 9M10). É também relevante destacar o desempenho do EBITDA no negócio de rede fixa, dado que atingiu 564 milhões de euros nos 9M11 (+0,6% face aos 9M10). Na TMN, o EBITDA diminuiu 11,3% para 433 milhões de euros nos 9M11. A margem EBITDA foi 46,6% nos 9M11, refletindo um enfoque muito sólido no corte de custos e na rentabilidade.

Demonstração dos resultados - op. de telecomunicações portuguesas ⁽¹⁾				Milhões de euros		
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Receitas operacionais	731,0	789,3	(7,4%)	2.173,6	2.354,7	(7,7%)
Residencial	171,0	162,3	5,4%	510,0	481,7	5,9%
Receitas de serviço	168,0	160,8	4,5%	501,5	473,0	6,0%
Vendas e outras receitas	3,0	1,5	101,7%	8,4	8,7	(2,5%)
Pessoal	199,9	224,0	(10,8%)	574,8	648,1	(11,3%)
Receitas de serviço	178,9	197,6	(9,5%)	520,1	584,2	(11,0%)
Receitas de cliente	162,2	173,9	(6,8%)	468,0	510,5	(8,3%)
Receitas de interligação	16,7	23,7	(29,6%)	52,1	73,7	(29,3%)
Vendas e outras receitas	21,0	26,4	(20,2%)	54,7	63,9	(14,4%)
Empresas	238,0	261,6	(9,0%)	736,7	817,2	(9,9%)
Serviços a prestadores, outros e eliminações	122,1	141,5	(13,7%)	352,1	407,7	(13,6%)
Custos operacionais	401,1	443,4	(9,5%)	1.180,7	1.310,0	(9,9%)
Custos com pessoal	63,9	69,3	(7,8%)	189,5	206,8	(8,4%)
Custos directos dos serviços prestados	120,0	134,5	(10,8%)	358,6	404,1	(11,3%)
Custos comerciais	80,5	86,2	(6,6%)	224,1	235,3	(4,7%)
Outros custos operacionais	136,7	153,4	(10,9%)	408,5	463,9	(11,9%)
EBITDA ⁽²⁾	329,9	345,9	(4,6%)	992,9	1.044,7	(5,0%)
Custos com benefícios de reforma (PRBs)	12,5	17,8	(29,6%)	37,3	53,4	(30,2%)
Amortizações	168,2	180,7	(6,9%)	519,7	494,9	5,0%
Resultado operacional ⁽³⁾	149,2	147,3	1,3%	435,9	496,4	(12,2%)
Margem EBITDA	45,1%	43,8%	1,3pp	45,7%	44,4%	1,3pp
Capex	149,6	138,5	8,0%	400,5	403,1	(0,7%)
Capex em % das receitas operacionais	20,5%	17,5%	2,9pp	18,4%	17,1%	1,3pp
EBITDA menos Capex	180,3	207,4	(13,0%)	592,4	641,6	(7,7%)

(1) Os negócios em Portugal incluem os antigos segmentos rede fixa e TMN. (2) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

02 Evolução dos negócios

O capex diminuiu 0,7% nos 9M11 face aos 9M10 para 400 milhões de euros. O capex relativo a clientes atingiu 130 milhões de euros (-20,2% face aos 9M10), representando 32% do total do capex em Portugal, em resultado da diminuição dos custos unitários dos equipamentos e inovação, nomeadamente a implementação de uma sobreposição do sinal analógico na rede fibra, o que tem vindo a permitir a diminuição do número de set-up-boxes por cliente, e do aumento do nível de reaproveitamento dos equipamentos que estão a ser reinstalados em novos clientes. O capex de infraestrutura aumentou 16% face ao mesmo período do ano anterior, para 210 milhões de euros, em resultado do investimento em novas tecnologias, incluindo o desenvolvimento da rede FTTH, do aumento de cobertura das estações base da TMN com fibra e do swap da rede 2G da TMN para equipamento 4G. O EBITDA menos capex atingiu 592 milhões de euros nos 9M11.

Negocios Internacionais

Oi

No 3T11, as unidades geradoras de receita (RGUs) situaram-se em 67.055 mil, um crescimento de 7,5% face 3T10, incluindo: 19.078 mil linhas fixas (-6,5% face ao 3T10); 4.776 mil clientes de banda larga, "Oi Velox", com um crescimento de 10,5% relativo ao mesmo período do ano anterior, 330 mil clientes de TV por subscrição (+17,9% face ao 3T10), e 42.871 mil clientes móveis, que aumentaram 14,7% face ao 3T10.

Durante os 3T11, a Oi continuou a investir na convergência dos serviços, disponibilizando aos seus clientes o "Oi Fixo Mais" e "Oi Fixo Ilimitado". Estes planos acrescentam valor às chamadas da rede fixa expandindo os seus benefícios com: (1) minutos grátis para chamadas locais fixas; (2) minutos grátis para chamadas nacionais de longa distância com indicativos da Oi; (3) minutos grátis para chamadas locais para números Oi Móvel, e (4) serviços de chamadas digitais. No final do 3T11, a Oi reposicionou as suas ofertas que incluem chamadas locais fixas ilimitadas on-net, com o objetivo de reforçar a sua proposta de valor. Estas ofertas incluem: (1) "Oi Fale Ilimitado Digital", com minutos ilimitados em chamadas locais on-net, mas os primeiros 1.000 minutos podem ser usados em chamadas fixas off-net, e serviços de chamadas digitais, e (2) "Oi Fixo Ilimitado Digital", que inclui todos os benefícios da oferta "Oi Fale Ilimitado Digital" e mais 5.000 minutos em chamadas nacionais fixas de longa distância com indicativos da Oi. A Oi continuou a fornecer condições comerciais especiais para os clientes "Oi Velox" aquando da subscrição destas ofertas. A Oi lançou também um novo plano "Oi Conta Total Brasil" com o intuito de reposicionar o plano "Oi Conta Total" já existente. Este plano permite aos subscritores ter chamadas ilimitadas de longa distância a partir da rede da Oi, tanto móvel como fixa, para a rede fixa de qualquer operador no Brasil, através dos prefixos de longa distância da Oi, enquanto oferece serviços "Oi Velox" mais rápidos. Adicionalmente, a Oi continuou a investir na qualidade do seu serviço de banda larga fixa, que disponibiliza velocidades até 20 Mbps a partir de 39,90 reais por mês, e expandiu o "Oi Velox" para 4.600 cidades no Brasil. A Oi também aumentou as velocidades de acesso que fornece aos seus clientes como um meio para diferenciar e reforçar os seus serviços. Como resultado, a média da velocidade de acesso da banda larga fixa situou-se nos 2,33Mbps no final do 3T11, o que compara com 2,13Mbps em junho de 2011, 1,91Mbps em março de 2011 e 1,38Mbps em setembro de 2010. Como referido acima, os clientes "Oi Velox" atingiram 4.776 mil no final do 3T11 (+10,5% face ao 3T10), incluindo 938 mil clientes (20% da base total, comparando com 17% no final de junho 2011) com velocidades superiores a 5Mbps e 446 mil com velocidades superiores a 10Mbps (389 mil a 30 de junho de 2011). Em setembro de 2011, a Oi iniciou uma parceria com o Governo para a implementação do "Plano Nacional de Banda Larga", visando aumentar o acesso e a penetração do serviço de banda larga no Brasil. A Oi lançou um plano inicial com velocidades de 1Mbps em 100 municípios e até ao final do ano mais 200 cidades serão cobertas. Neste contexto, a Oi pretende cobrir 4.800 cidades até 2014. O serviço de TV por subscrição da Oi é destinado, sobretudo, aos seus clientes de rede fixa.

02 Evolução dos negócios

Durante o 3T11, a Oi continuou a promover as novas ofertas lançadas em junho de 2011 destinadas a aumentar a penetração dos planos de TV com canais de filmes premium, nomeadamente o Telecine e o HBO. Em outubro de 2011, a Oi lançou um novo serviço, no Rio de Janeiro, que inclui o GloboSat e canais da TV Globo. O serviço da Oi de TV por subscrição está disponível em 23 estados e no Distrito Federal. No final do 3T11, os clientes de TV por subscrição da Oi atingiram os 330 mil clientes, representando um crescimento de 17,9% face ao mesmo período do ano anterior.

Dados operacionais - Oi			
	3T11	3T10	Δ10/11
Serviços de rede fixa - "Oi Fixo"			
Linhas em Serviço ('000)	19.078	20.410	(6,5%)
Residencial	13.277	14.487	(8,4%)
Comercial	5.004	5.088	(1,6%)
Telefones públicos	797	836	(4,7%)
Planos alternativos ('000)*	13.155	12.927	1,8%
Proporção das linhas em serviço (%)	69,0%	63,3%	5,6pp
ARPU Fixo (R\$)	50,1	55,3	(9,4%)
Serviços de banda larga - "Oi Velox"			
Clientes de banda larga ('000)	4.776	4.324	10,5%
Proporção das linhas em serviço (%)	25,0%	21,0%	4,1pp
ARPU banda larga (R\$)	39,1	43,8	(10,8%)
Serviços móveis - "Oi Móvel"			
Clientes móveis ('000)	42.871	37.387	14,7%
Planos pré-pagos	35.657	30.962	15,2%
Planos pós-pagos	4.848	4.569	6,1%
Oi Control	2.367	1.856	27,5%
Oi Conta Total ('000)	1.477	1.423	3,8%
Quota de mercado Oi (%) - Brasil	18,9%	19,5%	(0,7pp)
Proporção de adições líquidas no Brasil (%)	13,3%	2,5%	10,8pp
Taxa de Churn mensal (%)	4,1%	4,1%	0,0pp
CAPU (R\$)	31	24	29,2%
ARPU Móvel (R\$)	22,2	22,9	(3,1%)
TV por subscrição - "Oi TV"			
Clientess de TV ('000)	330	280	17,9%
RGUs ('000)	67.055	62.401	7,5%

Os clientes móveis da Oi situaram-se nos 42.871 mil (+14,7% face ao 3T10), com adições líquidas de 1.331 mil no 3T11 e 5.484 mil nos últimos 12 meses. A base de clientes móveis da Oi já representa 63,9% do total de RGUs. As adições brutas no 3T11 situaram-se nos 6,5 milhões, um sólido marco que representa o melhor desempenho desde 2008. O nível de churn no período é explicado, principalmente, pela decisão de adotar medidas mais restritivas em relação aos clientes inativos, em particular no segmento pré-pago, com o objetivo de minimizar as taxas de espectro e de melhorar a rentabilidade da Oi. A implementação desta nova política começou no 2T11 e terminou no 3T11. É importante salientar que 41% dos desligamentos neste trimestre foram em julho, 33% em agosto e 26% em setembro. Durante os 9M11, a Oi simplificou a estrutura da sua oferta de planos pós-pagos, reforçando a sua estratégia de forma a reduzir o churn e lançou uma nova campanha comercial enfocada em estabelecer um valor justo e diferenciador para terminais e serviços, que detalha o valor da voz, dados e terminal. A Oi continuou a disponibilizar um vasto conjunto de planos pós-pagos, com preços desde 48,0 reais por mês e que inclui 10 mil minutos mensais para chamadas locais feitas para qualquer cliente Oi ou de rede fixa para além dos minutos incluídos no pacote subscrito, bem como 200Mb de tráfego de internet para smartphones. Adicionalmente, a Oi

02 Evolução dos negócios

continuou a comercializar as ofertas lançadas no final de 2010, que permitem bónus diários, que dependem do montante dos carregamentos, que podem ser utilizados no envio de SMS off e on-net, em chamadas locais para linhas fixas e para Oi móvel e em chamadas de longa distância utilizando os códigos de longa distância da Oi para clientes móveis ou fixos. No 3T11, como complemento a estas novas ofertas, a Oi lançou pacotes de SMS que permitem aos clientes enviar mensagens on-net e off-net, com desconto de até 64%. Em 2011, a Oi aumentou os seus requisitos de carregamento em algumas regiões, de forma a aumentar a rentabilidade, oferecendo ao mesmo tempo melhores bónus para manter a atratividade das suas ofertas comerciais. Em resultado, a base de clientes da Oi aumentou 14,7% no 3T11 face ao 3T10. Os clientes prépagos situaram-se nos 35.657 mil, representando 83,2% da base de clientes móveis da Oi. Os clientes pós-pagos aumentaram 6,1% no 3T11 face ao 3T10 para 4.848 mil e os clientes "Oi Control" aumentaram 27,5% para 2.367 mil.

Em 2011, a Oi continuou a reforçar a sua estratégia que visa aumentar a atratividade das suas ofertas e convergência dos seus produtos. No final de julho de 2011, a Oi lançou uma nova campanha para o Dia dos Pais, com benefícios adicionais para os clientes pós-pagos "Oi à Vontade" e "Oi Conta Total". Estes benefícios adicionais, além dos iniciais, incluem até cinco horas por dia em chamadas fixas locais para os clientes da Oi para o plano "Oi Conta Total" e até 5 horas por dia em DDD para chamadas locais feitas para qualquer linha ou cliente da rede fixa da Oi para o plano "Oi à Vontade". A Oi também lançou uma nova oferta convergente, "Oi Conta Total Luz", seguindo o objetivo de reposicionamento do plano já existente "Oi Conta Total", para os clientes com um perfil de baixa utilização. Esta nova oferta inclui serviço móvel, fixo e banda larga por 129 reais. Durante o trimestre, a Oi também lançou novos planos de dados, o "Oi Dados" e o "Oi Velox 3G", com planos de tarifas abrangentes de forma a chegar a todos os perfis de clientes. Estes planos incluem 1Mbps de velocidade e tráfego ilimitado. Em 2011, a Oi continuou a inovar através da introdução de novas funcionalidades e promoções para os seus clientes prépagos. Desde abril de 2011, a nova oferta para clientes prépagos inclui bónus diários que podem chegar aos 900 reais por mês, após um carregamento inicial mínimo, para serem usados em chamadas de longa distância para clientes Oi móvel e fixo, permitindo ao mesmo tempo aos clientes o envio de SMS e acesso à internet. Estas campanhas e iniciativas comerciais pretendem adicionar valor às ofertas prépagas da Oi, permitindo melhorar a percepção de valor do cliente e aumentar a popularidade dos dados móveis e dos serviços de valor acrescentado.

Nos 9M11, a receita bruta consolidada da Oi, reportada pela Oi, em conformidade com a regulação Brasileira, nomeadamente com os requisitos da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e apresentada em concordância com os IFRS, diminuiu 4,6% face aos 9M10, para 32.923 milhões de reais e as receitas líquidas consolidadas diminuíram 5,6% face aos 9M10 para 20.949 milhões de reais.

A receita bruta da rede fixa da Oi decresceu 8,6% nos 9M11 face aos 9M10 para 23.424 milhões de reais. O desempenho das receitas da rede fixa é explicado, principalmente, por: (1) menores receitas de serviço de chamadas locais fixo-fixo (-10,5% face aos 9M10), devido ao decréscimo das linhas fixas e ao menor tráfego local; (2) menores chamadas fixo-móvel (VC1), que decresceram 12,0% face aos 9M10, devido a uma menor base instalada de linhas fixas e a maiores bónus de tráfego oferecidos pelos operadores móveis; (3) menores receitas de longa distância (FF, SMP, VC2 e VC3) devido a ofertas móveis agressivas que integram chamadas de longa distância no valor da subscrição, e (4) menores receitas de serviço de transmissão de dados (-0,4% face aos 9M10) devido a um menor ARPU, em resultado de uma postura comercial mais agressiva pela Oi no mercado para competir de forma mais eficaz, nomeadamente nos serviços de banda larga.

As receitas móveis brutas da Oi situaram-se nos 8.715 milhões de reais, aumentando 5,9% nos 9M11 face aos 9M10, em resultado do aumento das receitas de taxas de subscrição, de tráfego de saída e de serviços de dados e de valor acrescentado. Este desempenho das receitas é devido principalmente a: (1) aumento das receitas de

02 Evolução dos negócios

tráfego (+5,2% face aos 9MT10), suportado pelo aumento do número de clientes; (2) utilização da rede, que aumentou 5,3% face aos 9M10, devido ao maior tráfego móvel, principalmente após a inclusão de SMS gratuitos em ofertas agregadas, e (3) às receitas de serviços de valor acrescentado, que aumentaram 24,9% face aos 9M10, suportadas por uma maior penetração dos serviços 3G e por uma maior popularidade das ofertas SMS. Nos 9M11, as receitas de dados e serviços de valor acrescentado representavam 16,5% das receitas de serviço móveis, que compara com 14,0% nos 9M10.

Receitas consolidadas • Oi	Milhões de reais, 100%					
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Rede fixa	7.606	8.378	(9,2%)	23.424	25.623	(8,6%)
Prestação de serviços	2.753	3.156	(12,8%)	8.628	9.640	(10,5%)
Fixo Móvel Local (VC1)	873	1.001	(12,7%)	2.651	3.011	(12,0%)
Longa Distância FF + SMP	900	1.062	(15,2%)	2.883	3.345	(13,8%)
Fixo Móvel (VC2/3)	243	299	(18,7%)	756	944	(19,9%)
Uso da Rede	226	240	(5,6%)	711	704	1,0%
Dados	2.226	2.190	1,6%	6.549	6.573	(0,4%)
Telefones Públicos	53	113	(53,0%)	256	404	(36,7%)
Serviços Adicionais / Voz Avançada	331	318	4,1%	990	1.001	(1,1%)
Rede móvel	3.064	2.835	8,1%	8.715	8.229	5,9%
Serviços	3.030	2.802	8,1%	8.606	8.075	6,6%
Assinatura	680	673	1,1%	1.929	1.929	0,0%
Chamadas Originadas	1.084	1.060	2,3%	3.184	3.028	5,2%
Roaming	30	25	20,8%	85	94	(9,5%)
Uso de Rede	695	648	7,2%	1.991	1.890	5,3%
Dados / Valor Adicionado	540	395	36,5%	1.416	1.134	24,9%
Material de Revenda	34	33	3,8%	109	154	(28,7%)
Outros serviços	255	223	14,4%	783	669	17,0%
Receita Bruta Total	10.925	11.436	(4,5%)	32.923	34.521	(4,6%)
Receita Líquida Total	6.940	7.346	(5,5%)	20.949	22.182	(5,6%)
Rede fixa	4.830	5.332	(9,4%)	14.804	16.272	(9,0%)
Rede móvel	1.944	1.846	5,3%	5.641	5.400	4,5%
Outros serviços	166	168	(1,2%)	504	510	(1,2%)

O EBITDA, reportado pela Oi, totalizou 6.928 milhões de reais (-13,6% face aos 9M10), com uma margem de 33,1%. O desempenho do EBITDA nos 9M11 face aos 9M10, reflete principalmente a diminuição das receitas da rede fixa, não obstante a diminuição dos custos operacionais (-1,0% face aos 9M10 para 14.021 milhões de reais). O decréscimo do opex da Oi foi impulsionado, principalmente, por: (1) menores custos de interligação (-7,5% face ao 3T10), como resultado de uma maior proporção de tráfego on-net, bem como do aumento do peso dos SMS no tráfego off-net total; (2) menores provisões de cobrança duvidosa (-17,3% relativamente ao mesmo período do ano anterior), devido a uma melhor eficiência nas cobranças, nomeadamente no negócio de rede fixa, que representam 2,0% das receitas brutas nos 9M11, menos 0,3pp face aos 9M10, e (3) aumento das outras receitas operacionais, beneficiando de menores provisões para participação nos lucros e de alguns reembolsos relativos a planos de pensões que apresentam uma posição excedentária, e não obstante o aumento: (1) das despesas com pessoal (+12,5% face aos 9M10), resultado de um aumento do número de colaboradores, nomeadamente nas áreas de atendimento a clientes, e de ajustes salariais ocorridos em dezembro de 2010, e (2) serviços de terceiros (+5,0% face ao 3T10), principalmente devido ao aumento das despesas de venda, nomeadamente de comissões devido ao foco no segmento pós-pago móvel, bem como no "Oi Conta Total" e na banda larga fixa. As amortizações

02 Evolução dos negócios

decreceram 8,1% face aos 9M10 para 4.259 milhões de reais, principalmente devido à diminuição das amortizações no negócio de rede fixa, que beneficiou de ativos já totalmente amortizados.

Demonstração dos resultados • Oi			Milhões de reais, 100%			
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Receitas líquidas consolidadas	6.939,5	7.345,8	(5,5%)	20.949,3	22.181,6	(5,6%)
Custos operacionais	4.472,2	4.550,6	(1,7%)	14.021,1	14.161,0	(1,0%)
Custos de serviços prestados	1.496,6	1.452,5	3,0%	4.325,2	4.421,8	(2,2%)
Custos de mercadorias vendidas	47,5	11,7	n.s.	148,3	105,4	40,7%
Interligação	1.162,8	1.216,1	(4,4%)	3.494,1	3.778,1	(7,5%)
Despesas de comercialização	1.162,5	1.206,1	(3,6%)	3.695,9	3.593,6	2,8%
Despesas gerais e administrativas	671,0	565,2	18,7%	1.958,3	1.606,3	21,9%
Outras despesas (receitas) líquidas	(68,1)	98,9	n.s.	399,2	655,8	(39,1%)
EBITDA ⁽¹⁾	2.467,3	2.795,2	(11,7%)	6.928,3	8.020,6	(13,6%)
Amortizações	1.367,4	1.546,1	(11,6%)	4.258,8	4.635,4	(8,1%)
Resultado operacional	1.099,9	1.249,1	(11,9%)	2.669,5	3.385,2	(21,1%)
Margem EBITDA	35,6%	38,1%	(2,5pp)	33,1%	36,2%	(3,1pp)

(1) EBITDA = resultado operacional + amortizações.

Outros ativos internacionais

Nos 9M11, os outros ativos internacionais, numa base proforma, aumentaram as suas receitas proporcionais em 14,3% face aos 9M10, para 322 milhões de euros e o EBITDA aumentou 4,9% face aos 9M10, para 157 milhões de euros, principalmente devido ao desempenho da Unitel em Angola, da CTM em Macau e da MTC na Namíbia.

Demonstração de resul. proporcional dos outros ativos internacionais ⁽¹⁾			Milhões de euros			
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Receitas operacionais	113,0	98,8	14,4%	322,3	282,0	14,3%
EBITDA ⁽²⁾	55,2	50,9	8,4%	157,2	149,8	4,9%
Amortizações	11,8	10,6	11,0%	34,5	30,6	12,7%
Resultado operacional ⁽³⁾	43,5	40,3	7,7%	122,7	119,2	2,9%
Margem EBITDA	48,9%	51,6%	(2,7pp)	48,8%	53,1%	(4,4pp)

(1) Consolidação pro-forma dos outros ativos internacionais considerando as participações detidas pela PT. (2) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (3) Resultado operacional = resultado antes dos resultados financeiros e impostos + custos do programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Destaque dos principais ativos em África e na Ásia (9M11) ⁽¹⁾					Milhões (financeiros)			
	Posição	Rec. local	Δ10/11	EBITDA local	Δ10/11	Margem	Rec. euro	EBITDA euro
Unitel, Angola ^{(2) (4)}	25,00%	1.286	18,8%	728	14,2%	56,6%	914	518
MTC, Namíbia ^{(3) (4)}	34,00%	1.156	8,3%	590	2,4%	51,0%	118	60
CVT, Cabo Verde ^{(3) (4)}	40,00%	6.460	(0,2%)	3.219	1,6%	49,8%	59	29
CTM, Macau ⁽²⁾	28,00%	2.979	47,3%	992	11,3%	33,3%	264	88
CST, S.Tomé e Príncipe ^{(3) (4)}	51,00%	214.275	(6,9%)	58.875	(14,2%)	27,5%	9	2
Timor Telecom, Timor-Leste ⁽³⁾	41,12%	48	18,2%	26	13,3%	54,2%	34	19

(1) Referente a 100% das empresas. A PT tem contratos de gestão na CVT, CST e Timor Telecom. (2) Método de equivalência patrimonial. (3) Método de consolidação integral. (4) Estas participações são detidas pela Africatel, a qual é controlada em 75% pela PT.

02 Evolução dos negócios

Nos 9M11, as receitas e o EBITDA da Unitel, em kwanzas angolanos, aumentaram 20,4% e 16,0% face aos 9M10, respetivamente, e em dólares, aumentaram 18,8% e 14,2% para 1.286 milhões de dólares e 728 milhões de dólares, respetivamente. Nos 9M11, a Unitel apresentou um 3T11 forte em termos operacionais e financeiros, tendo lançado diversas campanhas para promover a utilização do serviço de voz, o aumento da penetração da banda larga móvel, o fortalecimento de seus canais de distribuição e o aumento da qualidade de rede.

Nos 9M11, as receitas e o EBITDA da MTC aumentaram 8,3% e 2,4% face aos 9M10 atingindo 1.156 milhões de dólares namibianos e 590 milhões de dólares namibianos, respetivamente. Este desempenho das receitas foi conseguido num contexto de diminuição significativa das MTRs e de promoções com ofertas agressivas de bónus de tráfego para reforçar a posição competitiva da MTC. Excluindo o impacto de menores MTRs (34% de diminuição média face aos 9M10), as receitas e o EBITDA teriam aumentado 10,0% e 4,3% face aos 9M10, respetivamente. Nos 9M11, a margem EBITDA foi de 51,0%. As receitas de dados representavam 21,1% das receitas de serviço. Nos 9M11, a MTC centrou a sua atividade comercial e de marketing: (1) no lançamento de soluções Blackberry para ofertas pós-pagas e pré-pagas, reforçando assim a sua oferta de smartphones; (2) em campanhas para promover a utilização de serviços, e (3) em impulsionar o crescimento dos clientes de banda larga, sob a marca Netman, com velocidades de download de até 7,2Mbps.

Nos 9M11, as receitas da CVT diminuíram ligeiramente face aos 9M10 (0,2%) para 6.460 milhões de escudos cabo-verdianos e o EBITDA aumentou 1,6% face aos 9M10 para 3.219 milhões de escudos cabo-verdianos. A margem EBITDA foi de 49,8%. As receitas e o EBITDA foram impactados pela aplicação das Normas Internacionais de Contabilidade relacionadas com contratos de concessão (IFRIC 12). Excluindo estes efeitos, as receitas e o EBITDA teriam aumentado 2,9% e 2,2%, respetivamente. Nos 9M11, as receitas móveis foram impactadas positivamente pelo crescimento das receitas de retalho e de roaming, enquanto as receitas da rede fixa foram impactadas positivamente pelo crescimento da banda larga. Nos 9M11, a CVT lançou: (1) novas ofertas comerciais para o segmento empresarial, sob a nova marca CVT Negócios; (2) diversas campanhas para estimular a utilização de SMS, e (3) novos canais de TV de forma a fortalecer a dinâmica do mercado IPTV. Os clientes de banda larga e de TV aumentaram significativamente, representando 25,6% e 11,0% da base de clientes de rede fixa, respetivamente.

Nos 9M11, as receitas da CST diminuíram 6,9% face aos 9M10, para 214.275 milhões de dobras são-tomenses, e o EBITDA diminuiu 14,2% face aos 9M10, para 58.875 milhões de dobras são-tomenses. A margem EBITDA situou-se em 27,5%. Excluindo determinadas reclassificações contabilísticas realizadas durante os 9M11, as receitas teriam aumentado 4,8% face aos 9M10. O desempenho do EBITDA foi negativamente impactado por um novo imposto sobre os fornecedores estrangeiros e pelo aumento dos custos comerciais. Excluindo estes impactos, o EBITDA teria aumentado 4,0% face aos 9M10. Nos 9M11, o serviço móvel em São Tomé e Príncipe atingiu mais de 67% de penetração.

Nos 9M11, as receitas e o EBITDA da CTM aumentaram 47,3% e 11,3% face aos 9M10, para 2.979 milhões de patacas e para 992 milhões de patacas, respetivamente. A margem EBITDA foi de 33,3%. O crescimento das receitas foi conseguido em resultado do aumento nas vendas de equipamentos e nos serviços de telecomunicações no segmento empresarial. As receitas de serviço do segmento móvel aumentaram 14,0% face aos 9M10, em resultado do crescimento das receitas de dados e de roaming. As receitas de dados representavam 20,0% das receitas de serviço. Nos 9M11, a CTM lançou várias campanhas de marketing com o objetivo de aumentar a penetração de smartphones e de banda larga móvel.

Nos 9M11, as receitas e o EBITDA da Timor Telecom aumentaram 18,2% e 13,3% face aos 9M10, para 48 milhões de dólares e para 26 milhões de dólares, respetivamente, principalmente em resultado do forte aumento da base de

02 Evolução dos negócios

clientes. A margem EBITDA foi de 54,2%. No final de setembro, a Timor Telecom tinha 548 mil clientes móveis. As receitas de dados representavam 17,7% das receitas de serviço móveis. Nos 9M11, a Timor Telecom: (1) melhorou a sua oferta comercial com o lançamento de diversas campanhas para estimular a utilização de voz e de dados, e (2) fortaleceu a sua rede de distribuição.

Demonstrações financeiras consolidadas

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS

PARA OS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2011 E 2010

	Notas	9M11	9M10	3T11	3T10
euros					
OPERAÇÕES CONTINUADAS					
RECEITAS					
Prestações de serviços		4.222.054.643	2.636.664.859	1.674.140.159	895.110.497
Vendas		95.675.178	111.655.844	36.866.114	39.656.432
Outras receitas		98.087.941	44.239.939	36.012.141	17.397.203
	5	4.415.817.762	2.792.560.642	1.747.018.414	952.164.132
CUSTOS, PERDAS E (GANHOS)					
Custos com o pessoal		743.321.416	470.592.158	283.960.889	163.747.717
Custos diretos dos serviços prestados		716.154.377	412.784.469	299.250.904	137.352.741
Custos comerciais		351.407.150	272.186.306	140.650.576	98.018.299
Fornecimentos e serviços externos		721.044.844	442.680.198	258.776.696	148.192.280
Impostos indiretos		121.400.649	33.990.504	55.870.785	11.418.808
Provisões e ajustamentos		108.448.283	31.113.525	54.268.529	11.569.077
Amortizações	15	913.998.536	549.274.796	349.564.062	199.584.429
Custos com benefícios de reforma	6	40.637.318	53.467.700	14.257.047	17.822.567
Custos com redução de efetivos	6	6.337.564	10.852.969	765.172	1.613.756
Perdas (ganhos) com a alienação de ativos fixos, líquidos		(42.943)	(979.799)	89.808	(1.807.160)
Outros custos, líquidos	7	18.013.071	111.233.065	10.926.291	100.672.487
		3.740.720.265	2.387.195.891	1.468.380.759	888.185.001
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	5	675.097.497	405.364.751	278.637.655	63.979.131
CUSTOS E (GANHOS) FINANCEIROS					
Juros suportados, líquidos	5 e 8	199.426.072	175.549.954	118.170.429	56.944.015
Ganhos em empresas participadas, líquidos	5	(169.098.713)	(65.375.621)	(46.599.246)	18.544.647
Outros custos financeiros, líquidos	5 e 9	86.543.057	35.467.825	17.070.168	23.287.711
		116.870.416	145.642.158	88.641.351	98.776.373
Resultado antes de impostos		558.227.081	259.722.593	189.996.304	(34.797.242)
Imposto sobre o rendimento	5 e 10	155.088.583	64.127.014	53.309.631	37.603.344
Resultado das operações continuadas		403.138.498	195.595.579	136.686.673	(72.400.586)
OPERAÇÕES DESCONTINUADAS					
Resultado das operações descontinuadas	5 e 11	-	5.551.451.400	-	5.474.765.812
RESULTADO LÍQUIDO		403.138.498	5.747.046.979	136.686.673	5.402.365.226
Atribuível a interesses não controladores		69.667.004	129.344.442	31.079.840	49.156.893
Atribuível a acionistas da Portugal Telecom	12	333.471.494	5.617.702.537	105.606.833	5.353.208.333
Resultado líquido por ação					
Básico	12	0,39	6,41	0,12	6,11
Diluído	12	0,38	6,00	0,12	5,70
Resultado líquido por ação das operações continuadas					
Básico	12	0,39	0,15	0,12	(0,10)
Diluído	12	0,38	0,15	0,12	(0,10)

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

	Notas	9M11	9M10	3T11	3T10
Ganhos (perdas) reconhecidos diretamente no capital próprio					
Ajustamentos de conversão cambial					
Conversão de operações em moeda estrangeira (i)		(466.265.947)	397.674.704	(438.084.355)	(224.601.835)
Transferências para resultados (ii)		(37.794.036)	(1.166.099.952)	-	(1.134.159.099)
Benefícios de reforma					
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos	6	(32.971.620)	(72.623.637)	(32.195.584)	70.577.626
Efeito fiscal	10	8.242.905	19.245.264	8.048.896	(18.703.071)
Contabilidade de cobertura de instrumentos financeiros					
Variação no valor de mercado		(3.316.449)	(6.425.077)	(4.942.904)	(1.512.904)
Transferências para resultados		98.411	2.823.867	32.805	915.525
Efeito fiscal		852.780	954.321	1.301.176	83.210
Outros custos reconhecidos diretamente no capital próprio, líquidos (iii)		(11.830.527)	(4.473.635)	3.023.689	(877.618)
		(542.984.483)	(828.924.145)	(462.816.277)	(1.308.278.166)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados		403.138.498	5.747.046.979	136.686.673	5.402.365.226
Total dos resultados reconhecidos		(139.845.985)	4.918.122.834	(326.129.604)	4.094.087.060
Atribuível a interesses não controladores		(6.186.882)	227.972.358	(37.777.715)	(4.333.169)
Atribuível aos acionistas da Portugal Telecom		(133.659.103)	4.690.150.476	(288.351.889)	4.098.420.229

- (i) As perdas registadas nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 estão relacionadas essencialmente com o impacto da desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro nos investimentos na Oi e na Contax. Os ganhos e perdas reconhecidos nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2010 estão relacionados, respetivamente, com o impacto da valorização e desvalorização do Real Brasileiro face ao Euro no investimento anteriormente detido pela Portugal Telecom na Brasilcel (ganho de 337 milhões de euros e perda de 173 milhões de euros, respetivamente), o qual foi alienado à Telefónica em setembro de 2010.
- (ii) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, esta rubrica corresponde ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial sobre o investimento na UOL, o qual foi reclassificado para a demonstração dos resultados no seguimento da conclusão da alienação deste investimento em janeiro de 2011 (Nota 14). No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, esta rubrica inclui um montante de 1.134.159.099 euros (Nota 11) relativo ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial relacionados com o investimento na Brasilcel, o qual foi transferido para a demonstração dos resultados no momento da alienação deste investimento, em setembro de 2010, e inclui um montante de 31940.853 euros (Nota 11) correspondente ao valor acumulado dos ajustamentos de conversão cambial que foi reclassificado para a demonstração dos resultados no seguimento do reembolso de parte do investimento na Brasilcel através de reduções de capital ocorridas nesta empresa durante o primeiro semestre de 2010.
- (iii) Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, esta rubrica inclui 10 milhões de euros e 4 milhões de euros, respectivamente, relativos ao efeito fiscal sobre os dividendos recebidos de ações próprias reconhecidas ao abrigo de contratos de equity swap, no seguimento dos dividendos pagos pela Portugal Telecom em junho de 2011 e Maio de 2010.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM, SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA

30 DE SETEMBRO DE 2011 E 31 DE DEZEMBRO DE 2010

euros

	Notas	30 set 2011	31 dez 2010
ATIVO			
Ativo corrente			
Caixa e equivalentes de caixa		3.203.517.865	4.764.732.734
Investimentos de curto prazo		663.586.350	341.772.444
Contas a receber		3.927.657.250	3.384.124.217
Existências		128.510.764	101.515.755
Impostos a recuperar		296.958.291	37.545.321
Custos diferidos		97.324.820	39.617.800
Depósitos judiciais	13	200.223.485	-
Outros ativos correntes		59.062.796	25.647.001
Ativos não correntes detidos para venda	14	-	160.448.046
Total do ativo corrente		8.576.841.621	8.855.403.318
Ativo não corrente			
Contas a receber		7.146.048	19.113.062
Investimentos financeiros		505.442.496	379.198.216
Ativos intangíveis	15	4.573.230.899	1.111.692.584
Ativos tangíveis	15	6.133.619.962	3.874.613.414
Benefícios de reforma	6	11.774.799	1.927.991
Ativos por impostos diferidos	10	1.194.583.909	653.075.198
Depósitos judiciais	13	828.081.005	-
Outros ativos não correntes		321.887.731	274.908.378
Total do ativo não corrente		13.575.766.849	6.314.528.843
Total do ativo		22.152.608.470	15.169.932.161
PASSIVO			
Passivo corrente			
Dívida de curto prazo	16	3.401.787.536	951.921.279
Contas a pagar		973.870.353	711.489.295
Acréscimos de custos		895.485.394	558.974.927
Proveitos diferidos		275.267.268	287.808.093
Impostos a pagar		424.242.258	57.410.840
Provisões	17	271.822.595	87.683.131
Outros passivos correntes		186.201.786	28.391.592
Total do passivo corrente		6.428.677.190	2.683.679.157
Passivo não corrente			
Dívida de médio e longo prazo	16	9.005.929.895	6.254.380.288
Impostos a pagar		293.096.288	3.805.301
Provisões	17	556.132.336	40.947.202
Benefícios de reforma	6	957.802.216	968.792.596
Passivos por impostos diferidos	10	596.002.966	311.597.337
Outros passivos não correntes		534.872.596	297.585.145
Total do passivo não corrente		11.943.836.297	7.877.107.869
Total do passivo		18.372.513.487	10.560.787.026
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital social		26.895.375	26.895.375
Ações próprias		(326.382.864)	(178.071.827)
Reserva legal		6.773.139	6.773.139
Reserva de ações próprias		6.970.320	6.970.320
Reserva de reavaliação		661.111.962	693.283.402
Outras reservas e resultados acumulados		2.617.123.169	3.836.598.153
Capital próprio excluindo interesses não controladores		2.992.491.101	4.392.448.562
Interesses não controladores		787.603.882	216.696.573
Total do capital próprio		3.780.094.983	4.609.145.135
Total do capital próprio e do passivo		22.152.608.470	15.169.932.161

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NOS CAPITAIS PRÓPRIOS
 PARA OS NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2011

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2009	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	722.108.135	733.636.104	1.318.311.246	1.069.135.212	2.387.446.458
Dividendos	-	-	-	-	-	(503.626.688)	(503.626.688)	(51.751.239)	(555.377.927)
Aquisições, alienações e aumentos de capital (i)	-	-	-	-	-	-	-	(1.040.747.347)	(1.040.747.347)
Impacto fiscal relativo à componente de capital do convertível	-	-	-	-	-	(15.143.542)	(15.143.542)	-	(15.143.542)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(32.364.562)	32.364.562	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(927.552.061)	(927.552.061)	98.627.916	(828.924.145)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	5.617.702.537	5.617.702.537	129.344.442	5.747.046.979
Saldo em 30 de setembro de 2010	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	689.743.573	4.937.380.912	5.489.691.492	204.608.984	5.694.300.476

	euros								
	Capital social	Ações próprias	Reserva legal	Reserva de ações próprias	Reserva de reavaliação	Outras reservas e resultados acumulados	Capital próprio, excluindo interesses não controladores	Interesses não controladores	Total do capital próprio
Saldo em 31 de dezembro de 2010	26.895.375	(178.071.827)	6.773.139	6.970.320	693.283.402	3.836.598.153	4.392.448.562	216.696.573	4.609.145.135
Dividendos (Notas 12 e 18j)	-	-	-	-	-	(1.117.987.321)	(1.117.987.321)	(50.724.835)	(1.168.712.156)
Alteração no perímetro de consolidação relacionada com a aquisição da Oi e da Contax (Nota 2)	-	-	-	-	-	-	-	709.690.052	709.690.052
Ações da Portugal Telecom adquiridas pela Oi (Nota 1)	-	(148.311.037)	-	-	-	-	(148.311.037)	-	(148.311.037)
Bonificação e resgate de ações da Brasil Telecom (Nota 1)	-	-	-	-	-	-	-	(86.347.388)	(86.347.388)
Aquisições, alienações e aumentos de capital	-	-	-	-	-	-	-	4.476.362	4.476.362
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	(32.171.440)	32.171.440	-	-	-
Resultados reconhecidos diretamente no capital próprio	-	-	-	-	-	(467.130.597)	(467.130.597)	(75.853.886)	(542.984.483)
Resultados reconhecidos na demonstração dos resultados	-	-	-	-	-	333.471.494	333.471.494	69.667.004	403.138.498
Saldo em 30 de setembro de 2011	26.895.375	(326.382.864)	6.773.139	6.970.320	661.111.962	2.617.123.169	2.992.491.101	787.603.882	3.780.094.983

(i) Esta rubrica inclui uma redução de 1049 milhões de euros, correspondentes aos interesses minoritários da Vivo na data da venda deste investimento, e um aumento de 8,7 milhões de euros, decorrente da aquisição da GPTEI.

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

PORTUGAL TELECOM SGPS, S.A.

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

PARA OS NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2010 E 2011

	Notas	9M11	9M10 euros
ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Recebimentos de clientes		4.938.274.066	3.090.368.148
Pagamentos a fornecedores		(2.193.808.568)	(1.522.382.716)
Pagamentos ao pessoal		(746.419.877)	(469.580.537)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	18.b	(119.397.318)	(37.657.867)
Pagamentos relacionados com benefícios de reforma, líquidos	6	(148.645.463)	(84.692.826)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros		(455.779.026)	(150.901.417)
Fluxos das atividades operacionais de operações continuadas	18.a	1.274.223.814	825.152.785
Fluxos das atividades operacionais de operações descontinuadas	11	-	603.033.383
Fluxos das atividades operacionais (1)		1.274.223.814	1.428.186.168
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Aplicações financeiras de curto prazo	18.c	84.162.241	11.684.490
Investimentos financeiros	18.d	170.496.269	1.288.284
Ativos tangíveis e intangíveis		3.778.543	11.950.639
Juros e proveitos similares	18.e	247.921.023	41.507.027
Dividendos	18.f	146.949.883	53.660.109
Outras atividades de investimento	18.g	44.604.303	422.318
		697.912.262	120.512.867
Pagamentos respeitantes a:			
Aplicações financeiras de curto prazo	18.c	(405.976.146)	(251.751.834)
Investimentos financeiros	18.h	(2.075.048.786)	(335.652)
Ativos tangíveis e intangíveis		(877.102.712)	(619.532.709)
Outras atividades de investimento	18.h	(31.378.084)	(12.095.651)
		(3.389.505.728)	(883.715.846)
Fluxos das atividades de investimento de operações continuadas		(2.691.593.466)	(763.202.979)
Fluxos das atividades de investimento de operações descontinuadas	11	-	4.399.821.507
Fluxos das atividades de investimento (2)		(2.691.593.466)	3.636.618.528
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	18.i	5.326.583.616	15.489.643.417
Subsídios		726.972	1.556.535
Outras atividades de financiamento		854.747	48.042
		5.328.165.793	15.491.247.994
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	18.i	(3.606.285.886)	(14.535.697.615)
Juros e custos similares		(433.508.613)	(222.576.418)
Dividendos	18.j	(1.189.188.769)	(560.931.289)
Aquisição de ações próprias	18.k	(86.819.821)	-
Outras atividades de financiamento	18.l	(47.368.837)	(5.973.602)
		(5.363.171.926)	(15.325.178.924)
Fluxos das atividades de financiamento de operações continuadas		(35.006.133)	166.069.070
Fluxos das atividades de financiamento de operações descontinuadas	11	-	(359.060.119)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(35.006.133)	(192.991.049)
Caixa e seus equivalentes no início do período		4.764.732.734	1.449.516.549
Varição de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(1.452.375.785)	4.871.813.647
Efeito das diferenças de câmbio		(105.866.066)	46.719.438
Caixa e seus equivalentes de ativos não correntes detidos para venda	14	(2.973.018)	-
Caixa e seus equivalentes de operações descontinuadas à data da venda		-	(382.468.228)
Caixa e seus equivalentes no fim do período		3.203.517.865	5.985.581.406

As notas fazem parte integrante destas demonstrações financeiras.

Portugal Telecom, SGPS, S.A.

Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas em 30 de setembro de 2011

(Montantes expressos em euros, exceto quando indicado)

1. Introdução

A Portugal Telecom, SGPS, SA ("Portugal Telecom") e as suas empresas participadas ("Grupo", "Grupo Portugal Telecom", ou "Empresa") prestam serviços de telecomunicações e multimédia em Portugal, no Brasil e em outros países ou regiões, incluindo África.

Em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu o processo de aquisição do seu investimento na Oi e na Contax e celebração dos acordos com os acionistas controladores destas empresas, por um montante total de 8.437 milhões de Reais Brasileiros (Nota 2).

A Telemar Norte Leste, S.A. ("Telemar"), a qual utiliza a marca Oi, é a empresa líder na prestação de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro e o maior operador fixo de telecomunicações na América do Sul em termos de número de clientes ativos. No seguimento dos aumentos de capital realizados em 28 de março de 2011, pela Telemar Participações, S.A. ("Telemar Participações"), Tele Norte Leste Participações, S.A. ("TNL") e Telemar, a Portugal Telecom adquiriu uma participação direta e indireta de 25,3% na Telemar por um montante total de 8,32 mil milhões de Reais Brasileiros (3,68 mil milhões de euros). De acordo com os termos dos acordos celebrados com os acionistas controladores, a Portugal Telecom partilha o controlo das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais estratégicas, resultando na consolidação proporcional da sua participação direta e indireta na Telemar Participações (25,6%), a qual consolida integralmente a TNL e a Telemar. Esta transação foi concluída no seguimento do acordo de intenções celebrado, em 28 de julho de 2010, entre a Portugal Telecom e a Andrade Gutierrez Participações, SA ("AG") e a LF Tel, SA ("LF"), dois dos maiores acionistas da Telemar Participações, o qual estabelece os princípios para o desenvolvimento de uma parceria estratégica entre a Portugal Telecom e o Grupo Oi.

O objetivo da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi é o desenvolvimento de uma plataforma global de telecomunicações que venha a permitir a cooperação em diversas áreas, tendo em vista, entre outros aspetos, partilhar as melhores práticas, obter economias de escalas, implementar iniciativas de investigação e desenvolvimento, desenvolver novas tecnologias, expandir internacionalmente, particularmente na América Latina e em África, diversificar os serviços prestados aos clientes, maximizar sinergias e reduzir custos, e oferecer constantemente serviços de qualidade aos clientes empresariais e individuais, procurando criar e acrescentar valor aos acionistas.

No âmbito da parceria estratégica entre a Portugal Telecom e a Oi, estava previsto que, entre outros objetivos, a Oi viesse a utilizar parte do montante recebido em resultado do aumento de capital para a aquisição de até 10% das ações em circulação da Portugal Telecom. Até 30 de setembro de 2011, a Oi adquiriu 64.557.566 ações da Portugal Telecom (Nota 12), representativas de 7% das ações em circulação. Conforme referido infra, a participação da Portugal Telecom neste investimento foi classificada como ações próprias na sua Demonstração Consolidada da Posição Financeira e ascendia a 148 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, incluindo 61 milhões de euros (Nota 2) relativos a ações adquiridas antes do final de março de 2011 e 87 milhões de euros (Nota 18.k) relativos a ações adquiridas durante o segundo trimestre de 2011.

Adicionalmente, em 28 de março de 2011, a Portugal Telecom concluiu a aquisição de uma participação de 16,2% na CTX Participações, S.A. ("CTX") por um montante de 116 milhões de Reais Brasileiros (50 milhões de euros). A CTX controla e consolida

integralmente a Contax, S.A. ("Contax"), uma das empresas líderes em serviços corporativos e a empresa líder em *contact centres* no Brasil. Em resultado desta aquisição, a Portugal Telecom adquiriu uma participação direta (16,2%) e indireta (25,8% através da AG e da LF) de 42,0% na CTX e uma participação indireta de 14,1% na Contax. A CTX, que controla e consolida integralmente a Contax, é consolidada proporcionalmente nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom, considerando os direitos de governo societário atribuídos à Portugal Telecom no âmbito dos acordos de acionistas celebrados pela Empresa.

O último passo da operação de aquisição da Contax, que incluía a aquisição da Dedic/GPTI (o prestador de Business Process Outsourcing da Portugal Telecom) pela Contax, foi concluído em 1 de julho de 2011, em resultado de os Conselhos de Administração e as Assembleias de Acionistas da Dedic, da CTX e da Contax terem aprovado as seguintes operações: (1) a troca do investimento da Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação de 7,6% na Contax; (2) a troca de uma participação de 1,3% detida pela Portugal Telecom na Contax por uma participação adicional de 3,7% na CTX; e (3) a alienação pela Portugal Telecom à CTX de uma participação de 2,0% na Contax pelo montante total de 49,7 milhões de Reais Brasileiros (22 milhões de euros. Em resultado destas operações, a participação direta e indireta da Portugal Telecom na CTX e na Contax aumentou de 42,0% para 44,4% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente, e a Dedic/GPTI tornou-se uma subsidiária integral da Contax, pelo que os seus ativos, passivos e resultados foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de julho de 2011, em conjunto com a Contax. Adicionalmente, foi registado um goodwill total de 47 milhões de euros (Nota 15), correspondente à diferença entre o valor de mercado e o valor contabilístico dos ativos adquiridos pela Portugal Telecom e pela Contax.

Em abril de 2011, dando seguimento à sua estratégia de internacionalização, a Contax concluiu a aquisição de 100% da Allus Global BPO Centre ("Allus") pelo montante de 245 milhões de Reais Brasileiros (Nota 2). Consequentemente, os resultados da Contax, os quais são consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Resultados da Portugal Telecom desde 1 de abril de 2011, incluem a consolidação integral dos resultados da Allus desde 1 de maio de 2011. A Allus é uma das maiores empresas prestadoras de serviços de *contact center* na América Latina, com operações na Argentina, Colômbia e Perú e atividades comerciais nos Estados Unidos da América e Espanha. Com esta aquisição, a Contax deu um importante passo para se tornar num dos mais completos prestadores globais de BPO (*Business Process Outsourcing*), dedicado a apoiar os seus clientes em toda a cadeia de relacionamento com os consumidores.

Em 24 de maio de 2011, numa reunião prévia dos acionistas da Telemar Participações, nos termos do Acordo de Acionistas desta empresa, os seus acionistas aprovaram a orientação a dar às administrações da Telemar Participações e de cada uma das suas controladas TNL, Telemar, Coari Participações ("Coari") e Brasil Telecom (em conjunto as "Empresas Oi") para que efetuem as análises relevantes e implementem os procedimentos necessários visando uma reorganização societária das Empresas Oi (a "Reorganização Societária"). Relativamente a esta reorganização societária, cumpre mencionar o seguinte:

- Os principais passos da reorganização societária incluem:
 - (a) A incorporação das ações da Telemar pela Coari, recebendo os acionistas da Telemar novas ações da Coari a serem emitidas, passando desta forma a Telemar a ser subsidiária integral da Coari;
 - (b) A fusão da Coari na Brasil Telecom, deixando a Coari de existir;
 - (c) A fusão da TNL na Brasil Telecom, deixando a TNL de existir; e
 - (d) Uma bonificação em ações resgatáveis de emissão da Brasil Telecom a serem atribuídas exclusivamente aos acionistas da Brasil Telecom anteriores à incorporação, as quais, imediatamente após a sua emissão, serão resgatadas pelo montante total de 1.502 milhões de Reais Brasileiros, situação que deverá ser refletida no cálculo dos rácios de troca. Considerando o compromisso subjacente a estas operações, a Brasil Telecom reconheceu este montante a pagar aos seus acionistas, incluindo 740 milhões de Reais Brasileiros a pagar ao seu acionista controlador Coari Participações (49,3%), a qual é integralmente detida pela Telemar, e 762 milhões de Reais Brasileiros a pagar aos acionistas não controladores. Consequentemente, a Portugal Telecom

consolidou proporcionalmente o passivo relativo aos acionistas não controladores no montante de 86 milhões de euros à data da deliberação, o qual foi incluído na rubrica "Outros passivos correntes".

Em resultado destas operações, a Brasil Telecom, que deverá ser redenominada Oi, S.A., concentraria todas as participações financeiras atuais das Empresas Oi e seria a única listada em bolsa de valores.

- Os principais benefícios associados a esta reorganização incluem, entre outros fatores, a simplificação da estrutura acionista e a unificação das bases acionistas das Empresas Oi, o aumento significativo da liquidez das ações das Empresas Oi, a unificação dos balanços das Empresas Oi, permitindo a definição de uma política de dividendo de longo prazo, e a redução de custos operacionais, administrativos e financeiros.
- De modo a concluir a reestruturação societária, a TNL, a Telemar e a Brasil Telecom constituíram Comitês Especiais Independentes, cada um dos quais deveria negociar as condições das transações relacionadas com a sua empresa, incluindo a definição dos rácios de troca, e submeter as suas recomendações ao Conselho de Administração de cada empresa.
- Em 1 de agosto de 2011, em resultado das análises efetuadas individualmente por cada um dos comitês e das negociações realizadas entre todos, os comitês independentes informaram o presidente do Conselho de Administração de cada uma daquelas empresas acerca dos rácios de troca recomendados para os Conselhos de Administração das Empresas Oi adotarem relativamente às fusões da Coari e da TNL na Brasil Telecom.
- Estima-se que as assembleias gerais da Brasil Telecom, TNL, Coari e TNL que deliberarão sobre as operações acima descritas, sejam convocadas para se realizar durante o quarto trimestre de 2011 ou o primeiro trimestre de 2012.

Em 26 de julho de 2011, a Assembleia Geral de Acionistas da Portugal Telecom aprovou uma alteração aos Estatutos da Empresa, eliminando os direitos especiais concedidos às 500 ações de Categoria A (normalmente denominados "*golden share*").

Durante o ano de 2010, a Vivo passou a ser classificada como operação descontinuada na sequência do acordo celebrado entre a Portugal Telecom e a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a venda da sua participação de 50% na Brasilcel, operação concluída em setembro de 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa ao segmento móvel no Brasil foi reexpressa nas demonstrações financeiras de modo a ser apresentada como uma operação descontinuada.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram aprovadas pelo Conselho de Administração e autorizadas para publicação em 27 de outubro de 2011.

2. Bases de apresentação

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade Nº. 34 "*IAS 34 Relato Financeiro Intercalar*". Estas demonstrações financeiras não incluem toda a informação requerida pelas Normas Internacionais de Relato Financeiro ("*IFRS*"), pelo que devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de dezembro de 2010. Adicionalmente, são divulgadas no relatório de gestão intercalar explicações complementares sobre as principais variações nos proveitos e custos, pelo que estas demonstrações financeiras consolidadas intercalares deverão ser lidas em conjunto com esse relatório de gestão.

Nestas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são utilizados os mesmos princípios de consolidação aplicados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas do último relatório anual.

Alterações no perímetro de consolidação

A principal alteração ocorrida no perímetro de consolidação está relacionada com a aquisição de participações diretas e indiretas na Oi e na Contax, concluída em 28 de março de 2011, no seguimento da qual a Portugal Telecom passou a consolidar proporcionalmente os ativos e passivos destas empresas a partir de 31 de março de 2011 e os seus resultados desde 1 de abril de 2011, tal como antes mencionado. O investimento na Oi foi concretizado diretamente através da aquisição de uma participação nessa empresa e indiretamente através da aquisição de participações no capital dos acionistas controladores da Oi, enquanto o investimento na Contax foi concretizado mediante a aquisição de uma participação no capital da CTX. O investimento na Oi e na Contax foi adquirido pelas subsidiárias Bratel Brasil, S.A. e Portugal Telecom Brasil, S.A., respetivamente, e encontrava-se estruturado da seguinte forma em 28 de março de 2011 (data de aquisição):

Empresa	Notas	Sede	Atividade	Participação em 28 de março de 2011 (a)	
				Direta	Efetiva
PASA Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (35,0%)	35,0%
EDSP75 Participações, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (35,0%)	35,0%
AG Telecom Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	PASA Participações, S.A. (100%)	35,0%
Luxemburgo Participações, S.A.		Belo Horizonte	Gestão de investimentos.	AG Telecom Participações, S.A. (100%)	35,0%
LF Tel, S.A.		São Paulo	Gestão de investimentos.	EDSP75 Participações, S.A. (100%)	35,0%
Telemar Participações, S.A.	(b)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (12,1%); AG Telecom Participações, S.A. (12,9%); Luxemburgo Participações, S.A. (6,5%); LF Tel, S.A. (19,4%)	25,6%
Tele Norte Leste Participações, S.A.	(c)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Bratel Brasil, S.A. (10,5%); Luxemburgo Participações, S.A. (2,4%); LF Tel, S.A. (2,4%); Telemar Participações (22,2%)	17,9%
Telemar Norte Leste, S.A.	(d)	Rio de Janeiro	Concessionária dos serviços de telecomunicações no Brasil.	Bratel Brasil, S.A. (9,4%); Luxemburgo Participações, S.A. (3,3%); LF Tel, S.A. (3,3%); Telemar Participações (3,8%); TNL (70,5%)	25,3%
CTX Participações, S.A.	(b)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	Portugal Telecom Brasil, S.A. (16,2%); AG Telecom Participações, S.A. (25,4%); Luxemburgo Participações, S.A. (11,4%); LF Tel, S.A. (36,8%)	42,0%
Contax Participações, S.A.	(e) (f)	Rio de Janeiro	Gestão de investimentos.	CTX Participações (33,5%)	14,1%
Contax, S.A.	(f)	Rio de Janeiro	Serviços de call center.	Contax Participações (100%)	14,1%

- (a) Com exceção do mencionado abaixo, não existiram outras alterações relevantes na estrutura acionista da Telemar e da Contax entre a data de aquisição deste investimento (28 de março de 2011) e a data da Demonstração Consolidada da Posição Financeira (30 de setembro de 2011).
- (b) No âmbito dos termos da aquisição das participações na Oi e na Contax e dos acordos celebrados com os seus acionistas controladores, a Portugal Telecom partilha o controlo das decisões sobre as políticas financeiras e operacionais, resultando na consolidação proporcional da posição acionista direta e indireta na Telemar Participações (25,6%), que consolida integralmente a TNL, a Telemar e todas as suas subsidiárias, e na CTX (42,0%), que consolida integralmente a Contax Participações, a Contax e as suas subsidiárias. No seguimento das operações concluídas em 1 de julho de 2011 relacionadas com a Contax, tal como mencionado acima, a Portugal Telecom aumentou a sua participação efetiva na CTX para 44,4%.
- (c) Os direitos de voto da Telemar Participações na TNL são 56,4%.
- (d) Os direitos de voto da TNL na Telemar são 98,0%.
- (e) A CTX tinha 69,3% dos direitos de voto na Contax Participações em 28 de março de 2011 e passou a ter 71,6% dos direitos de voto no seguimento das operações concluídas em 1 de julho de 2011.
- (f) No seguimento das operações concluídas em 1 de julho de 2011, relacionadas com a Contax, tal como mencionada acima, a Portugal Telecom obteve uma participação direta de 4,3% na Contax Participações, tendo aumentado a sua participação efetiva na Contax Participações e na Contax, S.A. de 14,1% para 19,5%.

O Grupo Oi é líder no fornecimento de serviços de telecomunicações no mercado brasileiro, através da Telemar e das suas subsidiárias, como segue:

- Telemar fornece o serviço fixo de telefone na Região I do Brasil;

- TNL PCS, S.A. fornece o serviço móvel de telefone nas Regiões I e III do Brasil (99,7% detida pela Telemar);
- Brasil Telecom, S.A. ("Brasil Telecom") fornece o serviço fixo de telefone na Região II do Brasil (49,3% detida indiretamente pela Telemar, com direitos de voto de 79,6%);
- 14 Brasil Telecom Celular, S.A. fornece o serviço móvel de telefone na Região II do Brasil (100% detida pela Brasil Telecom);
- Outras empresas, incluindo empresas holding e empresas que prestam serviços de gestão de rede, serviços de gestão de tráfego, serviços financeiros, serviços relacionados com sistemas de pagamento e de crédito e serviços de *call centre* e *telemarketing*.

A Empresa tem atualmente em curso o processo de quantificação do justo valor dos ativos líquidos adquiridos através desta combinação de negócios, tendo alocado preliminarmente a diferença entre o preço de aquisição e o valor contabilístico dos ativos líquidos adquiridos a *goodwill*. Apesar de a IFRS 3 *Concentrações Empresariais* permitir que este processo seja concluído no prazo de um ano a contar da data de aquisição, a Portugal Telecom estima concluir este processo até 31 de dezembro de 2011 e quaisquer ajustamentos de justo valor a serem registados no âmbito deste processo de alocação do preço de compra deverão ser reconhecidos com efeitos a 1 de abril de 2011.

O detalhe dos ativos líquidos da Telemar (25,6%), da Contax (42,0%) e dos seus acionistas controladores, os quais foram consolidados proporcionalmente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom, e do *goodwill* apurado preliminarmente no âmbito da transação acima mencionada é como segue:

	Milhões		
	28 mar 2011 (data de aquisição) (i)		31 mar 2011 (i)
	Reais Brasileiros	euros	euros
Ativos	21.412	9.461	9.286
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 18.h)	3.911	1.728	1.696
Contas a receber correntes	1.793	792	778
Impostos a recuperar correntes	691	305	300
Depósitos judiciais correntes (Nota 13)	479	212	208
Ativos tangíveis (Nota 15)	6.069	2.681	2.632
Ativos intangíveis (Nota 15)	4.693	2.073	2.035
Impostos diferidos (Nota 10)	1.508	666	654
Depósitos judiciais não correntes (Nota 13)	1.790	791	776
Benefícios de reforma (Nota 6)	25	11	11
Outros (ii)	454	201	197
Passivos	15.578	6.882	6.756
Dívida de curto prazo (Nota 16)	1.513	668	656
Contas a pagar correntes	938	414	407
Acréscimos de custos correntes	845	374	367
Impostos a pagar correntes	733	324	318
Provisões correntes (Nota 17)	492	217	213
Dívida de médio e longo prazo (Nota 16)	7.131	3.150	3.092
Impostos a pagar não correntes (iii)	719	317	312
Provisões não correntes (Nota 17)	1.370	605	594
Benefícios de reforma (Nota 6)	146	64	63
Impostos diferidos (Nota 10)	815	360	353
Outros (iv)	877	387	381
Ativos líquidos adquiridos	5.834	2.579	2.530
Interesses não controladores	1.636	723	710
Sub-total	4.197	1.856	1.820
Ações próprias adquiridas (Nota 1) (v)	142	61	61
Sub-total	4.339	1.917	1.882
Goodwill (Nota 15)	4.098	1.810	1.777
Preço de aquisição (Nota 18.h)	8.437	3.728	n.a.

(i) Os montantes em 28 de março de 2011 correspondem aos ativos líquidos adquiridos na data de aquisição, enquanto os montantes em 31 de março de 2011 correspondem aos ativos líquidos consolidados proporcionalmente pela primeira vez na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom. A diferença

entre estes montantes corresponde a alterações nas taxas de câmbio, tendo sido reconhecida diretamente no capital próprio e incluída na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral na rubrica "Ajustamentos de conversão cambial".

- (ii) Esta rubrica inclui essencialmente custos diferidos e impostos a recuperar não correntes.
- (iii) Os impostos a pagar não correntes referem-se a programas de pagamento parcelar de impostos federais em vigor no Brasil, no âmbito dos quais as empresas inscreveram uma parcela substancial da sua dívida fiscal vencida até 30 de novembro de 2008 junto da Fazenda Nacional e do Instituto Nacional da Segurança Social.
- (iv) Esta rubrica inclui essencialmente (1) dividendos a pagar, os quais estão classificados na rubrica "Outros passivos correntes" da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, (2) contas a pagar não correntes, nomeadamente relacionadas com licenças a pagar à Anatel, as quais foram classificadas na rubrica "Outros passivos não correntes" da Demonstração Consolidada da Posição Financeira, e (3) proveitos diferidos.
- (v) Em 31 de março de 2011, a Oi tinha uma participação de 3,1% na Portugal Telecom, adquirida no final de março de 2011. Este investimento foi registado como ações próprias na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom e foi efetuado no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).

A contribuição da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores para o resultado líquido da Portugal Telecom nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 foi de 35 milhões de euros e 14 milhões de euros, respetivamente, detalhado como segue:

	euros	
	9M11	3T11
RECEITAS	1.857.912.608	932.833.186
CUSTOS, DESPESAS, PERDAS E (GANHOS)		
Custos com o pessoal	326.502.604	176.096.337
Custos diretos	349.830.772	176.994.580
Custos comerciais	96.547.478	45.042.123
Fornecimentos e serviços externos	320.816.138	150.727.921
Impostos indiretos	87.658.420	44.522.455
Provisões e ajustamentos	96.330.164	50.927.047
Amortizações (Nota 15)	335.326.388	164.440.952
Custos com benefícios de reforma, líquidos (Nota 6)	3.279.040	1.703.412
Outros custos, líquidos	5.890.887	2.607.881
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	235.730.717	119.770.478
Juros suportados, líquidos (Nota 8)	114.738.147	65.396.398
Outros custos financeiros, líquidos	34.686.260	17.812.091
Resultado antes de impostos	86.306.310	36.561.989
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	37.021.676	8.800.826
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	49.284.634	27.761.163
Resultado atribuível a interesses não controladores	13.882.780	13.547.115
Resultado líquido	35.401.854	14.214.048

Caso a Oi e a Contax tivessem sido consolidadas proporcionalmente desde 1 de janeiro de 2011, os valores proforma das receitas operacionais consolidadas e do resultado líquido antes de interesses não controladores da Portugal Telecom, para o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, são como segue:

	milhões de euros		
	Valores reportados	Efeito da Oi e da Contax	Informação pro-forma
Receitas operacionais	4.416	890	5.306
Resultado líquido (antes de interesses não controladores)	403	(65)	338

Em abril de 2011, tal como mencionado acima, a Contax adquiriu um investimento na Allus pelo montante de 245 milhões de Reais Brasileiros (Nota 1), equivalente a 103 milhões de Reais Brasileiros correspondentes à percentagem da participação consolidada proporcionalmente pela Portugal Telecom. Este investimento foi consolidado proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 30 de abril de 2011. O detalhe dos ativos líquidos consolidados proporcionalmente em 30 de abril de 2011 e do goodwill registado preliminarmente em resultado desta transação é como segue:

	Milhões	
	Reais Brasileiros	euros
Ativos	94	40
Ativos correntes (i)	41	18
Ativos tangíveis (Nota 15)	16	7
Ativos intangíveis (Nota 15)	31	13
Outros	5	2
Passivos	59	25
Passivos correntes	46	19
Dívida de médio e longo prazo	13	5
Outros	1	0
Ativos líquidos adquiridos	35	15
Goodwill (Nota 15)	68	29
Preço de aquisição (Nota 18.h)	103	44

(i) Esta rubrica inclui caixa e equivalentes de caixa no montante de 2 milhões de euros, que foram incluídos na Demonstração dos Fluxos de Caixa na rubrica "Recebimentos provenientes de investimentos financeiros" (Nota 18.h).

Tal como mencionado acima, no seguimento da conclusão em 1 de julho de 2011 das operações relacionadas com a transação da Contax, a Dedic/GPTI deixou de ser consolidada integralmente pela Portugal Telecom ao tornar-se subsidiária integral da Contax. Consequentemente, os seus ativos, passivos e resultados foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de julho de 2011, em conjunto com a Contax, enquanto até essa data os seus resultados eram consolidados integralmente na Demonstração dos Resultados da Portugal Telecom.

Adicionalmente, em 2010, a Vivo foi classificada como operação descontinuada no seguimento do acordo celebrado pela Portugal Telecom com a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a alienação da sua participação de 50% na Brasilcel, a qual foi concluída em setembro de 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa a este negócio foi reexpressa de forma a ser apresentada como operação descontinuada.

Com exceção do mencionado acima, não ocorreram quaisquer outras alterações relevantes no perímetro de consolidação do Grupo durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

3. Políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas

As políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas aplicados na preparação destas demonstrações financeiras consolidadas intercalares são consistentes com os aplicados no último relatório anual da Portugal Telecom, apesar destas demonstrações financeiras intercalares incluírem determinadas políticas contabilísticas, julgamentos e estimativas relativos às operações da Oi e da Contax que não eram aplicáveis em 31 de dezembro de 2010.

As seguintes normas, normas revistas ou interpretações aprovadas pela União Europeia ficaram efetivas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, apesar de a sua adoção não ter tido impacto nas demonstrações financeiras da Portugal Telecom:

- Alterações ao IAS 24 *Divulgação de Partes Relacionadas*;

- Alterações ao IFRIC 14 *O Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e a sua Interação*;
- IFRIC 19 *Extinção de Passivos Financeiros através de Instrumentos de Capital Próprio*;
- Alterações ao IFRS 1 *Adoção pela Primeira Vez das IFRS*;
- Alterações ao IAS 32 *Instrumentos Financeiros*; e
- Alterações ao IFRS 7 *Instrumentos Financeiros: Divulgações*.

Em 2011, o International Accounting Standards Board ("IASB") emitiu as seguintes novas normas que ainda não foram adotadas pela Portugal Telecom, dado ainda não terem sido aprovadas pela União Europeia e a sua aplicação apenas ser requerida em períodos subsequentes:

- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 10 *Demonstrações Financeiras Consolidadas*, a qual estabelece os princípios para a apresentação e preparação das demonstrações financeiras consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades. A IFRS 10, com base nos princípios existentes, identifica o conceito de controlo como o fator decisivo para determinar se uma empresa deve ser incluída nas demonstrações financeiras consolidadas da empresa-mãe. Esta norma disponibiliza igualmente orientações para determinar a existência de controlo nas situações em que tal é difícil. A IFRS 10 substitui os requisitos de consolidação previstos na SIC 12 *Consolidação* e na IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais*. A Empresa está a analisar os impactos decorrentes da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 11 *Empreendimentos Conjuntos*, a qual classifica os empreendimentos conjuntos como operações conjuntas (combinando os conceitos existentes de ativos controlados conjuntamente e de operações controladas conjuntamente) ou como *joint ventures* (equivalente ao conceito existente de uma entidade controlada conjuntamente) e requer a utilização do método de equivalência patrimonial nas *joint ventures*, eliminando desta forma o método de consolidação proporcional. Esta norma, que vem substituir a IAS 31 *Interesses em Empreendimentos Conjuntos* e a SIC 13 *Entidades Controladas Conjuntamente – Contribuições Não-Monetárias dos Ventures*, é aplicável em exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. Com a adoção desta nova norma, a Portugal Telecom deixará de consolidar proporcionalmente os seus investimentos na Oi e na Contax;
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 12 *Divulgação de Participações em Outras Entidades*, a qual é aplicável a entidades com participação em empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos, empresas associadas e outras entidades não consolidadas, e vem estabelecer os objetivos de divulgação e especificar o nível mínimo de informações a divulgar pela entidade para cumprir com esses objetivos. De acordo com esta norma, uma entidade deve divulgar informação que permita aos utilizadores das demonstrações financeiras avaliar a natureza e os riscos associados às participações financeiras em outras entidades e os efeitos das mesmas nas suas demonstrações financeiras. A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Em 12 de maio de 2011, o IASB emitiu a IFRS 13 *Mensuração a Valor de Mercado*, a qual procura estabelecer uma fonte única de orientação para a mensuração a valor de mercado de acordo com as IFRS. O valor de mercado é definido como o "preço que seria recebido para vender um ativo ou pago para transferir um passivo numa transação entre duas partes a atuar no mercado na data de mensuração". A Empresa está a avaliar o impacto da adoção desta norma, a qual é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013;
- Na sequência das alterações supra mencionadas, as normas IAS 27 *Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais* e IAS 28 *Investimentos em Associadas* foram revistas em conformidade;
- Em 16 de junho de 2011, o IASB emitiu alterações à IAS 19 *Benefícios aos Empregados*, as quais incluem essencialmente: (i) a eliminação da opção de diferir o reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais, conhecida pelo "método do *corredor*"; (ii) a simplificação da apresentação das alterações nos ativos e passivos resultantes de planos de benefícios definidos, incluindo remensurações a serem apresentadas na Demonstração do Rendimento Integral, separando-as das alterações que podem

ser vistas como resultado das operações do dia-a-dia da empresa; e (iii) melhorias nos requisitos de divulgação para planos de benefícios definidos, prestando melhor informação acerca das características desses planos e dos riscos a que as entidades estão expostas quando participam nos mesmos. Esta norma é aplicável para exercícios iniciados em ou após 1 de janeiro de 2013. A Empresa está a avaliar os impactos da adoção desta norma revista, sendo no entanto de salientar que a Portugal Telecom já reconhece os ganhos e perdas atuariais diretamente no capital próprio.

4. Taxas de Câmbio

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os ativos e passivos expressos em Reais Brasileiros foram convertidos para Euros com base nas taxas de câmbio de 2,5067 e 2,2177 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente. Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, as demonstrações dos resultados de empresas participadas expressas em Reais Brasileiros foram convertidas para Euros com base nas taxas de câmbio média de 2,2942 e 2,3410 Reais Brasileiros em relação ao Euro, respetivamente.

5. Reporte de segmentos

No seguimento da aquisição de um interesse económico de 25,3% na Oi, cujos resultados foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, a Portugal Telecom passou a divulgar a Oi como um segmento operacional uma vez que a gestão da Empresa revê e analisa periodicamente os resultados deste negócio. Este segmento operacional, denominado Oi, inclui a empresa holding TNL e a Telemar Norte Leste, S.A. e as suas subsidiárias.

Até 30 de junho de 2011, os segmentos operacionais da Portugal Telecom em Portugal, os quais estavam organizados por tipo de tecnologia utilizada para fornecer os seus serviços e produtos aos seus clientes, incluíam os segmentos da Rede Fixa (serviços de telecomunicações fixas prestados através da PT Comunicações e da PT Prime) e do Móvel (serviços de telecomunicações móveis prestados através da TMN). No seguimento da progressiva integração dos produtos e serviços das redes fixa e móvel, a Portugal Telecom alterou, a partir daquela data, a divulgação dos seus segmentos operacionais em Portugal, substituindo os anteriores segmentos “Rede fixa em Portugal” e “Móvel em Portugal” por um segmento operacional denominado “Telecomunicações em Portugal” que inclui todos os serviços de telecomunicações em Portugal. Esta alteração é consistente com a forma como a gestão da Empresa revê e analisa a performance dos seus negócios em Portugal. No seguimento desta alteração, a informação financeira correspondente ao ano anterior foi reexpressa.

Em resultado das alterações mencionadas acima, os segmentos operacionais em 30 de setembro de 2011 são como segue: (i) Telecomunicações em Portugal; e (ii) Telecomunicações no Brasil - Oi. Não existe nenhuma diferença entre os segmentos operacionais e os reportados.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, as receitas por segmento operacional e respetiva contribuição para as receitas consolidadas foram como segue:

	9M11			9M10		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	2.173.602.149	(17.092.067)	2.156.510.082	2.354.697.030	(16.153.114)	2.338.543.916
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	1.633.713.628	(2.200.648)	1.631.512.980	-	-	-
Receitas relativas a outras operações (iii)	1.077.219.510	(449.424.810)	627.794.700	825.460.030	(371.443.304)	454.016.726
Receitas consolidadas do Grupo			4.415.817.762			2.792.560.642

	3T11			3T10		
	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas	Receitas antes de eliminações	Receitas intra-grupo	Receitas consolidadas
Receitas relativas aos segmentos reportados:						
Telecomunicações em Portugal (i)	731.008.804	(7.213.977)	723.794.827	789.310.028	(6.056.284)	783.253.744
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	801.442.855	(1.096.111)	800.346.744	-	-	-
Receitas relativas a outras operações (iii)	406.978.914,15	(184.102.071)	222.876.843	324.790.288	(155.879.900)	168.910.388
Receitas consolidadas do Grupo			1.747.018.414			952.164.132

- (i) A redução nas receitas das telecomunicações em Portugal no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 (181 milhões de euros) é explicada essencialmente por: (1) menores receitas no segmento de clientes Pessoal (73 milhões de euros), incluindo menores vendas de equipamentos (10 milhões de euros), menores receitas de interligação (22 milhões de euros), principalmente em resultado do impacto negativo da redução das Tarifas de Terminação Móvel, e menores receitas de cliente (42 milhões de euros) que refletem condições económicas desafiadoras, incluindo o aumento do IVA (+3pp no primeiro semestre de 2011 e +2pp no terceiro trimestre de 2011), em conjunto com o aumento de popularidade dos planos tribais; (2) menores receitas do segmento de clientes Empresariais (81 milhões de euros), penalizadas por um ambiente económico adverso e consequentes esforços de contenção de custos por parte das empresas e também por um projeto realizado nas escolas em 2010; e (3) menores receitas do segmento de clientes *Wholesale* e de outros negócios (56 milhões de euros), incluindo o impacto decorrente do declínio no negócio das listas (16 milhões de euros). Estes efeitos foram parcialmente compensados por um aumento nas receitas do segmento de clientes Residencial, relacionado essencialmente com as receitas de televisão por subscrição e banda larga, as quais estão suportados no sucesso das ofertas *double* e *triple play* do Meo.
- (ii) Tal como foi mencionado na Nota 1, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011.
- (iii) O aumento do contributo das outras operações para as receitas consolidadas nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 está relacionado essencialmente com (1) o impacto da consolidação proporcional da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (226 milhões de euros e 132 milhões de euros, respetivamente) e (2) a melhoria das receitas da MTC (operador móvel na Namíbia) e da Timor Telecom. Estes efeitos foram parcialmente compensados pela menor contribuição da Dedic/GPTI, uma vez que este negócio foi consolidado integralmente até 30 de junho de 2011 e posteriormente integrado na Contax.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre o resultado antes de resultados financeiros e impostos dos segmentos operacionais e o resultado líquido do Grupo é como segue:

	9M11	9M10	3T11	3T10
	euros			
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo aos segmentos operacionais:				
Telecomunicações em Portugal (i)	422.177.145	413.203.416	141.466.247	80.020.018
Telecomunicações no Brasil - Oi (ii)	240.486.853	-	121.321.917	-
Resultado antes de resultados financeiros e impostos relativo a outras operações (iii)	12.433.499	(7.838.665)	15.849.491	(16.040.887)
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	675.097.497	405.364.751	278.637.655	63.979.131
Ganhos e (custos) financeiros:				
Juros suportados, líquidos (Nota 8)	(199.426.072)	(175.549.954)	(118.170.429)	(56.944.015)
Ganhos em empresas associadas, líquidos (iv)	169.098.713	65.375.621	46.599.246	(18.544.647)
Outros custos financeiros, líquidos (Nota 9)	(86.543.057)	(35.467.825)	(17.070.168)	(23.287.711)
Imposto sobre o rendimento (Nota 10)	(155.088.583)	(64.127.014)	(53.309.631)	(37.603.344)
Resultado líquido das operações continuadas	403.138.498	195.595.579	136.686.673	(72.400.586)
Resultado das operações descontinuadas (Nota 11)	-	5.551.451.400	-	5.474.765.812
Resultado líquido	403.138.498	5.747.046.979	136.686.673	5.402.365.226

- (i) A melhoria ocorrida nesta rubrica no período de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011, face aos mesmos períodos do ano anterior, é essencialmente explicada (1) pela implementação de uma política de corte nos custos nas operações em Portugal, que levou a uma redução nos outros custos

operacionais, (2) por menores custos com benefícios de reforma, em resultado da transferência para o Estado Português das responsabilidades regulamentares não financiadas com pensões (Nota 6), concluída em dezembro de 2010, e (3) pelo reconhecimento de determinados custos não recorrentes no terceiro trimestre de 2010 (Nota 7). Estes efeitos mais que compensam a diminuição das receitas de serviço líquidas (receitas de serviços menos custos diretos).

- (ii) Tal como mencionado na Nota 1, os resultados da Oi foram consolidados proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011. No terceiro trimestre de 2011, a Oi recebeu a informação do gestor de um dos seus planos de benefícios de reforma de que a empresa iria receber um reembolso no montante de 354 milhões de Reais Brasileiros. Como este plano apresenta uma posição excedentária para a qual não está reconhecido um ativo (Nota 6), a Oi registou uma conta a receber e um ganho de igual montante no terceiro trimestre de 2011.
- (iii) A melhoria desta rubrica no período de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011, face aos mesmos períodos do ano anterior, é essencialmente explicada pelos custos incorridos no terceiro trimestre de 2010, no montante de 25 milhões de euros, com os serviços prestados relacionados com o processo de aquisição do investimento na Oi, tal como mencionado na Nota 7.
- (iv) No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, esta rubrica inclui um ganho de 38 milhões de euros relacionado com a conclusão da alienação da participação na UOL (Nota 14), enquanto que nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2010, esta rubrica inclui o reconhecimento de perdas não recorrentes sobre o valor contabilístico de alguns investimentos em empresas associadas no total de 72 milhões de euros. Ajustando por estes efeitos e pelos resultados da UOL no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 (14 milhões de euros), os ganhos em empresas associadas teriam ascendido a 131 milhões de euros e a 124 milhões de euros nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, respetivamente, refletindo principalmente a melhoria dos resultados da Unitel, não obstante a desvalorização ocorrida na moeda local, e da CTM.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis por segmento operacional e a reconciliação dos mesmos com os investimentos consolidados são como segue (Nota 15):

	9M11	9M10	3T11	euros 3T10
Telecomunicações em Portugal	400.488.943	403.136.701	149.605.882	138.515.394
Telecomunicações no Brasil - Oi	223.178.934	-	106.545.274	-
Outros negócios	80.100.379	90.436.778	29.632.704	42.912.995
	703.768.256	493.573.479	285.783.860	181.428.389

A variação nos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, face ao mesmo período do ano anterior, reflete essencialmente os seguintes efeitos:

- Uma diminuição nas operações em Portugal, refletindo um declínio dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis relacionados com os clientes residenciais em resultado de: (1) um menor número de *set-top boxes* por cliente de TV por fibra em comparação com ADSL; (2) um menor custo unitário de *set-top boxes*, terminais óticos e *home gateways*, e (3) melhores taxas de reacondicionamento de *set-top boxes*. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo aumento dos investimentos relacionados com a rede móvel, explicado pelo investimento na troca de equipamentos 2G por equipamentos preparados para a LTE (4G) e por investimentos em capacidade nas redes existentes de 3G e 3,5G, nomeadamente nas áreas urbanas;
- A consolidação proporcional dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis da Oi a partir de 1 de abril de 2011; e
- Um aumento dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis nos outros negócios, refletindo essencialmente menores investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (1) no negócio da Dedic/GPTI, devido aos investimentos realizados no primeiro trimestre de 2010 relacionados com a expansão da Dedic, nomeadamente na construção de novos *sites*, e na sua integração na Contax a partir de 1 de julho de 2011, (2) na MTC, na Namíbia, e (3) na CVT, em Cabo Verde. Estes efeitos foram parcialmente compensados pelo impacto da consolidação proporcional da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (16 milhões de euros), incluindo a Dedic/GPTI a partir de 1 de julho de 2011, e pelo aumento dos investimentos em ativos tangíveis e intangíveis na Timor Telecom.

6. Benefícios de reforma

Em 30 de setembro de 2011, a Empresa não obteve um estudo atuarial para reconhecer os benefícios de reforma, pelo que os custos registados durante os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 baseiam-se no estudo atuarial de 31 de dezembro de 2010, ajustados pelos custos com a redução de efetivos incorridos durante esses períodos.

Em 30 de setembro de 2011, as responsabilidades projetadas com benefícios de reforma (PBO) das operações em Portugal que estão relacionadas com complementos de pensões e cuidados de saúde ascendiam a 434 milhões de euros, e o valor de mercado dos ativos dos planos ascendia a 381 milhões de euros, que comparam com 472 milhões de euros e 448 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, respetivamente. Adicionalmente, a Portugal Telecom tinha responsabilidades sob a forma de salários devidos a empregados suspensos e pré-reformados no montante de 824 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, que compara com 924 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010, as quais não estão sujeitas a qualquer requisito legal para efeitos de financiamento. Estes salários são pagos mensalmente e diretamente pela Portugal Telecom aos seus beneficiários, até estes atingirem a idade de reforma. Em 30 de setembro de 2011, a Portugal Telecom tinha ganhos com serviços passados não reconhecidos relativos a direitos não vencidos no montante de 17 milhões de euros, pelo que as responsabilidades líquidas com benefícios de reforma das operações em Portugal registadas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira ascendiam a 895 milhões de euros.

Adicionalmente, após a aquisição do investimento na Oi, concluída em 28 de março de 2011 (Nota 1), a Portugal Telecom consolidou proporcionalmente as responsabilidades com benefícios de reforma desta empresa, as quais ascendiam a 52 milhões de euros em 31 de março de 2011, incluindo um passivo de 63 milhões de euros (Nota 2) e um ativo de 11 milhões de euros (Nota 2), e a 51 milhões de euros em 30 de setembro de 2011. Estas responsabilidades líquidas estão relacionadas com vários planos com características diferentes, incluindo planos de contribuição definida e planos de benefícios definidos, a maioria dos quais já estão fechados a novos participantes. A Oi tem diversos planos que apresentam uma situação excedentária para os quais não é registado um ativo por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos.

Durante os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, os movimentos ocorridos nas responsabilidades com benefícios de reforma, líquidas do valor de mercado dos ativos dos planos e dos ganhos com serviços passados não reconhecidos, foram como segue:

	euros			
	Pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2009	764.851.062	(65.540.099)	791.441.962	1.490.752.925
Custos com benefícios de reforma do período	26.943.017	(3.182.817)	29.707.500	53.467.700
Custos com redução de efetivos	120.332	-	6.579.828	6.700.160
Perdas atuariais, líquidas	60.870.023	11.753.614	-	72.623.637
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(35.676.487)	70.727.897	(115.591.427)	(80.540.017)
Saldo em 30 de setembro de 2010	817.107.947	13.758.595	712.137.863	1.543.004.405

	Operações em Portugal				Oi			Total
	Complementos de pensões	Cuidados de saúde	Salários a pré-reformados e empregados suspensos	Sub-total	Pensões	Cuidados de saúde	Sub-total	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2010	25.772.632	16.767.576	924.324.397	966.864.605	-	-	-	966.864.605
Alterações no perímetro de consolidação (Nota 2)	-	-	-	-	52.083.050	406.094	52.489.144	52.489.144
Custos com benefícios de reforma do período	(536.463)	(1.328.197)	23.539.309	21.674.649	3.257.715	21.325	3.279.040	24.953.689
Custos com redução de efetivos	-	-	3.778.437	3.778.437	-	-	-	3.778.437
Perdas atuariais, líquidas	7.956.834	25.014.786	-	32.971.620	-	-	-	32.971.620
Pagamentos, contribuições e reembolsos	(677.781)	(2.017.820)	(127.570.339)	(130.265.940)	(303.751)	(1.540)	(305.291)	(130.571.231)
Ajustamentos de conversão cambial	-	-	-	-	(4.424.623)	(34.224)	(4.458.847)	(4.458.847)
Saldo em 30 de setembro de 2011	32.515.222	38.436.345	824.071.804	895.023.371	50.612.391	391.655	51.004.046	946.027.417

Alguns planos de benefícios de reforma que apresentam posições excedentárias, para os quais se pode reconhecer um ativo por ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos, são apresentados separadamente na Demonstração Consolidada da Posição Financeira dos saldos daqueles planos com posição deficitária. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o valor líquido das responsabilidades com benefícios de reforma foi reconhecido na Demonstração Consolidada da Posição Financeira como segue:

	euros	
	30 set 2011	31 dez 2010
Planos de pensões com uma posição deficitária	94.902.412	27.700.623
Salários devidos a pré-reformados e empregados suspensos	824.071.804	924.324.397
Planos de cuidados de saúde com uma posição deficitária	38.828.000	16.767.576
Planos com uma posição deficitária	957.802.216	968.792.596
Planos de pensões com uma posição excedentária	(11.774.799)	(1.927.991)
	946.027.417	966.864.605

O detalhe dos custos com benefícios de reforma nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 é como segue:

	euros			
	9M11	9M10	3T11	3T10
Custos com benefícios de reforma				
Operações em Portugal (i)				
Custo do serviço do período	2.645.700	6.111.065	881.900	2.037.021
Custo financeiro	39.750.466	151.532.883	13.249.981	50.510.961
Rendimento estimado dos fundos	(19.579.748)	(102.723.991)	(6.526.582)	(34.241.330)
Amortização de ganhos com serviços passados	(1.141.769)	(1.452.257)	(380.591)	(484.085)
	21.674.649	53.467.700	7.224.708	17.822.567
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (ii)	15.683.629	-	5.328.926	-
Sub-total	37.358.278	53.467.700	12.553.634	17.822.567
Oi (Nota 2)				
Custo do serviço do período	513.209	-	255.898	-
Custo financeiro	46.940.172	-	23.405.459	-
Rendimento estimado dos fundos	(69.094.848)	-	(34.452.294)	-
Amortização de ganhos com serviços passados	(103.901)	-	(51.807)	-
Efeito do limite num ativo de benefícios definidos (iii)	25.024.408	-	12.546.156	-
Sub-total	3.279.040	-	1.703.412	-
Total de custos com benefícios de reforma	40.637.318	53.467.700	14.257.046	17.822.567
Custos com redução de efetivos				
Programa de redução de efetivos	3.778.437	6.700.160	29.279	1.056.091
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	2.559.127	4.152.809	735.892	557.665
Total de custos de redução de efetivos	6.337.564	10.852.969	765.171	1.613.756

- (i) A redução nos custos com benefícios de reforma das operações em Portugal é explicada principalmente pelo impacto da transferência para o Estado Português das responsabilidades regulamentares com pensões, concluída em dezembro de 2010.
- (ii) Esta rubrica inclui a contribuição paga pela Portugal Telecom à Segurança Social, relativa ao serviço anual dos empregados ativos que tinham direito a benefícios de pensões no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.
- (iii) Tal como mencionado acima, a Oi tem diversos planos que apresentam uma situação excedentária cujos ativos não são registados por não ser possível assegurar o reembolso do excesso de financiamento dos mesmos; consequentemente, de acordo com o previsto na IFRIC 14 *Limite sobre um Ativo de Benefícios Definidos, Requisitos Mínimos de Financiamento e Respetiva Interação*, são reconhecidas perdas para aqueles planos em que não é possível reconhecer um ativo.

O detalhe dos ganhos (perdas) atuariais líquidos reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, os quais dizem respeito às operações em Portugal, é como se segue:

	euros			
	9M11	9M10	3T11	3T10
Alterações nos pressupostos atuariais (i)	36.259.333	-	-	-
Diferenças entre os dados reais e os pressupostos atuariais (ii)	(69.230.953)	(72.623.637)	(32.195.584)	70.577.626
	(32.971.620)	(72.623.637)	(32.195.584)	70.577.626

- (i) Baseada na taxa de rendimento de longo prazo de obrigações de *rating* elevado e com maturidades similares, a Portugal Telecom, em 30 de junho de 2011, reviu o pressuposto atuarial da taxa de desconto, aumentando-o de 4,75% para 5,50% para benefícios de cuidados de saúde e de 4,75% para 5,00% para os complementos de pensões. O impacto da alteração neste pressuposto atuarial foi um ganho de 36 milhões de euros reconhecido no segundo trimestre de 2011.
- (ii) As perdas atuariais líquidas registadas nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 correspondem à diferença entre o retorno real e esperado dos ativos do plano. Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, o retorno real dos ativos foi de -11,4% e +1,4%, respetivamente, em comparação com o pressuposto atuarial de +4,5%.

As saídas líquidas de fluxos de caixa relacionadas com benefícios de reforma nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 são como se segue:

	euros	
	9M11	9M10
Pagamentos de salários a pré-reformados e suspensos	127.570.339	115.591.427
Despesas com cuidados de saúde (i)	2.019.360	4.272.103
Pagamentos de benefícios relativos a complementos de pensões	677.781	578.879
Contribuições para os fundos de pensões	303.751	35.097.608
Reembolso referente ao excesso de financiamento do plano de saúde	-	(75.000.000)
	130.571.231	80.540.017
Custo do serviço relativo às responsabilidades transferidas para o Estado Português (ii)	15.515.105	-
Pagamentos por cessação de contratos de trabalho	2.559.127	4.152.809
	148.645.463	84.692.826

- (i) Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, o saldo desta rubrica está líquido de reembolsos relacionados com despesas pagas pela PT Comunicações por conta dos fundos nos montantes de 11 milhões de euros e 9 milhões de euros, respetivamente.
- (ii) Esta rubrica corresponde à contribuição paga pela Portugal Telecom à Segurança Social, relacionada com o serviço anual de empregados ativos que tinham direito a benefícios de reforma no âmbito dos planos de benefícios de reforma da Empresa transferidos para o Estado Português em dezembro de 2010.

7. Outros custos, líquidos

A redução dos outros custos nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, está essencialmente relacionada com os seguintes itens não recorrentes reconhecidos no terceiro trimestre de 2010: (1) ajustamentos no total de 38 milhões de euros de modo a ajustar determinadas contas a receber (26 milhões de euros) e inventários (12 milhões de euros) para os respetivos montantes recuperáveis; (2) provisões no montante de 15 milhões de euros para refletir as perdas estimadas com certas ações legais; e (3) custos incorridos no terceiro trimestre de 2010 por serviços prestados relativos à aquisição do investimento no Grupo Oi (25 milhões de euros).

8. Juros suportados, líquidos

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	euros			
	9M11	9M10	3T11	3T10
Juros suportados				
Relacionados com empréstimos obtidos e instrumentos financeiros	413.512.336	206.207.170	180.335.769	70.586.977
Outros	36.630.716	6.685.641	15.158.913	2.195.768
Juros obtidos				
Relacionados com caixa, investimentos de curto prazo e instrumentos financeiros	(245.350.956)	(33.400.885)	(76.166.299)	(14.261.347)
Outros	(5.366.024)	(3.941.972)	(1.157.954)	(1.577.383)
	199.426.072	175.549.954	118.170.429	56.944.015

O aumento dos juros suportados líquidos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, em comparação com o mesmo período do ano anterior, é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores a partir de 1 de abril de 2011 (115 milhões de euros – Nota 2). Ajustando por este efeito, os juros suportados líquidos teriam diminuído de 91 milhões de euros para 85 milhões de euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, refletindo (1) os juros obtidos reconhecidos no primeiro trimestre de 2011 relativos aos depósitos em Reais Brasileiros que foram utilizados para pagar o investimento estratégico na Oi em 31 de março de 2011, e (2) os ganhos com juros relativos ao efeito do valor atual da conta a receber da Telefónica no âmbito da alienação da Vivo. Estes efeitos mais que compensaram o impacto do aumento da dívida líquida média nas operações em Portugal.

9. Outros custos financeiros, líquidos

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, esta rubrica tem a seguinte composição (Nota 5):

	9M11	9M10	3T11	euros 3T10
Perdas com variações cambiais, líquidas (i)	24.297.189	11.097.152	358.146	14.981.390
Outros, líquidos (ii)	62.245.868	24.370.673	16.712.020	8.306.321
	86.543.057	35.467.825	17.070.166	23.287.711

- (i) As perdas registadas nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 incluem essencialmente (1) o impacto da desvalorização do Dólar face ao Euro em ativos denominados em dólares, e (2) o efeito da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (17 milhões de euros), que está essencialmente reacionada com o impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Dólar na dívida bruta da Oi denominada em dólares que não está coberta por derivados de taxa de câmbio ou aplicações de tesouraria.
- (ii) Esta rubrica inclui essencialmente custos com serviços bancários, comissões e outros custos de financiamento. O aumento desta rubrica ocorrido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, face a igual período do ano anterior, reflete essencialmente (1) impostos suportados no Brasil durante o primeiro trimestre de 2011 com a transferência de fundos da Portugal Telecom para o investimento na Oi (14 milhões de euros) e (2) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (20 milhões de euros).

10. Imposto sobre o rendimento

Na sequência da alteração na legislação fiscal ocorrida no segundo trimestre de 2010, a Portugal Telecom e as suas subsidiárias com sede em Portugal passaram a ser tributadas em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa agregada máxima de 29%, correspondente a uma taxa base de 25%, acrescida da Derrama Municipal até um máximo de 1,5% sobre a matéria coletável de IRC e de Derrama Estadual de mais 2,5% de sobretaxa aplicável sobre o lucro tributável que exceda os 2 milhões de euros.

As empresas localizadas no Brasil, nomeadamente a Oi e a Contax que foram consolidadas proporcionalmente a partir de 1 de abril de 2011, são sujeitas a imposto sobre o rendimento à taxa nominal de 34%.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, a reconciliação entre as taxas nominal e efetiva de imposto é como segue:

	9M11	9M10	3T11	3T10	euros
Resultado antes de impostos	558.227.081	259.722.593	189.996.308	(34.797.242)	(34.797.242)
Taxa nominal de imposto	29,0%	29,0%	29,0%	29,0%	29,0%
	161.885.853	75.319.552	55.098.929	(10.091.200)	(10.091.200)
Excesso de estimativa para impostos do exercício anterior	(7.673.135)	(1.652.162)	(2.700.971)	8.285.044	8.285.044
Incentivos fiscais obtidos pela Oi	(9.513.091)	-	(3.433.094)	-	-
Diferenças permanentes (i)	10.527.233	42.105.868	6.274.671	34.431.527	34.431.527
Taxas de imposto diferenciadas	(5.846.594)	(8.563.945)	(6.582.111)	(261.427)	(261.427)
Provisões para contingências fiscais relativas a imposto sobre o rendimento	4.897.962	7.309.694	5.629.753	4.702.482	4.702.482
Ganho decorrente de uma redução de impostos diferidos passivos (ii)	-	(51.972.905)	-	(3.565.317)	(3.565.317)
Alteração na taxa de imposto (iii)	-	(3.503.355)	-	-	-
Reconhecimento e reversão de prejuízos fiscais de exercícios anteriores por certas empresas estrangeiras	-	4.520.000	-	4.520.000	4.520.000
Outros	810.355	564.267	(977.546)	(417.765)	(417.765)
	155.088.583	64.127.014	53.309.631	37.603.344	37.603.344
Imposto sobre o rendimento (Nota 5) (iv)					
Imposto corrente	125.260.513	90.777.039	44.849.422	19.669.571	19.669.571
Imposto diferido	29.828.070	(26.650.025)	8.460.209	17.933.773	17.933.773
	155.088.583	64.127.014	53.309.631	37.603.344	37.603.344

- (i) A redução nesta rubrica é explicada essencialmente: (1) pelo reconhecimento de juros obtidos não tributáveis no período de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e uma diminuição dos juros suportados não dedutíveis fiscalmente; e (2) pelo reconhecimento de perdas não recorrentes sobre investimentos em empresas associadas no terceiro trimestre de 2010, tal como mencionado na Nota 5, as quais não foram dedutíveis fiscalmente.
- (ii) O ganho registado no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 resulta da diminuição dos impostos diferidos passivos relacionados com dividendos não atribuídos por empresas associadas, em resultado da redução na taxa de imposto estimada aplicável.
- (iii) Esta rubrica diz respeito ao impacto da alteração na taxa nominal de imposto aplicável em Portugal nos impostos diferidos em 1 de janeiro de 2010, conforme mencionado acima.
- (iv) O aumento no imposto sobre o rendimento nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011, em comparação com os mesmos períodos do ano anterior, é explicado essencialmente por: (1) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax desde 1 de Abril de 2011, no montante de 37 milhões de euros e 9 milhões de euros (Nota 2), respetivamente; (2) o ganho de 48 milhões de euros registado no segundo trimestre de 2010, conforme referido acima; e (3) o ganho de 4 milhões de euros correspondente ao impacto da alteração na taxa nominal de imposto aplicável em Portugal.

O aumento nos ativos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 653 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 1.195 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, é explicado essencialmente pelos ativos por impostos diferidos da Oi e da Contax consolidados proporcionalmente pela primeira vez na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de março de 2011 (654 milhões de euros - Nota 2). Este efeito foi parcialmente compensado pelo: (1) impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro; e (2) a diminuição nos ativos por impostos diferidos relacionados com responsabilidades com benefícios de reformas das operações em Portugal, dado que o efeito fiscal relacionado com os pagamentos e contribuições mais do que compensaram o efeito fiscal dos custos com benefícios de reforma e das perdas atuariais líquidas registadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011. O efeito fiscal sobre as perdas atuariais líquidas registadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 foi um ganho de 8 milhões de euros e foi reconhecido na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral.

O aumento nos passivos por impostos diferidos reconhecidos na Demonstração Consolidada da Posição Financeira, de 312 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010 para 596 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, é explicado essencialmente pelos passivos por impostos diferidos da Oi e da Contax consolidados proporcionalmente pela primeira vez na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de março de 2011 (353 milhões de euros - Nota 2). Este efeito foi parcialmente compensado pelo impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro.

Os ativos por impostos diferidos da Oi e da Contax estão essencialmente relacionados com prejuízos fiscais reportáveis e provisões para contingências, enquanto os passivos por impostos diferidos dizem respeito principalmente ao efeito fiscal de ajustamentos para o valor de mercado reconhecidos em processos de alocação do preço de compra de concentrações empresariais ocorridas em anos anteriores.

11. Operações descontinuadas

Na sequência do acordo celebrado pela Portugal Telecom com a Telefónica em 28 de julho de 2010 para a venda da sua participação de 50% na Brasilcel, operação concluída em setembro de 2010, a Vivo foi classificada como uma operação descontinuada em 2010. Consequentemente, a informação financeira relativa ao até então segmento móvel no Brasil foi reexpressa de modo a ser apresentada como uma operação descontinuada. A venda foi acordada por um valor total de 7.500 milhões de euros, dos quais a Portugal Telecom recebeu 4.500 milhões de euros após a conclusão da alienação, em 27 de setembro de 2010, e 1.000 milhões de euros em 30 de dezembro de 2010, com o remanescente, no montante de 2.000 milhões de euros, a ser recebido em 31 de outubro de 2011, de acordo com os termos definidos com a Telefónica.

A Portugal Telecom reconheceu um ganho líquido de 5.409 milhões de euros com a operação de venda da Vivo, que inclui: (1) 4.390 milhões de euros correspondentes à diferença entre o preço total acordado com a Telefónica (7.500 milhões de euros) e o valor contabilístico do investimento na Brasilcel à data da alienação (3.110 milhões de euros); (2) 1.134 milhões de euros correspondentes à transferência para resultado líquido dos ajustamentos de conversão cambial acumulados; (3) 47 milhões de euros relativos à diferença entre os montantes em dívida por parte da Telefónica à data de 27 de setembro de 2010 (3.000 milhões de euros) e o respetivo valor atual (2.953 milhões de euros); e (4) 68 milhões de euros relativos a honorários legais e de consultoria e outros custos relacionados com a venda.

Nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2010, o resultado líquido das operações descontinuadas totalizou 5.551 milhões de euros e 5.475 milhões de euros, respetivamente, e inclui (1) o ganho de 5.409 milhões de euros reconhecido com a venda da Vivo, tal como explicado acima; (2) a participação de 50% da Portugal Telecom no resultado líquido antes de interesses não controladores até à conclusão da venda deste negócio (110 milhões de euros e 66 milhões de euros, respetivamente), e (3) ajustamentos de conversão cambial positivos transferidos para resultado líquido no primeiro semestre de 2010 (32 milhões de euros), no seguimento de reduções de capital realizadas pela Brasilcel. Os resultados da Vivo nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2010 foram como segue:

	euros	
	9M10	3T10
Receitas	2.593.095.228	708.290.015
Custos:		
Custos com pessoal	150.109.495	41.913.708
Custos diretos	545.450.454	144.775.255
Custos comerciais	555.285.283	146.579.451
Amortizações	530.428.173	107.117.259
Outros custos	567.810.280	148.327.682
Total de custos	2.349.083.685	588.713.355
Resultado antes de resultados financeiros e impostos	244.011.543	119.576.660
Perdas financeiras	38.752.802	12.199.449
Resultados antes de impostos	205.258.741	107.377.211
Imposto sobre o rendimento	94.814.218	41.677.423
Resultado líquido	110.444.523	65.699.788

Os fluxos de caixa das atividades descontinuadas incluem (1) os montantes recebidos pela alienação da participação de 50% na Brasilcel, os quais foram classificados como fluxos de caixa de atividades de investimento, (2) a participação de 50% da Portugal Telecom nos fluxos de caixa da Vivo e, (3) na rubrica de fluxos de caixa de atividades de investimento, os recebimentos da PT Móveis relativos às reduções de capital ocorridas na Brasilcel antes da alienação da mesma, tal como detalhado abaixo. O detalhe dos fluxos de caixa das atividades de investimento relativos a operações descontinuadas no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 é como segue:

	euros
	9M10
Alienação da participação de 50% detida na Brasilcel (i)	4.500.000.000
Reduções de capital na Brasilcel	91.116.750
Consolidação proporcional dos fluxos de caixa de atividades de investimento da Vivo	(191.295.243)
Fluxos das atividades de investimento	4.399.821.507

(i) Esta rubrica corresponde à primeira prestação recebida da Telefónica em relação à transação mencionada acima..

A participação de 50% da Portugal Telecom nos fluxos de caixa da Vivo no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010 foi como segue:

	euros
	9M10
ATIVIDADES OPERACIONAIS	
Recebimentos de clientes	2.893.087.731
Pagamentos a fornecedores	(1.863.175.077)
Pagamentos ao pessoal	(152.705.823)
Pagamentos relacionados com o imposto sobre o rendimento	(25.099.067)
Pagamentos relativos a impostos indiretos, taxas e outros	(249.074.381)
Fluxos das atividades operacionais	603.033.383
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	
Recebimentos provenientes de:	
Juros e proveitos similares	11.349.529
Outras atividades de investimento	5.616.759
	16.966.288
Pagamentos respeitantes a:	
Ativos tangíveis e intangíveis	(207.313.414)
Outras atividades de investimento	(948.117)
	(208.261.531)
Fluxos das atividades de investimento	(191.295.243)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	
Recebimentos provenientes de:	
Empréstimos obtidos	172.578.466
Outras atividades de financiamento	3.299.354
	175.877.820
Pagamentos respeitantes a:	
Empréstimos obtidos	(336.418.441)
Juros e custos similares	(74.696.080)
Dividendos	(32.706.668)
Reduções de capital	(91.116.750)
	(534.937.939)
Fluxos das atividades de financiamento	(359.060.119)

12. Resultados por ação e dividendos

Os resultados por ação para os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 foram calculados como segue:

		9M11	9M10	3T11	3T10
					euros
Resultado das operações continuadas, líquido de interesses não controladores	(1)	333.471.494	127.550.365	105.606.833	(89.574.974)
Resultado das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores	(2)	-	5.490.152.172	-	5.442.783.307
Resultado líquido atribuível a acionistas da Portugal Telecom	(3)	333.471.494	5.617.702.537	105.606.833	5.353.208.333
Juros das obrigações convertíveis (líquido de imposto)	(4)	22.332.194	21.339.868	7.638.625	7.132.703
Resultado líquido considerado para efeitos do cálculo do resultado líquido por ação diluído	(5)	355.803.688	5.639.042.405	113.245.458	5.360.341.036
Número médio de ações ordinárias em circulação no período (i)	(6)	865.721.857	875.872.500	859.686.636	875.872.500
Efeito das obrigações convertíveis (ii)		73.163.534	64.655.172	79.787.234	64.655.172
	(7)	938.885.391	940.527.672	939.473.870	940.527.672
Resultado por ação das operações continuadas, líquido de interesses não controladores					
Básico	(1)/(6)	0,39	0,15	0,12	(0,10)
Diluído	[(1)+(4)]/(7)	0,38	0,15	0,12	(0,10)
Resultado por ação das operações descontinuadas, líquido de interesses não controladores					
Básico	(2)/(6)	0,00	6,27	0,00	6,21
Diluído	(2)/(7)	0,00	5,84	0,00	5,79
Resultado líquido por ação atribuível a acionistas da Portugal Telecom					
Básico	(3)/(6)	0,39	6,41	0,12	6,11
Diluído	(5)/(7)	0,38	6,00	0,12	5,70

- (i) O número médio de ações em circulação foi calculado considerando as 896.512.500 ações emitidas, ajustadas (1) por 20.640.000 ações detidas através de contratos de equity swap, situação aplicável para todos os períodos apresentados, e (2) pela participação de 25,3% da Empresa nas 64.557.566 ações da Portugal Telecom adquiridas pela Telemar durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).
- (ii) A alteração nesta rubrica diz respeito aos ajustamentos ao preço de conversão das obrigações convertíveis em resultado dos dividendos pagos em dezembro de 2010 e junho de 2011.

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 6 de maio de 2011, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 1,30 euros, o qual foi pago em 3 de junho de 2011. Este montante inclui 65 centavos por ação correspondentes ao dividendo ordinário relativo ao exercício de 2010 e 65 centavos relativos ao dividendo extraordinário de 1,65 euros proposto pela Portugal Telecom no seguimento da venda da Brasilcel, dos quais 1 euro por ação já tinha sido pago em dezembro de 2010. Consequentemente, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.138.634.250 euros relativo a 875.872.500 ações (896.512.500 ações emitidas líquidas de 20.640.000 ações próprias detidas através de contratos de *equity swap*), o qual inclui um montante de 20.646.929 euros pago relativamente à participação de 25,3% da Empresa nas 64.557.566 ações da Portugal Telecom detidas pela Telemar (Nota 1), resultando num pagamento líquido consolidado de 1.117.987.321 euros (Nota 18.j).

Na Assembleia Geral Anual da Portugal Telecom de 16 de abril de 2010, foi aprovada a proposta do Conselho de Administração de distribuição de um dividendo por ação de 57,5 centavos relativo ao exercício de 2009, no total de 503.626.688 euros (Nota 18.j), pago em maio de 2010.

13. Depósitos judiciais

A Oi e a Contax têm diversos litígios judiciais, incluindo contingências civis, laborais e fiscais (Nota 17.2), para os quais, de acordo com a legislação Brasileira, as empresas, em determinadas situações, devem constituir depósitos judiciais ou apresentar garantias financeiras junto das entidades judiciais responsáveis. Estes depósitos judiciais podem ser exigidos para processos cuja probabilidade de perda a Empresa avalia como provável, possível ou remota, dependendo da decisão das autoridades judiciais, e geralmente vencem juros ou são atualizados pela inflação.

Os depósitos judiciais correntes e não correntes da Oi e da Contax que foram consolidados proporcionalmente pela primeira vez em 31 de março de 2011 ascendiam a 208 milhões de euros (Nota 2) e 776 milhões de euros (Nota 2), respetivamente, totalizando 984 milhões de euros. Em 30 de setembro de 2011, os depósitos judiciais totalizavam 1.028 milhões de euros e apresentavam a seguinte composição:

	euros
	30 set 2011
Depósitos judiciais	
Civis	602.946.593
Fiscais	220.782.990
Laborais	182.463.252
Depósitos bloqueados judicialmente	22.111.655
	1.028.304.490
Corrente	200.223.485
Não corrente	828.081.005

14. Ativo não corrente detido para venda

Conforme explicado na Nota 1, em 1 de julho de 2011, os Conselhos de Administração e as Assembleias Gerais de Acionistas da Dedic, da Contax e da CTX aprovaram as seguintes operações: (1) a troca do investimento da Portugal Telecom na Dedic/GPTI por uma participação de 7,6% na Contax; (2) a troca de uma participação de 1,3% detida pela Portugal Telecom na Contax por uma participação adicional de 3,7% na CTX; e (3) a alienação pela Portugal Telecom à CTX de uma participação de 2,0% na Contax por um montante de 49,7 milhões de Reais Brasileiros. Em resultado destas operações, as participações diretas e indiretas da Portugal Telecom na CTX e na Contax foram aumentadas de 42,0% para 44,4% e de 14,1% para 19,5%, respetivamente.

Considerando a conclusão destas operações, a Portugal Telecom, a 30 de junho de 2011, havia classificado o negócio da Dedic/GPTI como detido para venda. A 30 de junho de 2011, o valor contabilístico dos ativos e passivos não correntes detidos para venda, o qual era inferior ao respetivo valor de mercado, é como segue:

	euros
	30 jun 2011
Ativos	
Caixa e equivalentes de caixa	2.973.018
Contas a receber	74.393.549
Ativos tangíveis (Nota 15)	45.840.953
Ativos intangíveis (incluindo o goodwill sobre a GPTI) (Nota 15)	70.050.023
Ativos por impostos diferidos	21.971.209
Outros	8.183.842
	223.412.594
Passivos	
Dívida bruta	20.841.161
Contas a pagar	18.548.310
Acréscimos de custos	18.631.938
Impostos a pagar	11.785.774
Provisões	9.307.593
	79.114.776

A 30 de junho de 2011, os ativos e passivos não correntes detidos para venda, foram integrados na Contax e consolidados proporcionalmente a partir de 1 de julho de 2011 na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom, com base na participação efetiva de 44,4% na Contax.

Em dezembro de 2010, a Portugal Telecom celebrou com um terceiro um acordo para a alienação da participação de 28,78% na UOL pelo montante total de 356 milhões de Reais Brasileiros (equivalente a 160,4 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010), na sequência do qual o valor contabilístico deste investimento a 31 de dezembro de 2010 foi ajustado para o seu valor recuperável, correspondente ao valor de venda, e foi classificado como um ativo não corrente detido para venda. A operação foi concluída em 27 de janeiro de 2011, tendo a Portugal Telecom recebido o montante total de 155,5 milhões de euros (Nota 18.d) e reconhecido um ganho de 37,8 milhões de euros (Nota 5), correspondente ao valor acumulado de ajustamentos de conversão cambial, reconhecidos na Demonstração Consolidada do Rendimento Integral, relativos ao investimento na UOL que foi transferido para resultado líquido.

15. Ativos tangíveis e intangíveis

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, os saldos dos ativos tangíveis e intangíveis eram como segue:

	euros	
	30 set 2011	31 dez 2010
Ativos intangíveis (i)	4.573.230.899	1.111.692.584
Ativos tangíveis	6.133.619.962	3.874.613.414
	10.706.850.861	4.986.305.998

(i) Os ativos intangíveis compreendem essencialmente (1) *goodwill*, incluindo o *goodwill* apurado preliminarmente no âmbito da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax concluída em 28 de março de 2011 e das operações relacionadas com a transação da Contax concluída em 1 de julho de 2011, o qual ascende respetivamente a 1.635 milhões de euros e 34 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, e (2) licenças e concessões relacionadas com as operações em Portugal, as quais já estavam incluídas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de dezembro de 2010, e também as licenças e concessões relacionadas com a Oi, conforme descrito abaixo.

As alterações ocorridas nos ativos tangíveis e intangíveis são essencialmente explicadas por:

- O impacto da aquisição e consolidação da Oi e da Contax, no montante de 6.445 milhões de euros em 31 de março de 2011, incluindo os ativos tangíveis e intangíveis consolidados proporcionalmente pela Portugal Telecom na sua Demonstração Consolidada da Posição Financeira, nos montantes de 2.632 milhões de euros (Nota 2) e 2.035 milhões de euros (Nota 2), respectivamente, e o *goodwill* apurado preliminarmente em resultado desta transação no montante de 1.777 milhões de euros em 31 de março de 2011 (Nota 2). Os ativos tangíveis estão, essencialmente, relacionados com infraestrutura e equipamentos de transmissão, enquanto os ativos intangíveis incluem, essencialmente, licenças e concessões, nomeadamente a concessão da Brasil Telecom, empresa que presta o serviço fixo de telefone na Região II, conforme supra mencionado, e licenças 2G e 3G adquiridas em anos anteriores pelas empresas do Grupo Oi que prestam serviços de telecomunicações móveis.
- Os impactos resultantes da aquisição e consolidação do investimento na Allus no total de 49 milhões de euros, incluindo os ativos tangíveis e intangíveis consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom nos montantes de 7 milhões de euros (Nota 2) e 13 milhões de euros (Nota 2), respectivamente, e o *goodwill* apurado preliminarmente em resultado desta transação, no montante de 29 milhões de euros em 30 de abril de 2011 (Nota 2);
- O impacto líquido relativo às operações concluídas em 1 de julho de 2011 relativas à Contax (Nota 1), correspondente a uma redução no total dos ativos tangíveis e intangíveis de 17 milhões de euros, incluindo: (1) ativos tangíveis e intangíveis relacionados com o negócio da Dedic/GPTI, que foram classificados como detidos para venda em 30 de junho de 2011, nos montantes de 46 milhões de euros e 70 milhões de euros (Nota 14), respectivamente; (2) a consolidação proporcional destes mesmos ativos na Contax, com base na participação efetiva de 44,4% na CTX; e (3) o *goodwill* de 47 milhões de euros (Nota 1) reconhecido em resultado destas operações;

- Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis no montante de 704 milhões de euros (Nota 5);
- Custos com amortizações e depreciações de 914 milhões de euros; e
- Ajustamentos de conversão cambial negativos no montante de 548 milhões de euros, relacionados essencialmente com o impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro.

Durante os períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, os custos com amortizações e os investimentos em ativos tangíveis e intangíveis consolidados foram como segue:

	9M11	9M10	3T11	3T10
Amortizações				
Ativos tangíveis	686.436.432	471.713.966	259.640.137	171.619.083
Ativos intangíveis	227.562.104	77.560.830	89.923.925	27.965.346
	913.998.536	549.274.796	349.564.062	199.584.429
Investimentos em ativos tangíveis e intangíveis (Nota 5)				
Ativos tangíveis	638.427.288	439.600.493	267.328.719	152.463.261
Ativos intangíveis	65.340.968	53.972.986	18.455.141	28.965.128
	703.768.256	493.573.479	285.783.860	181.428.389

O aumento nos custos com amortizações nos períodos de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2011, face aos mesmos períodos do ano anterior, reflete essencialmente (1) o efeito da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011, nos montantes de 335 milhões de euros e 164 milhões de euros (Nota 2), respetivamente, e (2) um maior contributo das operações em Portugal no período de nove meses findo a 30 de setembro de 2011 (24 milhões de euros), em resultado da implementação da rede de FTTH (*Fiber To The Home*) e do crescimento do serviço de televisão por subscrição, parcialmente compensado pela redução decorrente da troca de equipamentos 2G por equipamentos preparados para a LTE (4G).

Em 30 de setembro de 2011, o Grupo tinha assumido compromissos de compra de ativos fixos e existências nos montantes de 96 milhões de euros e 106 milhões de euros, respetivamente.

Em março e abril de 2011, a ANACOM aprovou os termos e condições finais para o compromisso assumido pela Portugal Telecom no âmbito da licença concedida em 2008 para o serviço de Televisão Digital Terrestre ("TDT"). O principal compromisso assumido pela Empresa está relacionado com a futura subsídio de set-top boxes de TV e outros equipamentos a determinadas faixas da população Portuguesa, a qual constitui uma parcela do custo da licença. Em 30 de setembro de 2011, a Empresa encontrava-se a calcular o valor desta responsabilidade.

16. Dívida

16.1 Detalhe da dívida consolidada

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, a dívida bruta da Portugal Telecom ascendia, respetivamente, a 12.407.717.431 euros e 7.206.301.567 euros e tinha a seguinte composição:

	30 set 2011		31 dez 2010	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos por obrigações convertíveis	-	721.040.891	-	714.242.672
Empréstimos por obrigações não convertíveis	1.543.283.076	4.366.969.496	-	4.375.693.026
Empréstimos bancários				
Empréstimos externos	580.134.376	3.302.030.561	174.497.832	662.384.203
Empréstimos internos	1.905.465	-	3.430.491	-
Passivo relativo a equity swaps sobre ações próprias	178.071.827	-	178.071.827	-
Papel comercial	570.000.000	-	88.000.000	-
Locação financeira	28.512.740	39.521.218	27.456.857	47.744.387
Outros financiamentos	499.880.052	576.367.729	480.464.272	454.316.000
	3.401.787.536	9.005.929.895	951.921.279	6.254.380.288

O aumento da dívida bruta em 5.201 milhões de euros durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 está relacionado essencialmente com os seguintes efeitos:

- A dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foi consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011, no montante de 3.748 milhões de euros, dos quais 656 milhões de euros (Nota 2) venciam a menos de um ano e 3.092 milhões de euros (Nota 2) a mais de um ano. No período de seis meses decorrido entre 31 de março e 30 de setembro de 2011, a dívida bruta da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom, reduziu-se de 3.748 milhões de euros para 3.448 milhões de euros, essencialmente devido ao impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro. Adicionalmente, tal como explicado em mais detalhe abaixo, os reembolsos de notas promissórias emitidas pela TNL (167 milhões de euros) e da *credit facility* contratada anteriormente pela Telemar (222 milhões de euros), foram compensados por debêntures emitidas pela TNL (170 milhões de euros) e por "Senior Notes" (112 milhões de euros) e debêntures (102 milhões de euros) emitidas pela BrT;
- Um *Eurobond* de 600 milhões de euros emitido pela PT Finance BV em 8 de fevereiro de 2011, com maturidade de 5 anos e um cupão anual de 5,625%, com um *spread* de 295pb sobre os *mid swaps*;
- Um montante de 750 milhões de euros utilizado em 2011 no âmbito de uma nova linha de crédito contratada pela Portugal Telecom em 23 de março de 2011, no montante de 900 milhões de euros, com maturidade em março de 2014, e aumentada em 12 de abril de 2011 para 1.050 milhões de euros e em 13 de abril de 2011 para 1.200 milhões de euros; e
- Um aumento de 482 milhões de euros no montante em dívida no âmbito de programas de papel comercial.

Com exceção do acima referido, durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, a Portugal Telecom (a) não emitiu novos empréstimos obrigacionistas ou obrigações convertíveis, (b) não amortizou os que se encontravam em dívida em 31 de dezembro de 2010 e (c) não contratou novas linhas de crédito ou emitiu obrigações de taxa variável relevantes. Adicionalmente, os reembolsos dos empréstimos bancários e da dívida foram efetuados em linha com a maturidade divulgada no último relatório anual.

Excluindo a consolidação proporcional da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores, a posição de liquidez, incluindo disponibilidades, montantes não utilizados no âmbito de programas de papel comercial com tomada firme e linhas de crédito e a conta a receber da Telefónica relativa à alienação da Vivo, ascendia a 5.524 milhões de euros em 30 setembro de 2011.

Em 3 de junho de 2011, a S&P anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de BBB para BBB-, com *outlook* negativo, e o *rating* de curto prazo de A-2 para A-3. Em 7 de junho de 2011, a Moody's anunciou a revisão do *rating* de crédito atribuído à Portugal Telecom, diminuindo o *rating* de longo prazo de Baa2 para Baa3 e mantendo-o em revisão para possível *downgrade*. Em 29 de julho de 2011, a Moody's confirmou o *rating* de crédito Baa3 atribuído à Portugal Telecom, com *outlook* negativo. Considerando o condicionalismo financeiro relativo ao *rating* de crédito aplicável a determinados contratos de financiamento com o BEI, no montante de 172 milhões de euros em 30 de setembro de 2011, a Portugal Telecom e o BEI acordaram aumentar o *spread* desses financiamentos, sem nenhuma outra consequência em resultado da revisão do *rating* de crédito da Portugal Telecom.

16.2 Perfil e detalhe da dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores

A dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foi consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom pela primeira vez em 31 de março de 2011 ascendia a 3.748 milhões de euros. A essa data, a maturidade média dessa dívida era de aproximadamente 4 anos e cerca de 90% da dívida estava denominada em Reais Brasileiros, direta ou indiretamente através de derivados de taxa de câmbio. Relativamente ao custo da dívida, em 31 de março de 2011 aproximadamente 20% da dívida vencia juros a taxas fixas e os restantes 80% venciam juros a taxas variáveis, incluindo essencialmente a Taxa de Depósito Interbancário ("CDI") e a Taxa de Juro de Longo Prazo ("TJLP") no Brasil.

Em 30 de setembro de 2011, a dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foi consolidada proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom diminuiu para 3.448 milhões de euros, face a 3.748 milhões de euros em 31 de março de 2011. Esta redução deve-se basicamente ao impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro, uma vez que os reembolsos de uma *credit facility* de 2.000 milhões de Reais Brasileiros celebrada com a Caixa Económica Federal (222 milhões de euros consolidados proporcionalmente em 31 de março de 2011) e de notas promissórias no montante de 1.500 milhões de Reais Brasileiros emitidas pela TNL em fevereiro de 2011 (167 milhões de euros consolidados proporcionalmente em 31 de março de 2011), foram compensados por debêntures emitidas pela TNL e BrT no montante total de 2.500 milhões de Reais Brasileiros (256 milhões de euros consolidados proporcionalmente em 30 de setembro de 2011) e por "Senior Notes" emitidas pela BrT no montante de 1.100 milhões de Reais Brasileiros (112 milhões de euros consolidados proporcionalmente em 30 de setembro de 2011).

Os principais empréstimos e financiamentos incluídos na dívida da Oi, da Contax e dos seus acionistas controladores que foram consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom apresentam as seguintes características (os montantes expressos em Reais Brasileiros correspondem a 100% dos financiamentos obtidos):

- Em setembro de 2011, a BrT emitiu "Senior Notes" no montante de 1.100 milhões de Reais Brasileiros. Esta operação vence juros à taxa de 9,75% ao ano e tem maturidade em setembro de 2016. Os juros vencem semestralmente em março e setembro, desde março de 2012 até ao vencimento final em setembro de 2016. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 1.100 milhões de Reais Brasileiros, correspondendo a 112 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- A reunião do Conselho de Administração da BrT realizada em 28 de julho de 2011 aprovou a emissão pública de debêntures simples e não convertíveis no montante de 1.000 milhões de Reais Brasileiros. Estas debêntures têm maturidade em 8 de agosto de 2017 e vencem juros à taxa do CDI mais 1% ao ano, com os juros e o capital a serem pagos no final da maturidade. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 1.000 milhões de Reais Brasileiros, correspondendo a 102 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- A reunião do Conselho de Administração da TNL realizada em 5 de maio de 2011 e a sua Assembleia Extraordinária de Acionistas realizada em 23 de maio de 2011 aprovaram a emissão pública de debêntures simples e não convertíveis

- totalizando 1.500 milhões de Reais Brasileiros. Estas debêntures têm maturidade em 25 de maio de 2012 e vencem juros à taxa do CDI mais 0,65% ao ano, com os juros e o capital a serem pagos no final da maturidade. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, correspondendo a 153 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
- Em fevereiro de 2011, a TNL realizou a emissão de 1.500 milhões de Reais Brasileiros em notas promissórias, as quais venciam juros à taxa do CDI mais 0,45% ao ano e foram reembolsadas na maturidade, em maio de 2011. O montante em dívida em 31 de março de 2011 era de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 167 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
 - Em dezembro de 2010, a Telemar emitiu “*Senior Notes*” no valor de 750 milhões de euros (equivalente a 1.687 milhões de Reais Brasileiros). Esta operação vence juros à taxa de 5,125% ao ano e tem maturidade em dezembro de 2017. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 1.870 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 191 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.735 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 193 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
 - Em setembro de 2010, a Telemar emitiu “*Senior Notes*” no valor de 1.000 milhões de Dólares Americanos (equivalente a 1.707 milhões de Reais Brasileiros). Esta operação vence juros à taxa de 5,5% ao ano e tem maturidade em outubro de 2020. Os juros são pagos semestralmente em abril e outubro, desde abril de 2011 até à maturidade. Após a emissão, a Telemar iniciou a oferta de troca de “*Senior Notes*” emitidas em abril de 2009 por “*Senior Notes*” adicionais emitidas em 2010, de acordo com os termos da oferta de troca. Em outubro de 2010, a oferta de troca foi concluída com uma emissão adicional de 787 milhões de Dólares Americanos de “*Senior Notes*”. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 3.314 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 339 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (2.911 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 323 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
 - Em dezembro de 2009, diversas empresas do Grupo Oi celebraram contratos de financiamento com o BNDES no montante total de 4.403 milhões de Reais Brasileiros. Estes contratos estão divididos em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A, com remuneração equivalente à TJLP acrescida de 3,95% ao ano; e (ii) sub-crédito B, com remuneração fixa de 4,50% ao ano. Em dezembro de 2009, junho de 2010 e outubro de 2010, as empresas do Grupo Oi utilizaram os montantes de 1.500 milhões de Reais Brasileiros, 562 milhões de Reais Brasileiros e 531 milhões de Reais Brasileiros, respetivamente, no âmbito dos referidos contratos de financiamento. Em julho de 2011, a Telemar utilizou um montante adicional de 600 milhões de Reais Brasileiros. Os juros são pagos trimestralmente até dezembro de 2011 e serão devidos mensalmente entre janeiro de 2012 e maio de 2018. O principal será reembolsado em 84 prestações mensais, desde janeiro de 2012 até dezembro de 2018. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 2.742 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 280 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (2.593 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 288 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
 - Em Assembleias Gerais Extraordinárias realizadas em 30 de novembro de 2009 e 9 de março de 2010, e em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de julho de 2010, foi aprovada a emissão pública, pela Telemar, de debêntures simples, não convertíveis, no montante total de 2.250 milhões de Reais Brasileiros, em duas séries de 225.000 debêntures e valor nominal unitário de 10.000,00 Reais Brasileiros. A data de emissão foi 15 de abril de 2010 e a colocação foi realizada em maio de 2010, no montante total de 2.000 milhões de Reais Brasileiros. A primeira série de 175.397 debêntures tem maturidade em 15 de abril de 2014 e vence juros à taxa do CDI acrescida de 1,20% ao ano, com pagamentos semestrais de juros e reembolso do principal na maturidade. A segunda série de 24.603 debêntures tem maturidade em 15 de abril de 2014 e vence juros à taxa do IPCA acrescida de 7,98%, com pagamentos anuais de juros sobre o principal atualizado e reembolso do principal na maturidade. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 2.000 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 204 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da

- Portugal Telecom (2.000 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 222 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em novembro de 2009, a Telemar celebrou uma *credit facility* com a Caixa Económica Federal no montante de 2.000 milhões de Reais Brasileiros. Os juros relativos a este financiamento seriam pagos trimestralmente desde fevereiro de 2010 até novembro de 2011 e mensalmente a partir de dezembro de 2011 até novembro de 2014. O principal seria reembolsável em 36 prestações mensais, desde dezembro de 2011 até à maturidade em novembro de 2014. A remuneração era equivalente a 117,5% do CDI por ano. Esta *facility* foi reembolsada antecipadamente em abril de 2011. Em 31 de março de 2011, o montante em dívida era de 2.000 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 222 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom.
 - Em maio de 2008, a Telemar obteve 4.300 milhões de Reais Brasileiros junto do Banco do Brasil para a aquisição de uma participação financeira na Brasil Telecom. Os juros são pagos semestralmente, desde maio de 2015 até maio de 2018. No seguimento do reembolso de duas prestações em maio de 2010 e maio de 2011, no montante de 614 milhões de Reais Brasileiros cada uma, o montante em dívida remanescente é reembolsável em quatro prestações anuais, a começar em maio de 2015. Esta transação vence juros equivalentes à taxa do CDI acrescida de 1,0% ao ano até maio de 2015 e à taxa do CDI acrescida de 1,83% ao ano de maio de 2015 até maio de 2018. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 3.071 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 314 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (3.686 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, equivalente a 410 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
 - A Assembleia Extraordinária de Acionistas da Telemar Participações realizada em 25 de abril de 2008 aprovou a emissão de 1.000.000 ações preferenciais, ao valor nominal de 1.239,61 Reais Brasileiros por ação, no montante total de 1.239,6 milhões de Reais Brasileiros. Estas ações preferenciais foram integralmente subscritas pelo BNDES Participações, S.A., um dos principais acionistas da Telemar Participações. As principais características destas ações preferenciais são: (1) prioridade na distribuição de um dividendo fixo equivalente a 5% ao ano do seu preço de emissão, ajustado pela inflação; (2) reembolsos anuais, desde abril de 2011, ao preço de emissão, ajustado pela inflação; (3) opção do detentor das ações preferenciais de exigir o reembolso através de ações da Telemar Norte Leste detidas pela Telemar Participações; (4) convertíveis em ações ordinárias no caso do reembolso das ações preferenciais não ser efetuado de acordo com o previsto ou o dividendo fixo não ser pago; e (5) não terem direitos de voto. Considerando as características acima descritas, estas ações preferenciais estão classificadas como dívida e ascendiam a 1.157 milhões de Reais Brasileiros em 30 de setembro de 2011, equivalente a 118 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.457 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 162 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
 - Em abril de 2008, a Telemar Participações emitiu obrigações não convertíveis no montante total de 1.575 milhões de Reais Brasileiros, as quais são atualizáveis com base na taxa de juro do CDI e vencem juros a uma taxa fixa de 1,4% para a primeira série (1.115 milhões de Reais Brasileiros) e 1,55% para a segunda série (460 milhões de Reais Brasileiros). O principal é reembolsável anualmente até abril de 2013 e abril de 2015, respectivamente. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 920 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 94 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.150 milhões de Reais Brasileiros em 31 de Março de 2011, correspondentes a 175 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
 - Em fevereiro de 2008, a AG Telecom e a LF-Tel emitiram, cada uma, obrigações não convertíveis no montante de 665 milhões de Reais Brasileiros, as quais são atualizáveis com base no IPCA e vencem juros a uma taxa fixa de 5% ao ano. O principal é reembolsável semestralmente a partir de outubro de 2011 até abril de 2020. Os montantes em dívida por estas duas empresas em 30 de setembro de 2011 totalizavam 1.509 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 211 milhões de

- euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.478 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 224 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
- Em novembro de 2006, a Telemar celebrou uma *credit facility* com o BNDES com o objetivo de financiar a expansão e atualização tecnológica da sua rede fixa de telecomunicações, programada para o período entre 2006 e 2008. Este acordo está dividido em dois sub-créditos: (i) sub-crédito A que se destinava especialmente à aquisição de equipamentos nacionais e serviços associados, no valor de 1.771 milhões de Reais Brasileiros, e (ii) sub-crédito B que se destinava à aquisição de equipamentos de telecomunicações que cumprissem com o Processo Produtivo Básico, no valor de 200 milhões de Reais Brasileiros. Relativamente à remuneração deste financiamento, o sub-crédito A vence juros a 4,5% ao ano acima da TJLP e o sub-crédito B vence juros a 2,50% ao ano acima da TJLP. Os juros foram pagos trimestralmente até junho de 2009 e vencem-se mensalmente desde então até junho de 2014. O principal é reembolsável em 60 prestações mensais desde julho de 2009. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 836 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 85 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (988 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 110 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
 - Em novembro de 2006, a Brasil Telecom celebrou uma *credit facility* com o BNDES no montante de 2.004 milhões de Reais Brasileiros (captação efetiva de 2.055 milhões de Reais Brasileiros), que vence juros pela TJLP acrescida de 4,3% ao ano. Os juros são pagos mensalmente desde maio de 2009 até maio de 2014. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 751 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 77 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (892 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 99 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
 - Em 1 de junho de 2006, a Brasil Telecom realizou a sua quarta emissão pública de 108.000 debêntures não convertíveis e com um valor nominal unitário de 10 Reais Brasileiros, no montante total de 1.080 milhões de Reais Brasileiros. O prazo de pagamento é de sete anos, vencendo em 1 de junho de 2013. A remuneração destas debêntures corresponde à taxa CDI capitalizada por um spread de 3,5% ao ano e o pagamento de juros ocorre semestralmente. O reembolso, que deverá contemplar indistintamente todas as debêntures, dar-se-á anualmente a partir de 1 de junho de 2011, em três parcelas de 33,3%, 33,3% e 33,4% do valor nominal unitário, respectivamente. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 720 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 74 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (1.080 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 120 milhões de euros consolidados proporcionalmente).
 - Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 7 de março de 2006 foi aprovada a emissão pública, pela Telemar, de 216.000 debêntures simples, não convertíveis, em duas séries, com o valor nominal unitário de 10 Reais Brasileiros, no montante total de 2.160 milhões de Reais Brasileiros, com data de emissão em 1 de março de 2006 e data de colocação em 27 de março de 2006. A maturidade da primeira e da segunda série de debêntures é de cinco e de sete anos a contar da data de emissão, vencendo juros a 103% do CDI e à taxa do CDI acrescida de um spread de 0,55%, respectivamente. O montante em dívida em 30 de setembro de 2011 era de 540 milhões de Reais Brasileiros, equivalente a 55 milhões de euros consolidados proporcionalmente na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom (540 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, correspondentes a 60 milhões de euros consolidados proporcionalmente).

17. Provisões

17.1 Detalhe das provisões consolidadas

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o detalhe das provisões reconhecidas na Demonstração Consolidada da Posição Financeira é como segue:

	euros	
	30 set 2011	31 dez 2010
Provisões correntes		
Processos judiciais em curso	190.864.337	26.777.139
Impostos	72.767.438	49.325.590
Outras	8.190.820	11.580.402
	271.822.595	87.683.131
Provisões não correntes		
Processos judiciais em curso	472.800.471	486.320
Impostos	77.918.584	5.435.563
Outras	5.413.281	35.025.319
	556.132.336	40.947.202
	827.954.931	128.630.333

O aumento de provisões face a 31 de dezembro de 2010 é essencialmente explicado pelo impacto da consolidação proporcional das provisões correntes e não correntes da Oi e da Contax na Demonstração da Posição Financeira da Portugal Telecom em 31 de março de 2011, nos montantes de 213 milhões de euros (Nota 2) e 594 milhões de euros (Nota 2), respetivamente, totalizando 807 milhões de euros. Este efeito foi parcialmente compensado pelo impacto da depreciação do Real Brasileiro face ao Euro, no montante de 64 milhões de euros, essencialmente desde a data inicial de consolidação da Oi e da Contax até 30 de setembro de 2011.

O detalhe das provisões da Oi e da Contax em 30 de setembro de 2011 e 31 de março de 2011 é como se segue:

	Milhões			
	30 set 11		31 mar 11	
	euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)	euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)
Contingências				
Civis	433,4	4.239,1	463,4	4.169,1
Laborais	208,4	1.985,1	235,3	2.078,8
Fiscais	96,7	904,0	108,7	955,9
Sub-total	738,5	7.128,1	807,3	7.203,8
Outras	0,2	1,9	0,2	1,7
Total	738,7	7.130,1	807,5	7.205,5

Os processos judiciais em curso e as contingências fiscais contra empresas do Grupo para os quais o risco de perda foi considerado como possível, e que consequentemente não foram provisionados, totalizavam 2.516 milhões de euros em 30 de setembro de 2011 e 165 milhões de euros em 31 de dezembro de 2010. Este aumento é explicado essencialmente pelo impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax, as quais tinham processos judiciais em curso e contingências fiscais para as quais o risco de perda foi considerado como possível nos montantes de 2.429 milhões de euros em 30 de setembro de 2011 e 2.433 milhões de euros em 31 de março de 2011 (a data da primeira consolidação), a natureza dos quais está detalhada abaixo.

17.2 Natureza dos processos judiciais contra a Oi, a Contax e os seus acionistas controladores

A Oi e a Contax são parte em diversos processos legais decorrentes do curso normal da sua atividade, incluindo contingências civis, laborais e fiscais. Em 30 de setembro de 2011, os montantes totais dessas contingências relativamente às quais o risco de perda foi considerado como provável e possível ascendia a aproximadamente 7.128 milhões de Reais Brasileiros e 23.231 milhões de Reais Brasileiros, respetivamente (739 milhões de euros e 2.429 milhões de euros equivalentes à participação da Portugal Telecom, respetivamente), em comparação com 7.204 milhões de Reais Brasileiros e 21.450 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, respetivamente (807 milhões de euros e 2.433 milhões de euros equivalentes à participação da Portugal Telecom, respetivamente). Conforme exigido pela legislação brasileira, em 30 de setembro de 2011 a Oi e a Contax tinham efetuado depósitos judiciais no montante total de 1.028 milhões de euros para alguns destes processos (Nota 13).

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de março de 2011, a natureza e o detalhe dos principais processos contra o Grupo Oi, a Contax e os seus acionistas controladores, para os quais o risco de perda foi considerado como provável e que como tal estão totalmente provisionados, são como segue:

		30 set 11		31 mar 11	
		euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)	euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)
Civis	(a)				
Lei societária	(i)	246,4	2.411,1	271,6	2.444,1
Estimativas e multas ANATEL	(ii)	93,3	912,9	94,4	849,5
Outras		93,7	915,2	97,4	875,5
Sub-total		433,4	4.239,1	463,4	4.169,1
Laborais	(b)				
Horas extra		66,8	653,6	76,3	686,9
Diferenças salariais e efeitos relacionados		33,3	325,6	36,5	328,7
Condições de trabalho perigosas		22,9	224,3	25,8	232,5
Indemnizações		15,4	150,3	22,1	199,3
Rescisões contratuais		9,8	96,2	13,4	121,0
Complementos adicionais de reforma		10,2	99,8	11,4	102,7
Outras		50,0	435,3	49,7	407,8
Sub-total		208,4	1.985,1	235,3	2.078,8
Fiscais	(c)				
ICMS (Imposto sobre o Valor Acrescentado)	(i)	62,0	607,1	69,3	623,6
FUNTEL	(ii)	12,0	117,4	12,3	110,9
Outras		22,7	179,4	27,0	221,3
Sub-total		96,7	904,0	108,7	955,9
Total		738,5	7.128,1	807,3	7.203,8

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de março de 2011, a natureza dos processos judiciais contra o Grupo Oi e a Contax para os quais o risco de perda foi considerado como possível é como segue:

		30 set 11		31 mar 11	
		euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)	euros (proporcional)	Reais Brasileiros (100%)
Civis		151,0	1.456,6	162,0	1.439,6
Laborais		447,6	3.895,0	420,9	3.392,4
Fiscais		1.830,6	17.879,2	1.849,6	16.618,5
		2.429,2	23.230,8	2.432,5	21.450,5

(a) Contingências civis

(i) Lei Societária

Como sucessora da CRT (Companhia Rio Grandense de Telecomunicações), que foi adquirida em julho de 2000, a Oi está sujeita a várias ações cíveis interpostas contra essa entidade, nomeadamente diversas ações movidas por assinantes de linhas telefónicas no Estado do Rio Grande do Sul. A CRT assinou contratos de participação com seus assinantes de telefonia fixa, no âmbito dos quais os assinantes de telefonia fixa tinham direito a receber ações da CRT, sendo o número de ações emitidas para cada assinante determinado com base numa fórmula que dividia o custo da assinatura de telefonia fixa pelo valor contabilístico das ações da CRT. No princípio de junho de 1997, alguns assinantes de linha fixa da CRT moveram ações contra a empresa alegando que o cálculo usado para determinar o número de ações a que tinham direito de acordo com os contratos de participação estava incorreto e resultava num número menor de ações para cada assinante.

Adicionalmente, como sucessora das empresas Telecomunicações do Mato Grosso do Sul S.A. ("Telems"), Telecomunicações de Goiás S.A. ("Telegoiás") e Telecomunicações do Mato Grosso S.A. ("Telemat"), operadoras adquiridas pela Brasil Telecom na privatização da Telebrás e que foram, subsequentemente, incorporadas na Oi, a Oi está sujeita a diversas ações civis com relação a programas de telefone (*Programas Telefônicos Comunitários*) estabelecidos nos Estados do Mato Grosso do Sul, Goiás e Mato Grosso.

A Brasil Telecom, com base em decisões proferidas nos tribunais de justiça em 2009, considera o risco de perda associado a estes processos como provável. Atualmente, as provisões para fazer face a estes processos são constituídas considerando (i) a existência de várias teses jurídicas, (ii) a quantidade de processos em aberto por tese e (iii) o valor médio das perdas históricas estratificado por cada tese (incluindo todos os custos processuais).

No final de 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ), conforme notícia divulgada no seu site, fixou critérios de indemnização a serem adotados pela Brasil Telecom, em benefício dos acionistas da extinta CRT, na hipótese de não ser possível a emissão de ações complementares, eventualmente devidas, em razão de decisão condenatória proferida. De acordo com a referida notícia, mas cuja decisão final ainda não se tornou definitiva, a eventual indemnização (conversão da eventual obrigação em dinheiro) deve ser calculada da seguinte forma: (i) definição da quantidade de ações a que teria direito o reclamante, aferindo-se o capital investido pelo valor patrimonial da ação informado no balancete mensal da companhia na data da respetiva integralização; (ii) após apurada a referida quantidade passa-se à multiplicação do número de ações pelo valor de sua cotação na Bolsa de Valores, vigente no dia do trânsito em julgado da decisão judicial, ocasião em que o reclamante passou a ter o direito às ações e a comercializá-las ou aliená-las; e (iii) sobre o resultado obtido, deverão incidir correção monetária, a partir do dia do trânsito em julgado, e juros legais desde a citação. Quando houver sucessão, o valor de parâmetro será o das ações na Bolsa de Valores da companhia sucessora.

Em 30 de setembro de 2011, a Oi registou provisões no montante de 2.411 milhões de Reais Brasileiros para fazer face aquelas ações em que o risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 2.444 Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

(ii) Estimativas e multas ANATEL

A Oi recebe diversas notificações da ANATEL, principalmente pelo não cumprimento de metas ou requisitos estabelecidos no Plano Geral ou Serviço Universal, ou no Plano Geral de Metas de Qualidade, tais como responder a reclamações relacionadas com erros de cobrança, pedidos por serviços de reparação em prazos determinados e pedidos de locais com acesso coletivo ou individual. Em 30 de setembro de 2011, registou-se uma provisão de 913 milhões de Reais Brasileiros para os processos cujo risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 850 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

(b) Contingências laborais

A Oi é ré em processos laborais resultantes do curso normal da sua atividade incluindo queixas relacionadas com: (1) pagamento de prémios de risco requeridos pelos empregados que trabalham em condições perigosas; (2) igualdade salarial para empregados com o mesmo tipo de trabalho, num determinado período temporal, e que tenham produtividade e performance técnica semelhantes; (3) pagamento de indemnizações por, entre outras situações, acidentes de trabalho, lesões ocupacionais, estabilidade no emprego, auxílio de creche e atingir níveis de produtividade previstos em acordo coletivo de trabalho; (4) horas extra; (5) reclamações de empregados subcontratados em relação aos quais a Oi e as empresas que empregam esses empregados são conjuntamente responsáveis; e (6) complementos adicionais de reforma.

Em 30 de setembro de 2011, foi registada uma provisão de 1.985 milhões de Reais Brasileiros para os processos cujo risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 2.079 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

(c) Contingências fiscais

Em 30 de setembro de 2011, as contingências estimadas no âmbito de processos fiscais contra a Oi e a Contax em relação aos quais o risco de perda foi considerado como provável e possível ascendiam a 904 milhões de Reais Brasileiros e 17.879 milhões de Reais Brasileiros, respetivamente, em comparação com 956 milhões de Reais Brasileiros e 16.618 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011, respetivamente. O sistema fiscal Brasileiro é complexo, e a Oi e a Contax estão atualmente envolvidas em processos fiscais relativos a determinados impostos que as Empresas consideram inconstitucionais, tendo colocado queixas em tribunal para evitar o pagamento dos mesmos.

(i) ICMS (Imposto de valor acrescentado)

De acordo com os regulamentos do ICMS em vigor nos diversos estados brasileiros, as empresas de telecomunicações são obrigadas a pagar ICMS sobre cada operação que envolve a venda de serviços de telecomunicações por elas fornecido. Essas mesmas regras permitem registar créditos de ICMS por cada uma das compras de ativos operacionais. As regras do ICMS permitirão deduzir os créditos que se registam pela compra de ativos operacionais no pagamento do ICMS pela venda dos serviços.

A Oi recebe diversos autos de infração questionando o valor dos créditos fiscais que regista para compensar os valores de ICMS devidos. A maioria desses autos de infração baseia-se em duas questões principais: (1) se o ICMS de serviços sujeitos a ISS é devido; e (2) se algum bem adquirido está relacionado com os serviços de telecomunicações fornecidos e, portanto, com direito a crédito para compensar valores de ICMS. Uma pequena parcela desses autos de infração, cujos riscos de perda são considerados prováveis, questionam: (1) se certas receitas estão sujeitas a ICMS ou ISS; (2) a compensação e uso de créditos fiscais na compra de bens e outros materiais, incluindo aqueles necessários para manter a rede; e (3) o não cumprimento com determinadas obrigações acessórias (não monetária).

Em 30 de setembro de 2011, a Oi registou provisões no montante de 607 milhões de Reais Brasileiros, as quais se destinam a fazer face a estas responsabilidades para as quais o risco de perda foi considerado como provável, em comparação com 624 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

(ii) FUNTTEL

O FUNTTEL (Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações) é um fundo criado para financiar a pesquisa em tecnologia de telecomunicações, para o qual a Oi tem que fazer contribuições. Devido a uma mudança imposta pela ANATEL, na base de cálculo das respectivas contribuições para o FUNTTEL, foi efetuado um questionamento pela Oi quanto à sua legalidade, tendo sido registada uma provisão para uma eventual contribuição adicional para este fundo. Em 30 de setembro de 2011, a Oi registou uma provisão no montante de 117 milhões de Reais Brasileiros para fazer

face às contribuições adicionais para o FUNTTEL, em comparação com 111 milhões de Reais Brasileiros em 31 de março de 2011.

18. Demonstração dos fluxos de caixa

- (a) **Fluxos de caixa das atividades operacionais relativos a operações continuadas** - No seguimento da aquisição dos investimentos na Oi e na Contax concluída em 28 de março de 2011, os fluxos de caixa destas empresas foram consolidados proporcionalmente na Demonstração dos Fluxos de Caixa da Portugal Telecom a partir de 1 de abril de 2011, situação que explica os aumentos nos recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores e ao pessoal e nos pagamentos de impostos indiretos e taxas.
- (b) **Pagamentos relacionados com imposto sobre o rendimento** – O aumento nesta rubrica está relacionado essencialmente com (1) impostos pagos pela Bratel Brasil e PT Móveis relativos a juros obtidos nas aplicações financeiras constituídas com os montantes recebidos pela alienação da Vivo, e (2) o impacto da consolidação proporcional da Oi e da Contax a partir de 1 de abril de 2011 (36 milhões de euros).
- (c) **Aplicações financeiras de curto prazo** - Estas rubricas incluem essencialmente pagamentos em numerário decorrentes de novas aplicações de tesouraria de curto prazo e recebimentos de aplicações de tesouraria de curto prazo vencidas. Os pagamentos líquidos ascenderam a 321.813.905 euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, em comparação com 240.067.344 euros no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010.
- (d) **Recebimentos relativos a investimentos financeiros** – No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, esta rubrica inclui essencialmente o montante de 155,5 milhões de euros recebido no âmbito da alienação do investimento na UOL (Nota 14).
- (e) **Recebimentos respeitantes a juros e proveitos similares** – O aumento nesta rubrica no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, está relacionado essencialmente com (1) o recebimento de juros de aplicações financeiras decorrentes da entrada de fundos no âmbito da transação da Vivo, e também (2) a consolidação proporcional da Oi a partir de 1 de abril de 2011.
- (f) **Recebimentos de dividendos** – Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, os recebimentos provenientes de dividendos são como segue:

	euros	
	9M11	9M10
Unitel	125.865.835	44.087.222
CTM	19.924.726	8.347.332
Outras	1.159.322	1.225.555
	146.949.883	53.660.109

- (g) **Outras atividades de investimento** – Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, esta rubrica está relacionada essencialmente com o reembolso, durante o terceiro trimestre de 2011, de empréstimos concedidos à Dedic anteriormente à sua integração na Contax, no montante de 39 milhões de euros.

- (h) **Pagamentos relativos a investimentos financeiros** – Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, os pagamentos relativos a investimentos financeiros são como segue:

	euros	
	9M11	9M10
Aquisição dos investimentos na Oi e na Contax (Nota 2)		
Preço de aquisição	3.727.568.622	-
Caixa e equivalentes em 31 de março de 2011	(1.696.039.259)	-
Aquisição do investimento na Allus (Nota 2)		
Preço de compra	43.744.918	-
Caixa e equivalentes na data da compra	(1.891.216)	-
Outras	1.665.721	335.652
	2.075.048.786	335.652

No seguimento da estratégia de investimento na Oi e na Contax, a Portugal Telecom pagou impostos pela transferência de fundos para o Brasil e *fees* legais relacionados com a conclusão da transação, os quais foram incluídos na rubrica “**Pagamentos relativos a outras atividades de investimento**”.

- (i) **Empréstimos** - Os recebimentos provenientes de empréstimos obtidos e os reembolsos respeitantes a empréstimos obtidos estão, essencialmente, relacionados com a renovação regular de papel comercial e de outros empréstimos bancários.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 1.720.297.730 euros e, como está explicado na Nota 16, incluem essencialmente: (1) o *Eurobond* emitido em janeiro de 2011 no montante de 600 milhões de euros; (2) o aumento do nível de utilização dos programas de papel comercial de curto prazo em 482 milhões de euros; e (3) o montante de 750 milhões de euros utilizado no âmbito da nova *credit facility* assegurada em março de 2011.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, os recebimentos de novos empréstimos obtidos, líquidos dos reembolsos de empréstimos obtidos, ascenderam a 953.945.802 euros e estão relacionados essencialmente (1) com o aumento do nível de utilização do programa de papel comercial de curto prazo e de algumas *credit facilities* e (ii) empréstimos obtidos junto do Banco Europeu de Investimento.

- (j) **Pagamentos de dividendos** – Durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, a composição desta rubrica é como segue:

	euros	
	9M11	9M10
Portugal Telecom (Nota 12)	1.117.987.321	503.626.688
Oi	28.872.170	-
Contax	11.979.056	-
MTC	10.144.751	25.813.896
Cabo Verde Telecom	14.107.364	22.711.812
Timor Telecom	3.788.462	6.296.471
Outras	2.309.645	2.482.422
	1.189.188.769	560.931.289

- (k) **Aquisição de ações próprias** – Esta rubrica corresponde ao montante total pago pela Oi durante o segundo trimestre de 2011 para a aquisição de ações da Portugal Telecom, no âmbito da parceria estratégica celebrada entre a Portugal Telecom e a Oi (Nota 1).

- (l) **Pagamentos relativos a outras atividades de financiamento** – Esta rubrica inclui essencialmente pagamentos relativos à liquidação de derivados de taxa de câmbio pela Oi, no montante de 41 milhões de euros.

19. Partes relacionadas

a) Empresas associadas e conjuntamente controladas

Os saldos em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 e as transações ocorridas durante os períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010 entre a Portugal Telecom e as empresas associadas e controladas conjuntamente são como segue:

Empresa	euros					
	Contas a receber		Contas a pagar		Empréstimos concedidos	
	30 set 2011	31 dez 2010	30 set 2011	31 dez 2010	30 set 2011	31 dez 2010
Oi	1.313.698	-	558.869	-	-	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel (i)	126.467.861	264.643.043	6.950.786	9.962.132	-	-
Multitel	6.456.027	5.495.659	242.081	195.296	896.854	897.608
CTM	208.273	191.380	97.125	61.249	-	-
Outras	898.070	1.492.935	28.754	173.452	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas	5.462.932	8.722.197	12.361.615	13.880.468	-	-
PT-ACS	3.388.300	3.974.227	334.177	1.093.317	-	-
Fundação PT	906.955	431.712	80	20	-	-
Sportinveste Multimédia	68.274	21.978	278.137	400.912	33.672.028	33.618.668
Outras	178.334	329.032	529.583	482.593	7.679.309	4.749.868
	145.348.724	285.302.163	21.381.207	26.249.439	42.248.191	39.266.144

(i) As contas a receber da Unitel em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro 2010 incluem essencialmente dividendos atribuídos.

Empresa	euros					
	Custos		Receitas		Juros cobrados	
	9M11	9M10	9M11	9M10	9M11	9M10
Oi (i)	1.507.672	-	50.306.638	-	510.269	-
Outras empresas internacionais:						
Unitel	7.855.556	10.577.893	9.660.445	10.538.339	-	-
Multitel	138.527	79.740	1.193.502	803.179	-	-
CTM	60.378	92.833	177.613	137.316	-	-
Outras	212.021	272.853	117.404	312.447	-	-
Empresas nacionais:						
Páginas Amarelas (ii)	28.330.551	39.063.034	1.712.506	2.780.341	-	-
PT-ACS	4.140.845	4.346.480	2.197.840	739.607	-	-
Sportinveste Multimédia	699.714	1.023.040	228.813	72.281	63.428	71.041
Outras	1.883.942	986.740	14.271.064	12.977.695	97.076	84.590
	44.829.206	56.442.613	79.865.825	28.361.205	670.773	155.631

(i) Esta rubrica refere-se essencialmente a transações celebradas entre a Contax e a Oi e corresponde aos montantes decorrentes da diferença entre as percentagens de consolidação da Contax (44,4%) e da Oi (25,6%), a qual não é eliminada no processo de consolidação.

(ii) A redução nos custos com as Páginas Amarelas está relacionada basicamente com o declínio do negócio das listas telefónicas, conforme referido na Nota 5.

Os termos dos acordos comerciais celebrados com as empresas supra mencionadas são substancialmente idênticos aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais incluem essencialmente:

- Custos suportados pela PT Comunicações relacionados com os serviços prestados pela empresa Páginas Amarelas no âmbito do contrato existente entre estas duas empresas, ao abrigo do qual a empresa Páginas Amarelas é responsável por

produzir, publicar e distribuir as listas telefónicas da PT Comunicações, e também por vender espaço publicitário nas listas telefónicas;

- Acordos de *roaming* celebrados com a Unitel; e
- Serviços de *call centre* prestados pela Contax à Oi.

b) Acionistas

Alguns dos principais acionistas da Portugal Telecom são instituições financeiras com as quais são estabelecidos acordos comerciais no curso normal da atividade. Adicionalmente, a Visabeira (empresa que presta serviços ao negócio de rede fixa) e a Controlinveste (empresa de media) também são acionistas da Portugal Telecom. As transações ocorridas durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011 e os saldos nessa data com os principais acionistas da Portugal Telecom são como segue (incluindo IVA):

euros					
Empresa	Vendas e serviços prestados pela Portugal Telecom	Fornecimentos e serviços prestados à Portugal Telecom	Juros obtidos (suportados), líquidos	Contas a receber	Contas a pagar
Caixa Geral de Depósitos	18.127.621	5.531.232	19.215.159	3.331.762	375.317
BES	11.889.453	12.793.649	46.533.867	1.730.249	-
Visabeira	4.529.866	47.766.154	-	2.087.558	12.190.295
Controlinveste	2.199.527	39.107.465	-	269.592	6.969.849
Ongoing	882.671	2.374.568	-	730.013	761.646
Barclays	302.041	2.776	(7.203.493)	186.583	-
	37.931.179	107.575.843	58.545.533	8.335.757	20.297.107

Os termos e condições dos acordos comerciais celebrados entre a Portugal Telecom e os seus acionistas são similares aos que normalmente seriam contratados, aceites e praticados entre entidades independentes em operações comparáveis. As atividades desenvolvidas no âmbito desses acordos comerciais respeitam essencialmente à prestação de serviços de consultoria financeira e seguros por parte das instituições financeiras mencionadas acima.

Os fundos de pensões e cuidados de saúde em Portugal, os quais foram constituídos para cobrir as responsabilidades com benefícios de reforma em Portugal (Nota 6), são geridos de acordo com uma política de investimentos definida pela Portugal Telecom. As carteiras de ativos dos fundos incluem ações, obrigações e outros investimentos dos nossos acionistas. Em 30 de setembro de 2011, a exposição total desses investimentos ao BES, Ongoing e Portugal Telecom ascendia a 63 milhões de euros, 78 milhões de euros e 58 milhões de euros, respectivamente.

c) Outros

As remunerações fixas auferidas pelos administradores executivos e não executivos da Portugal Telecom nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, as quais são estabelecidas pela Comissão de Vencimentos, foram as seguintes:

euros		
	9M11	9M10
Administradores executivos	2.342.516	2.192.188
Administradores não executivos	959.460	994.660
Comissão de Auditoria	415.510	415.510
	3.717.486	3.602.358

A Comissão Executiva diminuiu em março de 2010 de 7 membros para 5 membros e aumentou para 7 membros executivos em abril de 2011.

Nos termos da política de remunerações estabelecida pela Comissão de Vencimentos, os administradores executivos têm direito a auferir: (i) uma remuneração variável anual relacionada com a sua performance no ano, a qual é paga no ano seguinte, exceto a parcela excedente a 50% da remuneração variável total atribuída no ano, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos, e (ii) uma remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo, cujo pagamento é diferido por um período de 3 anos. Anualmente, a Portugal Telecom reconhece a especialização destas remunerações variáveis.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, a remuneração variável anual referente ao exercício de 2010 paga aos cinco administradores executivos ascendeu a 2.343.205 euros, o que compara com 3.524.285 euros referentes à remuneração variável anual de 2009 paga aos sete administradores executivos no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010. Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, não ocorreram pagamentos relativos a remuneração variável associada ao desempenho de médio prazo.

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2010, a Portugal Telecom pagou um montante total de 1.797.544 euros a dois administradores executivos que cessaram funções em março de 2010, respeitante às remunerações até ao final dos respetivos mandatos e à compensação pelo pacto de não concorrência paga a um dos administradores.

Em complemento da política de remuneração acima referida, os administradores executivos têm direito a um conjunto de benefícios que são utilizados essencialmente no exercício das suas funções diárias, em linha com uma política transversal ao Grupo Portugal Telecom. Em 30 de setembro de 2011, nenhum membro do Conselho de Administração tinha direito a benefícios de reforma ao abrigo dos planos da PT Comunicações, e não estava em vigor qualquer programa de pagamentos com base em ações nem qualquer programa de compensação por término de serviço.

Nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, as remunerações fixas dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 4,1 milhões de euros e 5,2 milhões de euros, respetivamente. As remunerações variáveis dos dirigentes do Grupo Portugal Telecom ascenderam a 3,6 milhões de euros e 3,4 milhões de euros nos períodos de nove meses findos em 30 de setembro de 2011 e 2010, respetivamente.

Um dos administradores não executivos da Portugal Telecom é gerente da “Heidrick & Struggles - Consultores de Gestão, Lda”, a qual no curso normal das suas operações prestou serviços de consultoria à Portugal Telecom no montante de, aproximadamente, 1,1 milhões de euros (excluindo IVA) durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011.

20. Eventos subsequentes

Não ocorreram nenhuns eventos subsequentes significativos após 30 de setembro de 2011 que requeeressem ajustamento ou divulgação nestas demonstrações financeiras intercalares.

Anexos

Dados operacionais • rede fixa (Portugal)

	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Acessos ('000)	5.028	4.800	4,7%	5.028	4.800	4,7%
Acessos de retalho	4.709	4.428	6,3%	4.709	4.428	6,3%
PSTN/RDIS	2.662	2.695	(1,2%)	2.662	2.695	(1,2%)
Linhas geradoras de tráfego	2.589	2.593	(0,1%)	2.589	2.593	(0,1%)
Pré-seleção	73	102	(28,8%)	73	102	(28,8%)
Banda larga fixa de retalho	1.072	964	11,2%	1.072	964	11,2%
Clientes de TV	974	769	26,7%	974	769	26,7%
Acessos de wholesale	319	372	(14,3%)	319	372	(14,3%)
Lacetes locais desagregados	209	257	(18,7%)	209	257	(18,7%)
Acessos ORLA	58	63	(6,7%)	58	63	(6,7%)
Banda larga fixa wholesale	51	52	(2,2%)	51	52	(2,2%)
Adições líquidas ('000)	64	66	(3,0%)	145	213	(31,9%)
Acessos de retalho	77	83	(7,4%)	182	239	(23,6%)
PSTN/RDIS	(10)	(15)	33,7%	(33)	(52)	35,8%
Linhas geradoras de tráfego	(3)	(6)	47,6%	(11)	(20)	46,2%
Pré-seleção	(7)	(9)	23,4%	(22)	(32)	29,3%
Banda larga fixa de retalho	32	32	1,4%	71	102	(30,4%)
Clientes de TV	55	67	(17,5%)	145	188	(23,3%)
Acessos de wholesale	(13)	(17)	24,6%	(37)	(26)	(45,4%)
Lacetes locais desagregados	(11)	(16)	29,5%	(33)	(23)	(40,9%)
Acessos ORLA	(2)	(1)	(110,9%)	(3)	(1)	n.s.
Banda larga fixa wholesale	0	(0)	167,5%	(1)	(1)	46,2%
RGU de retalho por acesso ⁽¹⁾	1,77	1,64	7,6%	1,77	1,64	7,6%
ARPU (euros)	29,7	29,9	(0,7%)	30,0	30,1	(0,4%)
Tráfego total (milhões de minutos)	2.576	2.688	(4,2%)	7.833	8.141	(3,8%)
Trabalhadores	6.389	6.662	(4,1%)	6.389	6.662	(4,1%)

(1) Acessos de retalho por acessos PSTN/RDIS.

Dados operacionais • móvel ⁽¹⁾ (Portugal)

	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Clientes ('000)	7.354	7.314	0,5%	7.354	7.314	0,5%
Adições líquidas ('000)	20	46	(55,9%)	(65)	62	n.s.
Tráfego total (milhões de minutos)	2.754	2.716	1,4%	7.998	7.849	1,9%
MOU (minutos)	125	124	0,5%	121	120	0,6%
ARPU (euros)	13,4	14,7	(9,4%)	13,0	13,2	(1,8%)
Cliente	11,6	12,7	(8,6%)	11,5	11,5	0,3%
Interligação	1,1	1,6	(30,6%)	1,2	1,5	(22,9%)
Dados em % das receitas de serviço (%)	28,9	25,2	3,7pp	27,7	24,5	3,2pp
SARC (euros)	30,6	30,0	1,8%	32,2	28,8	11,7%
Trabalhadores	1.065	1.043	2,1%	1.065	1.043	2,1%

(1) Inclui subscritores MVNO.

Anexos

Demonstração dos resultados • rede fixa ⁽¹⁾ (Portugal)				Milhões de euros		
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Receitas operacionais	458,6	481,6	(4,8%)	1.376,0	1.452,6	(5,3%)
Retalho	241,5	240,7	0,3%	730,0	724,9	0,7%
Serviços a operadores (wholesale)	119,7	127,2	(5,9%)	344,4	368,6	(6,6%)
Dados e soluções empresariais	64,7	67,6	(4,3%)	200,4	220,0	(8,9%)
Outras receitas de rede fixa	32,7	46,1	(28,9%)	101,2	139,2	(27,3%)
Custos operacionais ⁽²⁾	272,9	297,6	(8,3%)	812,4	892,2	(8,9%)
Custos com pessoal	52,9	57,2	(7,5%)	156,2	171,0	(8,7%)
Custos diretos dos serviços prestados	100,2	110,7	(9,5%)	298,5	331,1	(9,8%)
Custos comerciais	30,4	29,4	3,4%	82,1	89,8	(8,7%)
Outros custos operacionais	89,4	100,3	(10,9%)	275,7	300,3	(8,2%)
EBITDA ⁽³⁾	185,7	184,1	0,9%	563,6	560,4	0,6%
Custos com benefícios de reforma	12,5	17,8	(29,7%)	37,3	53,4	(30,3%)
Amortizações	122,9	121,5	1,2%	373,3	337,4	10,6%
Resultado operacional ⁽⁴⁾	50,3	44,8	12,2%	153,1	169,5	(9,7%)
Margem EBITDA	40,5%	38,2%	2,3pp	41,0%	38,6%	2,4pp
Capex	114,4	107,0	6,9%	308,4	319,0	(3,3%)
Capex em % das receitas operacionais	24,9%	22,2%	2,7pp	22,4%	22,0%	0,5pp
EBITDA menos Capex	71,3	77,1	(7,5%)	255,2	241,3	5,7%

(1) Inclui transações intragrupo. (2) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (3) EBITDA = resultado operacional + custos com benefícios de reforma + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado.

Demonstração dos resultados • móvel ⁽¹⁾ (Portugal)				Milhões de euros		
	3T11	3T10	Δ10/11	9M11	9M10	Δ10/11
Receitas operacionais	320,0	355,9	(10,1%)	929,7	1.045,4	(11,1%)
Prestação de serviços	294,5	322,2	(8,6%)	860,0	960,9	(10,5%)
Cliente	256,6	278,2	(7,8%)	761,9	833,3	(8,6%)
Interligação	24,3	34,8	(30,0%)	76,3	108,6	(29,7%)
Roamers	13,6	9,1	48,6%	21,8	19,1	14,6%
Vendas	23,1	31,3	(26,2%)	61,4	77,4	(20,7%)
Outras receitas operacionais	2,4	2,5	(4,5%)	8,3	7,2	15,5%
Custos operacionais ⁽²⁾	174,4	192,7	(9,5%)	496,2	557,0	(10,9%)
Custos com pessoal	11,2	12,2	(8,1%)	33,9	35,9	(5,4%)
Custos diretos dos serviços prestados	57,6	62,5	(7,8%)	163,1	187,1	(12,8%)
Custos comerciais	52,4	59,5	(12,0%)	149,0	153,6	(3,0%)
Outros custos operacionais	53,2	58,5	(9,0%)	150,3	180,5	(16,7%)
EBITDA ⁽³⁾	145,5	163,2	(10,8%)	433,5	488,4	(11,3%)
Amortizações	46,6	60,7	(23,2%)	150,6	161,6	(6,8%)
Resultado operacional ⁽⁴⁾	98,9	102,5	(3,5%)	282,8	326,8	(13,5%)
Margem EBITDA	45,5%	45,9%	(0,4pp)	46,6%	46,7%	(0,1pp)
Capex	35,2	31,5	11,7%	92,1	84,1	9,5%
Capex em % das receitas operacionais	11,0%	8,9%	2,1pp	9,9%	8,0%	1,9pp
EBITDA menos Capex	110,3	131,7	(16,2%)	341,4	404,3	(15,6%)

(1) Inclui transações intragrupo. (2) Custos operacionais = despesas com pessoal + custos diretos + custos comerciais + outros custos operacionais. (3) EBITDA = resultado operacional + amortizações. (4) Resultado operacional = resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efetivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos líquidos.

Glossário

ARPU	Average Revenue per User. Receita média por cliente. Média mensal das receitas de serviço por número médio de utilizadores no período, incluindo receitas de interligação e de roaming-out.
Capex	Capital expenditure. Investimento em imobilizado corpóreo e incorpóreo.
Cash flow	A diferença entre os cash inflows e os cash outflows num determinado período.
Curtailement costs	Custos decorrentes do programa de redução de efectivos.
Resultados líquidos por acção diluídos	Resultados líquidos por acção calculado considerando o resultado líquido excluindo os custos relativos às obrigações convertíveis, dividido pelo número de acções diluídas.
EBITDA	Earnings Before Interest, Taxes, Depreciation and Amortisation. Resultados operacionais antes de amortizações. EBITDA = resultado operacional + amortizações+ custos com benefícios de reforma.
Empresas	Segmento operacional que inclui todas as grandes, pequenas e médias empresas que subscrevem produtos e serviços da rede fixa e da rede móvel. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Margem EBITDA	Margem EBITDA = EBITDA / receitas operacionais.
Free cash flow	Free cash flow = cash flow operacional+/- aquisições/vendas de investimentos financeiros +/- juros líquidos pagos - pagamentos relativos a responsabilidades de benefícios de reforma - pagamentos relativos a imposto sobre o rendimento +/- dividendos pagos/recebidos +/- outros movimentos de caixa.
FTTH	Fibre-to-the-home. Rede de fibra óptica. Rede de nova geração que permite levar fibra óptica até às instalações do cliente.
GSM	Global System for Mobile. Rede de rádio digital, internacionalmente estandardizada, que permite a transmissão de voz e de dados.
HDTV	High Definition Television. Transmissão do sinal de televisão com uma resolução superior à dos formatos tradicionais.
IAS/IFRS	International Accounting Standards/International Financial Reporting Standards. Normas Internacionais de Contabilidade / International Financial Reporting Standards. Novo normativo contabilístico promovido pelo International Accounting Standards Board. Foi adoptado a partir de 1 de janeiro de 2005.
Resultado operacional	Resultado antes de resultados financeiros e impostos + custos com o programa de redução de efectivos + menos (mais) valias na alienação de imobilizado + outros custos

Glossário

	(ganhos) líquidos.
IP	Internet Protocol. Standard que especifica o formato exacto dos pacotes de dados transmitidos através da rede Internet.
IPTV	Internet Protocol Television. Serviço de televisão digital disponibilizado na linha telefónica, através de uma conexão de banda larga.
RDIS	Rede Digital com Integração de Serviços. Rede de telecomunicações digital que permite a transmissão em simultâneo de voz e de dados sobre um acesso fixo.
ISP	Internet Service Provider. Empresa que fornece o acesso à Internet.
MMS	Multimedia Message Service. Tecnologia que permite a transmissão de dados nos telemóveis, nomeadamente textos, toques, imagens, fotos e vídeo.
MOU	Minutes of Usage. Média mensal em minutos de tráfego de saída e de entrada por número médio de utilizadores no período. O MOU dos segmentos não inclui minutos de interligação.
Dívida líquida	Dívida líquida = Dívida de curto prazo + dívida de médio e longo prazo – Disponibilidades e títulos negociáveis.
NGAN	Next generation access network. Rede de alta velocidade capaz de transportar eficientemente uma variedade de serviços, incluindo voz, dados, vídeo e multimédia.
Cash flow operacional	Cash flow operacional = EBITDA - capex +/- alteração do fundo de maneiio +/- provisões não monetárias.
PRB	Post Retirement Benefits Costs.Custos com Benefícios de Reforma
PSTN	Public Switched Telephone Network. Sistema de telefone tradicional instalado sobre linhas de cobre.
RGU de retalho por acesso	Acessos de retalho por acesso por acessos PSTN/RDIS.
SARC	Subscriber Acquisition and Retention Cost. Custos com aquisição e retenção de clients. SARC = (70% dos custos de marketing e publicidade + comissões + subsídios) / (adições brutas + upgrades).
SMS	Short Message Service. Serviço de mensagens curtas de texto para telemóveis, que permite o envio e recebimento de mensagens alfanuméricas.
Oferta Triple-play	Oferta integrada de serviços de voz, televisão e Internet.

Glossário

Pessoal	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede móvel, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
Planos Tribais	Tarifa plana pré-paga com tráfego ilimitado entre subscritores com o mesmo plano tarifário.
Receitas não voz como % das receitas	Percentagem das receitas de serviço de retalho relacionadas com serviços de dados, vídeo e outros serviços que não voz.
Residencial	Segmento de cliente que inclui todos os clientes consumidores que subscrevem produtos e serviços da rede fixa em casa, numa base individual. Os valores não incluem eliminações intragrupo.
VoD	Video-on-demand. Sistema que permite aos utilizadores a selecção e o visionamento de vídeos.
Wholesale, outros e eliminações	Segmento de cliente que inclui o negócio de wholesale para a rede fixa e rede móvel, os outros negócios (ex: listas telefónicas) e todas as eliminações intragrupo relacionadas com os negócios de telecomunicações em Portugal.
3G	3Generation. Terceira geração é um termo genérico que cobre várias tecnologias para redes móveis (UMTS, W-CDMA e EDGE), as quais integram serviços de multimédia, permitindo a transmissão de dados a uma velocidade superior à tecnologia GSM.